

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROBSON RUITER MENDONÇA SANTOS

CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO: cidadania e identidade na educação básica

São Luís

2011

ROBSON RUITER MENDONÇA SANTOS

CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO: cidadania e identidade na educação básica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão para do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima da Costa Gonçalves

São Luís

2011

SANTOS, Robson Ruite Mendonça.

Cultura popular e educação: cidadania e identidade na educação básica / Robson Ruite Mendonça Santos. – 2011.

151 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima da Costa Gonçalves
Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

1. Educação Básica – Integração – Cultura Popular 2. Educação – Cidadania 3. Identidade 1. Título

CDU 37.016.394.

ROBSON RUITER MENDONÇA SANTOS

CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO: cidadania e identidade na educação básica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão para do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima da Costa Gonçalves

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof^a. Ddr^a. Maria de Fátima da Costa Gonçalves

Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

1º Examinador

Prof. Dr. José Henrique de Pádua Borralho

Doutor em História
Universidade Estadual do Maranhão

2º Examinador

Prof. Dr. PHD João de Deus Vieira Barros

Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Suplente

Prof. Dr. Antonio Paulino de Sousa

Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

A aqueles que com perseverança souberam entender os momentos complicados enfrentados no transcorrer do trabalho de pesquisa. A Deus, Fonte de eterna sabedoria. A minha mãe, Maria das Graças, verdadeira rocha viva que me incentiva sempre a prosseguir nas diversas empreitadas da vida. A minha filha Adriana Guimarães razão viva da minha persistência em cada trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, eterno inspirador e condutor de meus passos fundamentalmente nos momentos mais difíceis desta pesquisa;

A minha mãe Maria das Graças, exemplo de luta e resistência para todos os seus filhos e netos;

A minha filha, Adriana Guimarães, fonte de alegria e inspiração nas ocasiões difíceis desta jornada, você é razão para que a vida continue sendo edificada a cada dia;

Aos meus irmãos, Ribamar, Kátia, Rubia, Rosclin, Ronaldo e Roberto, pelo apoio e incentivo importantes para mim e para toda a família;

A Prof^ª. Dr^a Maria de Fátima da Costa Gonçalves, verdadeira combatente que mesmo na fragilidade de sua saúde conduziu espetacularmente a orientação;

Ao Prof. Dr. José Henrique de Pádua Borralho e ao Prof. Dr. PHD João de Deus Vieira Barros, por suas orientações e por suas honrosas presenças na banca examinadora desta dissertação;

Aos eternos amigos da época da graduação Cristiane Jacinto, Hildinete Pinheiro e José Magno pelo constante apoio;

As diretoras do C. E. Benedito Leite e da U. E. B. Carlos Madeira pelo apoio e incentivo desde os momentos iniciais desta jornada;

Aos amigos do Centro de Estudos Foucaultianos pelo companheirismo e intenso debate ao longo desses dois anos, em especial Kellen Moraes, Zezé Lobato, Zezé Arouche e Ramon, a todos um especial agradecimento;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, pelas preleções, pelo companheirismo e pelo incentivo, em especial as Prof^ª. Dr^a Maria Alice Melo, Prof^ª. Dr^a Maria José Pires Barros Cardozo, Prof^ª. Dr^a Francisca das Chagas Silva Lima, Prof^ª. Dr^a Ilzeni Silva Dias, ao Prof. Dr. Antonio Paulino de Sousa suplente desta banca examinadora, a todos meus sinceros agradecimentos;

Ao prof. Ms. Manoel de Jesus Barros Martins, conterrâneo da baixada maranhense e extraordinário incentivador ao longo da minha vida acadêmica

Ao Prof. Dr. César Augusto Castro, ao Prof. Ms. Samuel Luiz Velázquez Castellanos e aos membros do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras / NEDHEL em especial, Almiceia, Irajane, Janiele,

Josicleide, Josivan, Jonivaldo, Livia, Luciana e Marcio, agradeço a todos pela acolhida;

Aos colegas da décima turma o Mestrado em educação pelo companheirismo e dificuldades superadas juntas. Bergson, Camila, Fernanda, Jonilson, Jorge, Kellen, Paulino, Rafaelle, Roure, Socorro e especialmente as companheiras Diana Rocha a amiga mais próxima e Silvia Fernanda, pelas horas de conversa ao telefone que foram fundamentais;

Finalmente agradeço aos moradores da Ascensão, em especial Luciana Sodré pela acolhida na comunidade, aos alunos da U. E. B. Chico Xavier e sua direção e a todos que se dispuseram colaborar nesta pesquisa.

LISTA DE SIGLAS

BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CE	Centro de Ensino
DOM	Diário Oficial do Município
FMI	Fundo Monetário Internacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA	Maranhão
MCP	Museu da Cultura Popular
MINC	Ministério da Cultura
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
PCN ^s	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMSL	Prefeitura Municipal de São Luís
SECMA	Secretaria de Estado da Cultura
SEMED/SL	Secretaria Municipal de Educação de São Luís
UEB	Unidade de Educação Básica
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação e Cultura.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto analisar as possibilidades da cultura popular em integração à educação básica, na perspectiva de edificação da identidade e da cidadania. Utiliza a análise qualitativa do objeto empregando para tanto a técnica dos grupos focais aplicados neste caso com os alunos de uma Unidade de Educação Básica da rede municipal de educação São Luís, localizada em uma comunidade destacadamente marcada pela cultura popular maranhense. Debate o conceito de cultura e cultura popular e como consequência a posição da cultura popular no contexto neoliberal e no cenário maranhense onde se encontra em estreita ligação com a política do estado. No mesmo sentido debate os conceitos de identidade e de cidadania como instrumento para a proposição da pesquisa em cultura popular associada à educação básica assinalando as relações entre o sujeito e o objeto. A metodologia utilizada possibilitou a compreensão das noções de campo, espaço e tempo aqui utilizadas no histórico de formação do bairro e sua tradição com a cultura popular para então confrontar cultura dominante, cultura popular e propor o seu emprego na educação. Em seu espaço originário, esta análise apresenta o debate da questão da identidade e do lugar a partir da cultura popular na comunidade da ascensão, da mesma forma se faz com a questão da cidadania chegando às percepções dos gestores, dos profissionais de educação e dos alunos frente ao objeto, completando com a experiência de integração da cultura popular à educação básica em um museu da cidade através do *Projeto Sabença*.

Palavra-chaves: Cidadania. Cultura Popular. Educação Básica. Identidade.

A B S T R A C T

The research aims the analysis of the possibilities of popular culture in integration to basic education, in the perspective of edification of identity and citizenship. It uses the qualitative analysis of the object employing the focal groups' techniques, applied, in this case, with students of a basic education Unity from the municipal network of São Luís, located in a community prominently marked by the Maranhão's popular culture. Discusses the concept of culture and popular culture e as consequence, the position of popular culture in a neoliberal context and in the Maranhão's scenario, where it can be found a strict connection with the state's politics. In the same direction, it discusses the concepts of identity and citizenship as instrument to the research's clause in popular culture associated to basic education ticking the relations between the subject and the object. The methodology that was used enabled the comprehension of notions of fields, space and time, that are used here in the history of formation of the neighborhood e its tradition then to confront the dominant culture, popular culture and propose its use in education. In its original place, this analysis presents the debate of the question of identity and of space from popular culture's rise in community, in the same way it does with the citizenship question, coming to the managers, education professionals and students' perceptions in front of the object, completing with the experience of integration of popular culture at a museum through *Projeto Sabença*.

Key words: Citizenship. Popular Culture. Basic Education. Identity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DESVELANDO CAMINHOS CONCEITUAIS DA PESQUISA	23
2.1	Proposta metodológica	25
2.2	Desvelando o conceito de cultura	28
2.3	Desvelando o conceito de cultura popular	30
2.3.1	A CULTURA POPULAR NO CONTEXTO NEOLIBERAL: Dominação e resistência.....	35
2.3.2	A CULTURA POPULAR NO CONTEXTO MARANHESE: Oligarquia e Dominação.....	39
2.4	Desvelando o conceito de identidade	44
2.5	Desvelando o conceito de cidadania	53
2.5.1	OS CAMINHOS DA CIDADANIA NO BRASIL	60
3	UM PROCESSO POR ENTRE PEDRAS, CONSTRUINDO O MEU OBJETO DE PESQUISA E ME REVELANDO NA PESQUISA	65
3.1	Proposições para uma pesquisa em cultura popular associada à educação básica: desvelando as possíveis relações entre sujeito e objeto	67
3.2	A construção da metodologia e do espaço para a pesquisa em cultura popular associada à educação básica: campo, espaço e tempo	71
3.3	A Ascensão da Arruda: o processo de formação do bairro e sua tradição com a cultura popular	75
3.4	Cultura dominante, cultura popular: uma perspectiva multiculturalista para a utilização da cultura popular na educação básica	81
4.	A CULTURA POPULAR EM SEU ESPAÇO ORIGINÁRIO E EM ESTREITA ASSOCIAÇÃO COM A COMUNIDADE: refletindo sobre os instrumentos presentes no processo de pesquisa a partir de uma análise qualitativa de seu comportamento enquanto objeto de fomento da identidade e da cidadania	92
4.1	A identidade fundamentada a partir da cultura popular presente na comunidade da Ascensão	95
4.2	A cidadania fundamentada a partir da cultura popular presente na	

	comunidade da Ascensão.....	108
4.3	Percepções sobre a cultura popular na educação básica: gestores, profissionais de educação e alunos se posicionam frente ao objeto	120
4.4	O projeto sabença: uma proposta de integração da cultura popular ao cotidiano da educação básica sob a ótica de um museu.....	129
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS	139
	APÊNDICES	146

1 INTRODUÇÃO

Sou professor da educação básica e residente na cidade detentora do título de patrimônio cultural da humanidade¹, e que foi intitulada de capital brasileira da cultura em 2010, sobretudo por ser possuidora de uma história singular, herdada do seu processo de colonização e formação do seu povo, elementos estes de onde derivam sua cultura popular². Acredito ser possível a associação desses subsídios à educação básica, isto na perspectiva de uma formação verdadeiramente consistente e que promova o fortalecimento da cidadania.

Ademais, sou filho de uma família de retirantes da baixada maranhense³, região caracteristicamente marcada por manifestações da cultura popular, de onde provem a minha ligação com o objeto de minha pesquisa fortalecida ainda mais, na juventude quando integrava a pastoral do menor e suas atividades culturais na área do Itaqui Bacanga.

No período da graduação no curso de História da Universidade Federal do Maranhão, mantive significativos contatos com diversas manifestações da cultura popular maranhense, ocasiões em que presenciei a festa do divino Espírito Santo em Alcântara, o ritual de morte de alguns grupos de bumba-meu-boi da ilha, as rodas de tambor de crioula comuns em São Luís, além das manifestações típicas como o carnaval e o São João, que são as mais destacadas da capital. Essas observações levaram-me a ver na cultura popular um essencial instrumento de afirmação da concepção de cidadania daquela gente simples que delas faziam parte.

Em 2002, após ser aprovado no concurso para a educação básica organizado pela Prefeitura Municipal de São Luís, participei freqüentemente das

¹Em 1997, a UNESCO concedeu à cidade de São Luís o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, reconhecendo a beleza e a importância de um dos maiores conjuntos de arquitetura civil de origem portuguesa no mundo. São aproximadamente três mil e quinhentas construções ocupando uma área de 250 hectares. Este acervo arquitetônico já havia sido tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1955.

²Os conceitos referentes à cultura popular estão baseados nos trabalhos desenvolvidos por Bakhtin (2002), Cucho (2002), Canclini (2008), Chauí (1994) e Hall (2006).

³A Baixada Maranhense estende-se por 20 mil quilômetros quadrados, nos baixos cursos dos rios Mearim e Pindaré, e médios e baixos cursos dos rios Pericumã e Aurá, reunindo um dos mais belos conjuntos de lagos e lagoas naturais do Brasil. A baixada maranhense caracteriza-se pelos chamados campos naturais, grande alagados que enchem nos meses que correspondem ao inverno e secam nos meses que correspondem ao chamado verão, já que as estações do ano são invertidas no estado do Maranhão.

capacitações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de São Luis - SEMED/SL, principalmente aquelas que se referiam à história e a cultura africana, fortaleceu ainda mais o meu interesse pela cultura popular, haja vista existirem no Maranhão um grande número de manifestações da cultura popular de matriz africana.

Recentemente com a concessão do título de Patrimônio Cultural Imaterial dado pelo Ministério da Cultura ao tambor de crioula, por sinal uma das mais festejadas manifestações da cultura popular maranhense, aguçou-me novamente a atenção pela temática, vi nela um importante objeto de pesquisa e uma alternativa verdadeiramente viável para a educação básica e para o Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

A pesquisa em cultura popular é de fundamental importância para localidades como a capital maranhense, que tem em sua constituição histórica e cultural essa significativa característica e que, por esta mesma razão, não pode, nestes tempos demasiadamente marcados pela cultura de massa, furtar-se o direito de ter em sua própria cultura um referencial para sua população.

A cultura popular, mesmo não estando no centro das atenções dos meios acadêmicos (McLAREN, 1999), vem se constituindo importante objeto de estudos, desde que concederam a ela, a importância necessária para a formação de identidades alicerçadas em elementos tipicamente locais. A relevância da cultura popular fica evidente na extensa bibliografia referente à mesma, de onde procurei os elementos necessários para a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa.

Em tempos de cultura globalizada e massificada, parece ser comum a sub-valorização das culturas populares, típicas das pequenas comunidades, principalmente pelo fato de que estas não dispõem dos meios políticos e econômicos pelos quais as culturas dominantes se utilizam para se sobreporem às demais. Com isto, os valores impostos pela sociedade capitalista globalizada alcançam um poder tal que ressignificam até mesmo práticas culturais populares que sobreviveram a estes novos tempos.

Cada novo momento da sociedade inserida no que idealizamos como sociedade globalizada significa, dessa maneira, uma constante luta entre dois pólos antagônicos: os novos valores impostos pelo processo de globalização, apoiados em culturas de massa que ditam as práticas e comportamentos e que são mostrados como absolutos; e os valores inerentes às culturas populares que parecem travar

uma luta cotidiana para continuarem existindo nesta nova realidade a que foram submetidas, na medida em que

A globalização se refere àqueles processos atuantes em uma escala global, que atravessam fronteiras, interagindo e conectando as comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo em realidade e em experiência mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da idéia sociológica clássica de sociedade como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social estar ordenada ao longo do tempo e do espaço (HALL, 2006, p. 71).

A grande questão parece-nos estar em propor argumentos para que estes elementos menos resistentes diante do capital possam continuar conservando sua existência frente a estas novas realidades. Um dos meios, para tanto passa, obrigatoriamente, pela ressignificação do que se entende por educação básica, cultura e cidadania⁴. Contudo, é nesse contexto de rapidíssimas transformações que a preservação da cultura popular passa a conter uma importância única, pois é a partir dela que as novas gerações passarão a adquirir as condições e conhecimentos necessários à preservação de suas raízes culturais, fundamental para sua própria sobrevivência.

Há, na atualidade, a necessidade de manutenção e autoafirmação da identidade histórica construída pelas sociedades cada vez mais inseridas na era da informalização e das sociedades em redes (CASTELLS, 2003)⁵, na medida em que os valores da sociedade globalizada são difundidos de forma cada vez mais dinâmica; os elementos característicos dos grupos sociais menos poderosos poderão, com isso, extinguirem-se.

Debate-se também a concepção capital cultural (BOURDIEU, 2004) arquitetado ao longo das gerações e o quanto esses capitais poderiam perder a sua significação no momento em que estes perderem sua funcionalidade no sentido de criar impactos positivos na geração de redes de confiança e equidade social.

⁴Os conceitos referentes à cidadania estão baseados nos trabalhos desenvolvidos por Bobbio (1992), Chauí (2003), Pinsky (2003) e Sousa (2009).

⁵Castells (2003, p. 119) cunhou o conceito de sociedade informacional, global e em rede para identificar uma nova forma de economia que surgiu em escala global nas últimas décadas do século passado, como resultado da revolução da tecnologia da informação apresentada como a base material indispensável para sua criação.

Este capital cultural (BOURDIEU, 2004) desempenha importante papel ao estimular a solidariedade,⁶ buscando superar as falhas através de ações coletivas e de uso comunitário dos recursos e arranjos sociais que as pessoas e os grupos utilizam para mobilizarem suas energias em prol de causa individual ou coletiva.

Esses elementos são observados em grupos sociais que se organizam em torno de alguma manifestação de caráter cultural popular e por mim observados, por exemplo, em grupos da cultura popular maranhense, períodos antes do mês de junho ápice das festividades juninas. Nesses espaços, os rituais, as práticas e os costumes do povo permeados por elementos simbólicos da cultura popular, passam a funcionar como suportes de memória, lugares possíveis de ancoragem para o sujeito no sentido de representarem o elemento fundamental de sua unidade, já que eles são em sua natureza dispersos, e que se constroem e reconstróem numa situação de dominação (CUCHE, 2002).

Os valores que possuem suas raízes nas culturas populares e que sejam fortalecidos por estas como o grau de solidariedade, altruísmo, respeito e tolerância são essenciais para o desenvolvimento sustentável de qualquer comunidade que queira sobreviver à era da globalização e das sociedades interligadas pelas redes que fundamentam as culturas massificantes⁷.

Sendo objeto de importantes pesquisas nas últimas décadas, a cultura popular vem desempenhando importantíssimo papel na construção de identidades regionais, principalmente em um país gigantesco como o Brasil, com suas dimensões continentais, marcado por diversidades em todos os aspectos em que se observe e onde a produção cultural sempre esteve restrita aos grandes centros.

Na medida em que as diversidades regionais⁸ passam a ser objetos de pesquisa, como resultado, os agentes sociais dessas regiões passam também ao

⁶Durkheim (1988) indica existir uma solidariedade social decorrente de um certo estado de consciência comuns a todos os membros da mesma sociedade; em resumo, as relações que regulam o direito cooperativo com sanções repressivas e a solidariedade que elas exprimem resultam da divisão do trabalho social.

⁷Adorno e Horkheimer (1985) apresentaram a partir das discussões da Escola de Frankfurt, os conceitos sobre cultura que assumem um novo olhar. Se antes a divisão era entre cultura erudita e cultura popular, agora entram em cena as discussões sobre a cultura de massa, com toda a ambigüidade que o termo massa sugere. A cultura de massa, ou para as massas, seria aquela que se apropriara das culturas eruditas e populares transformando-as em regime de produção em série, diminuindo o seu valor estético com o intuito de servir apenas para o consumo breve, fútil, imediato.

⁸Bourdieu (2004) sugere que a divisão regional é a representação que dela fazemos. Desta forma, a delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem. Sendo assim, a identidade regional é um produto da construção humana.

conhecimento coletivo e assim como sua realidade, sua cultura, sua história e, fundamentalmente, a sua concepção de cidadania, como cidadão possuidor de direitos naturais.

Portanto, a valorização da cultura popular e da historicidade regional contribui para que a sociedade desenvolva a individualidade e a coletividade entre seus membros, fortalecendo, dessa maneira, a autoestima em direção à busca do desenvolvimento proveniente de sua própria criatividade e conforme os seus próprios valores, pois é por meio da cultura, neste caso da cultura popular, que os indivíduos e suas sociedades interagem com o mundo a sua volta. A própria legislação curricular proposta pelo Governo Federal, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, apontam nesta direção quando mencionam que

É parte da estratégia de autoconstrução e autoreconhecimento, que permite ao indivíduo situar-se histórica, cultural e socialmente na coletividade, envolvendo seu destino pessoal no destino coletivo. Na perspectiva formativa, isso não implica negar a individualidade, mas combate os excessos do individualismo. Frente às imposições de uma economia e de uma rede de informações cada vez mais globalizadas, urge assegurar as identidades territoriais e culturais, não como sobrevivências anacrônicas, mas como realidades sociais constitutivas de sentido vivencial para os diversos grupos humanos. Nesse sentido a História tem um significativo papel a desempenhar na formação dos futuros cidadãos, entendendo-se estes quer como cidadãos de uma nação, quer como cidadãos do mundo (BRASIL, 1997, p. 244).

Não queremos com isto negar o fato de que este ser social não possa ser um ser cidadão do mundo globalizado; não se trata disto. Buscamos, sim, dar-lhe condição de além de ser cidadão desse mundo, possa também, ser cidadão de sua própria cultura, preservando assim sua própria existência, haja vista que compreender cultura popular e preservá-la significa situar o cidadão nesse espaço de enfrentamento às relações que unem dois conjuntos de dispositivos massificantes: de um lado, os mecanismos de dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que precisamente qualifiquem, ou antes, desqualifiquem sua cultura como inferior e legítima; e de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que lhes é imposto.

Bakhtin (2002, p. 185) relata que “o poder dominante e a verdade dominante não se veem no espelho do tempo, assim como também não veem o seu ponto de partida, seus limites e fins, sua face velha e ridícula, a estupidez e suas pretensões à eternidade e à imutabilidade”. Com isto, a proposta da associação da

cultura popular à educação básica, por si só, fundamenta-se enquanto elemento de resistência às políticas culturais da sociedade surgidas a partir da ascensão da sociedade típica das redes, pois

Em um mundo globalizado em que culturas e processos políticos e econômicos parecem fugir ao controle e ao alcance, a construção de identidades socialmente alicerçadas em conhecimentos organizados nas ciências humanas [...] constitui condição, imprescindível ao prosseguimento da vida social, evitando-se o risco da fragmentação ou da perda de referências existenciais (BRASIL, 1997, p. 245).

A virada do milênio trouxe consigo um conjunto de interrogações que logo se transformaram em desafios para a educação, enquanto política pública que possui a missão de despertar na sociedade a necessidade de se buscar outros caminhos para entender ou sobreviver às demandas relativas às transformações em decurso no universo capitalista (BAUMAN, 1999).

Para o desafio posto pela sociedade resultante do processo de globalização⁹, a valorização da cultura popular é uma possível resposta positiva na construção do sujeito social, na medida em que agrega consigo a noção de autoestima, tanto coletiva como individualmente.

O conjunto de reformas por que vem atravessando os sistemas educacionais latinoamericanos, inclusive o próprio sistema educacional brasileiro, são, na realidade, determinações propostas pelos organismos internacionais como o BIRD, FMI, OIT e UNESCO¹⁰ ligados ao grande capital e que trabalham em ressonância com as necessidades da sociedade industrial globalizada (DELORES, 2001) buscando formar apenas um lupin¹¹ à sua disposição.

Desta forma, cada vez mais se torna necessário propormos um modelo educativo que seja capaz de conceder ao educando, inserido nesta sociedade de redes, uma verdadeira referência cultural, fazendo com que possa resistir e sobreviver a essa nova realidade. Acredito ser a cultura popular um desses elementos, capaz até mesmo de proporcionar uma verdadeira educação que conduza o cidadão para um universo além do capital (MÉZAROS, 2005).

⁹Por globalização entendem-se aqueles processos atuantes em nível mundial, que ultrapassam as fronteiras, interagindo e interligando as comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo de fato mais interconectado (HALL, 1997).

¹⁰BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento, OIT - Organização Internacional do Trabalho, FMI - Fundo Monetário Internacional, UNESCO - Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação e Cultura.

¹¹Faz referência ao exército industrial de reserva, conjunto de trabalhadores em condição de desemprego e exploração e que por esta razão acabam suprindo a necessidade de mão-de-obra barata do sistema capitalista de produção.

Historicamente, a política educacional brasileira carrega consigo a exclusão, observada no preconceito de classe, de raça que são refletidas nas propostas curriculares minimamente voltadas para as classes populares e suas culturas, fortalecendo com isso o mito da democracia racial.

A cidadania como elemento social deve obrigatoriamente passar pela concepção de mundo. Esta concepção é inerente a cada indivíduo ou grupo social e, por sua vez, deve estar associada à construção de um conhecimento histórico-cultural próprio destes mesmos agentes sociais. Para se alcançar os elementos necessários da sua auto-manutenção, a apropriação dessa realidade individual e coletiva é o fundamento necessário ao pleno exercício da cidadania e, nesse contexto, a cultura popular, enquanto instrumento educativo associado ao currículo, passa a ser indispensável para a formação desse sentimento do sujeito enquanto cidadão.

Na medida em que este cidadão coloca-se ante a sua própria realidade individual ou coletiva agindo de forma única, entendo que a construção da realidade histórica-cultural pessoal é o fundamento pelo qual será possível o pleno exercício da cidadania; agir sobre sua própria realidade buscando adequá-la às novas demandas da sociedade capitalista pressupõe, antes de tudo, conhecê-la e vivenciá-la; só assim, conhecendo a cultura popular de sua comunidade, da sua cidade, de seu Estado, a sua própria história, será possível vislumbrar mecanismos que permitirão sua atuação cidadã sobre sua realidade.

Este sentimento de pertencimento fortalece a assimilação de elementos culturais populares fazendo com que se constitua a noção de resistência Castells (2003, p. 80) mostra-nos que

Assim surgiu o paradoxo de forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo estruturado por processos cada vez mais globais. Houve a produção de significado e identidade: minha vizinhança, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu ambiente. Contudo essa foi uma identidade defensiva, uma identidade de entrincheiramento no que se entende como conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável.

Nesse contexto, a cultura popular é um espaço privilegiado que permite, de forma crítica, trabalhar nos contrastes, nas diferenças para possibilitar aos sujeitos desses processos reverem-se nesses contrastes e se entenderem individual e coletivamente. A memória coletiva é uma das maiores garantias de nossa identidade histórica-cultural e por esta razão os processos educacionais devem ser

sensíveis às questões referentes à identidade cultural, para preparar a formação de seres humanos que sejam capazes de conhecer a sua própria história e cultura e, com isto, mantê-las vivas.

Foucault (1995) aponta o conceito de identidade cultural como uma fabricação e, por essa ótica, indica não existir uma identidade cultural constitutiva de um grupo ou indivíduo; o que há, de fato, é uma “valorização de singularidades de determinadas práticas que, em suas condições de emergência, estão inseridas em determinadas redes de poder”.

Um exemplo dessa rede pode ser observado em manifestações como carnaval e outras representações da cultura popular, elementos que, em um dado momento histórico no passado, consideradas práticas marginais¹², são re-significados dentro das políticas de globalização por instituições ou órgãos de competência que as valorizam como bens culturais e ícones de identidade local. Foi o que ocorreu com uma das festas populares mais conhecidas do Brasil, o bumba-meu-boi¹³, que, no Estado do Maranhão, emerge como um fenômeno identitário construído dentro de uma rede de poderes, fundamentalmente a partir do momento em que o governo do Estado passa a interferir politicamente no contexto da cultura popular e suas agremiações.

Canclini (2006, p. 195) nos relata que o patrimônio cultural funciona como recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem um acesso preferencial à produção e à distribuição dos bens. Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e do ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento.

¹² "O Governo proibira os fógos e destacára forças para que os bandos tradicionaes do Bumba-meu-boi não passassem do areal do João Paulo. Apesar dessas ordens rigorosas, na noite de 23 de Junho [de 1823], armados de perigosos busca-pés de folhas de Flandres e de carretilhas esfusiantes, grupos de rapazes, inimigos ferozes dos puças, affrontaram a soldadesca até ao Largo do Carmo, onde dançaram e cantaram versalhadas insultuosas contra os portuguezes, atravez de um verdadeiro combate de pedras, pranchadas e tiros de toda a especie. A casa de Francisco Coelho de Rezende, recém-construída, ficou muito damnificada e com as portas arrombadas, sendo atiradas á rua numerosa e finas mercadorias" (ABRANCHES, 1933, p. 110-111).

¹³ No Maranhão, porém, o Bumba-meu-boi diferenciou-se das demais formas nacionais, adotando um conteúdo ritualístico próprio, diversificando seus estilos e sotaques; criando novas formas de apresentação, de músicas, de adereços e pautando sua sobrevivência pelo gosto popular, sem, no entanto, desrespeitar a lenda que dá origem ao auto" (MARQUES, 1999, p. 80).

Estas transformações refletem a ingerência dos poderes públicos locais, tanto estadual como municipal, no seio da cultura popular, afirmados em um discurso onde a promoção da cultura popular conduziria o Estado ao progresso com a geração de emprego e renda, sendo aliada, neste contexto, a indústria do turismo, na realidade garimpa benefícios com a afirmação dos próprios grupos políticos dominantes, que da expressão cultura popular usufruem para consubstanciarem no poder.

No primeiro capítulo, apresento a fundamentação teórico metodológica proposta para a pesquisa associada à cultura popular, possibilitando consolidar os percursos típicos desse tipo de investigação, para então peregrinar pelos conceitos que se fizeram necessários ao longo do processo de pesquisa e, com isso percorro sobre o conceito de cultura e, por conseguinte, pelo conceito de cultura popular. Foi necessário buscar um entendimento sobre a situação da cultura popular no contexto neoliberal e no próprio contexto maranhense, toda esta situação sendo relacionada a uma postura de resistência e dominação.

Percorro, de forma sucinta, o conceito de identidade, fundamentalmente como ela é percebida na atualidade e, em decorrência o conceito de cidadania ao longo da história da humanidade ocidental, para então perceber a evolução da cidadania no Estado brasileiro, onde destaco a negação desse direito à maioria dos cidadãos brasileiros, mostrando como esta, se o é, é uma conquista percebida somente nas últimas décadas do século passado, fundamentalmente na época do fim da ditadura militar e do processo de redemocratização, que culminou com a promulgação da constituição em 1988.

O capítulo segundo é o instante onde o objeto, a cultura popular e eu próprio nos revelamos um para o outro, fundamental para que o entusiasmo anteriormente construído não sirva de obstáculo para a pesquisa. Parto da busca pelas possíveis relações existentes entre sujeito e objeto, a edificação da metodologia e do ambiente para a pesquisa com a cultura popular e como esta poderia ser associada à educação básica. Como procedimento de coleta de dados na pesquisa com cultura popular; utilizo os grupos focais que Gatti (2005, p. 14) afirma ser uma técnica:

Muito útil quando se está interessado em compreender as diferenças existentes em perspectivas, idéias, sentimentos, representações, valores e comportamentos de grupos diferenciados de pessoas, bem como compreender os fatores que os influenciam, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa, surgida na América do Norte nas primeiras décadas do século passado, logo após a primeira grande guerra. Tem por finalidade extrair respostas de determinados sujeitos em relação ao seu cotidiano. Originalmente era utilizada nas pesquisas nas áreas de saúde pública, e aqui é adaptada para a pesquisa em cultura popular.

Este procedimento se revelou de fundamental importância na pesquisa de campo realizada no bairro da Ascensão, sendo que se mostrou necessário uma pesquisa referente ao processo de formação do bairro e sua tradição¹⁴ com a cultura popular. Foi na Ascensão que apliquei os questionários da pesquisa, sendo utilizada a comunidade escolar da Unidade de Educação Básica Chico Xavier¹⁵. Ao final do capítulo discorro sobre uma proposta curricular que atente para a utilidade existente na cultura popular e como esta poderia constituir-se em uma perspectiva crítica e multiculturalista para o currículo da educação básica.

O capítulo terceiro é o momento em que será feita a análise dos dados resultantes da aplicação das entrevistas e questionários com os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa; estes serão apresentados de forma que consolide os objetivos inicialmente propostos pela pesquisa. Finalizando análise o projeto Sabença (1999), desenvolvido pela Secretaria de Estado da Cultura em parceria com escolas da capital maranhense, onde observo a relação da cultura popular; ao dia-a-dia da educação básica.

¹⁴Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...]. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial (HOBBSAWM, 1997, p. 9).

¹⁵Em conformidade com a resolução 196/CNS utilizarei as denominações de Ascensão para a comunidade pesquisada, de Chico Xavier para a Unidade de Educação Básica pertencente à rede municipal de educação, C. E. Antonio Lobo para a escola pertencente à rede estadual de educação e Museu da Cultura Popular (MCP) para a instituição ligada à Secretaria de Estado da Cultura, locais estes utilizados no processo de pesquisa

2 DESVELANDO OS CAMINHOS CONCEITUAIS DA PESQUISA

A construção do objeto fundamenta-se pelo fato de ser a cultura popular um amplo campo de pesquisas e debates necessários à formação de identidades perfeitamente alicerçadas nas realidades local e nacional e até então pouco explorada no contexto da educação brasileira.

Geertz (1989, p. 6) indica que o estudo da cultura¹⁶ tem se desenvolvido com base em uma mobilização para ordenar a complexidade intrínseca ao próprio conceito de cultura, e que estes esforços estavam fundamentados em um conceito estratificado de homem enquanto sujeito historicamente constituído.

O homem necessita desse mecanismo para estruturar suas ações. Neste sentido, o conceito ganha ampliações que ultrapassam a visão usual de cultura como conjunto de elementos delimitadores de diferenças entre os povos; é nesse instante que aparece o entendimento relativo à cultura popular.

Satriani (1986, p. 41), partirei do conceito antropológico de cultura e, mais particularmente, da antropologia cultural, onde a cultura sofreu um deslocamento conceitual, no sentido de pensá-la como o complexo dos modos de vida, dos usos, dos costumes, das estruturas e organizações familiares e sociais, das crenças do espírito, dos conhecimentos e das concepções dos valores que se encontram em cada agregado social; em palavras mais simples e mais breves, toda atividade do homem entendido como ser dotado de razão.

Chauí (1986, p. 11) revela que o termo cultura vem do verbo latino *colere* que, originalmente, era utilizado para o cultivo ou cuidado com a planta. Por analogia, o termo foi empregado para outros tipos de cuidado, como o cuidado com a criança ou puericultura, o cuidado com os deuses, ou culto etc. Cultura, era então, o cuidado com tudo que dissesse respeito aos interesses, do homem quer fosse material ou simbólico.

O termo cultura nos parece, concordando com Peter Burke, ainda mais controverso. Burke (1989, p. 25) nos fala de uma ampliação do conceito em tempos mais ou menos recentes. Escreve o historiador que até o século XVIII

¹⁶As noções de cultura aqui analisadas estão respaldadas nos trabalhos desenvolvidos por Canclini (1983), Geertz (1989), Cucho (2002) que servirão de referenciais fundamentais para o desvelamento do conceito de cultura presente neste trabalho.

O termo cultura tendia a referir-se à arte, literatura e música [...] hoje, contudo seguindo o exemplo dos antropólogos, os historiadores e outros usam o termo "cultura" muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante.

Canclini (1983, p. 29) propõe o uso do termo cultura para a produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais e culturais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social; ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido de um povo; entre as referidas práticas, destaca-se a educação.

Podemos afirmar que a cultura popular em seus mais variados aspectos, deriva fundamentalmente do que se entende inicialmente por cultura, que de forma análoga age como elemento constituinte básico da identificação para as diversas comunidades que a ela esteja integrada e, como observada no Estado do Maranhão e sua capital, que confere uma memória a ser compartilhada e símbolos capazes de produzir um eficiente nível de coesão social. Gullar (1965, p. 1), refletindo sobre esta coesão, destaca que

A expressão "cultura popular" surge como uma denúncia dos conceitos culturais em voga que buscam esconder o seu caráter de classe. Quando se fala em cultura popular acentua-se a necessidade de pôr a cultura a serviço do povo, isto é, dos interesses efetivos do país. Em suma deixa-se clara a separação entre uma cultura desligado do povo, não-popular, e outra que se volta para ele e.

O fato é que o "se volta para ele", como destaca Gullar (1965), pode ser percebido como algo construído pela própria sociedade em questão; são elementos inerentes ao próprio cotidiano e que perpetuam-se com o passar das gerações. Seria Inútil querer identificar a cultura popular a partir da distribuição supostamente específica de certos objetos ou modelos culturais. O que importa, de fato, tanto quanto sua repartição, sempre mais complexa do que parece, é sua apropriação pelos grupos ou indivíduos¹⁷.

Portanto, a evolução das formas culturais deveria ser normal à partir da própria experiência popular. Logo, seus estudos podem refletir sobre a própria situação dos estudos culturais em uma determinada sociedade em mudança, numa

¹⁷Chartier (1998, p. 184) sugere que não se pode mais aceitar "acriticamente" uma sociologia da distribuição que supõe implicitamente que à hierarquia das classes ou grupos corresponde uma hierarquia paralela das produções e dos hábitos culturais.

sociedade de consumo ou num mundo que se transforma e se desenvolve imerso em contradições, em cultura de massa.

A característica principal do conceito de cultura popular refere-se ao domínio coletivo, onde o popular é igual à cultura dos estamentos intermediários entre dois pólos, em quaisquer tipos de sociedade, independentemente do grau de desenvolvimento tecnológico. A cultura popular também se identifica com tipos de sociedades de modesto desenvolvimento tecnológico e tem como característica a aceitação espontânea da coletividade em seu entorno.

2.1 Proposta metodológica

A proposição teórico-metodológica estrutura-se em um trabalho de observação dos fenômenos sociais no campo da cultura popular, inserindo-se na abordagem qualitativa, optando-se pelo estudo dos grupos focais em uma comunidade da capital maranhense, onde é marcante a presença da cultura popular e onde estas manifestações resistem ao tempo e ao avanço da sociedade em rede, isto na perspectiva de construir um melhor entendimento sobre as manifestações da cultura popular. Dessa forma, tanto a metodologia como a estratégia de pesquisa procuraram adequar-se as especificidades do objeto.

Ao longo do estudo será feita uma consistente revisão bibliográfica na busca de maiores conhecimentos sobre os conceitos relacionados ao tema proposto, a fim de conhecer a evolução histórica sofrida pela mesma. Em seguida, propomos uma pesquisa empírica e de campo compreendendo as diversas manifestações populares típicas do Estado e presentes na comunidade da Ascensão.

Usarei como recurso a observação de campo, entrevistas e catalogação das diversas manifestações culturais do Estado do Maranhão. Serão aplicadas entrevistas, como acima mencionado, junto a pessoas de alguma forma relacionadas com a cultura popular na comunidade escolhida e junto aos órgãos públicos ligados a educação e cultura.

As entrevistas e questionários aplicados nos locais de pesquisa não serão dissociados dos acontecimentos e movimentos que ocorrem no ambiente; inclusive as minhas vivências subjetivas serão também aproveitadas durante e no decorrer

das entrevistas com bem observa Minayo (1994) onde a pesquisa qualitativa coloca interrogações que vão sendo discutidas durante o processo de trabalho de campo.

Esta etapa será realizada em uma Unidade de Educação Básica, a U. E. B. Chico Xavier, pertencente à rede municipal de educação da capital, onde proporemos os questionários às séries finais do Ensino Fundamental, aos professores das disciplinas Arte, História e Língua Portuguesa, além de gestores públicos e integrantes da cultura popular maranhense.

As atividades serão desenvolvidas simultaneamente, já que o levantamento bibliográfico tem por objetivo de configurar as hipóteses levantadas sobre o objeto, enquanto que a pesquisa de campo servirá para uma identificação real e prática do objeto, contribuindo para a elaboração da dissertação, que tem como finalidades Investigar a cultura popular como essencial elemento para a construção e afirmação da identidade e da cidadania no contexto da educação básica, a partir de um conjunto de práticas afirmativas, frente aos desafios colocados pelo advento da sociedade resultante do processo de globalização e da ascensão das culturas de massas em detrimento da cultura popular;

Procurou averiguar o avanço das culturas de massas, como resultante do processo de globalização buscando observar seus impactos sobre a cultura popular e a educação básica e com isto apresentar a cultura popular e suas manifestações como alicerces para construção da identidade histórico e cultural e de uma vivência cidadã na educação básica e por fim pretendo entender a cultura popular em suas mais diversas manifestações como conjuntos de espaços cidadãos, ações afirmativas e instrumentos transversalmente associados ao currículo da educação básica.

A cultura, em mundo como o presente, parece estar se direcionando para uma universalização ou uniformização como se seguisse os mesmos caminhos ditados pelo processo de globalização, que, como sabemos, atinge todos os setores da vida cotidiana. Este fenômeno, na prática, expressa os ditames do mercado visto em escala cada vez mais global e sem fronteiras, elemento este que gera, conforme Bauman (1999; 2008), a eliminação do sentido de distanciamento através da associação à dinâmica imposta pelo mercado consumidor eletrônico.

Para Bauman, os consumidores pós-modernos¹⁸ mais do que comprar e possuir bens, são consumidores/colecionadores de emoções e sensações, obrigados a seguir um estilo de vida ditado pelo mercado e seus elementos de persuasão (GIDDENS, 2002)¹⁹.

O próprio evento em si, o ato do consumo, que se dissemina e assume formas inéditas, representa em si uma emoção, uma sensação construída mediante uma complexa trama ritual e performática - o ato do consumo, cujo resultado atua no sentido de formar os fóruns íntimos e intersubjetivos dos indivíduos (BAUMAN, 2008).

Geertz (1989) mostra que homogeneização da cultura pelo mercado dos bens culturais não implica o desaparecimento das diferenças dos hábitos e das necessidades e do consumo das culturas locais, mas poderá contribuir para uma heterogeneização de produtos, idéias, imagens, possibilidades trazidas pelo aumento do fluxo entre as culturas; portanto, de algo que tende a se fortalecer gerando o risco de desaparecer com as novidades advindas da globalização.

Tal processo de individualização, decisivo na montagem de sistemas sociais de personalidade e conformação de muitas estimas coletivos são produzidos mediante a fruição e consumo de muitos bens simbólicos, muitos dos quais considerados patrimônios imateriais ou culturais (CANCLINI, 1983).

Neste contexto, marcado pela eliminação do sentido de distancia entre os povos e seus produtos e fronteiras, estão às culturas populares que, como um símbolo de resistência, lutam para se manterem vivas diante desta realidade expressada pelo processo de mundialização do capital; é esta luta e as possíveis ligações da cultura popular com a educação básica que almejo compreender, tudo isto dentro de uma concepção de identidade marcada por uma determinada cultura

¹⁸Bauman (2008) destaca os aspectos centrais do fetichismo que as mercadorias passam a exercer sobre os consumidores, fazendo-os não só se sentirem, mas portarem-se como mercadorias. Também faz uma análise de sistemas de agenciamento de encontros na Internet, onde os participantes se sentem atraídos pela facilidade de escolher os outros como objetos em uma prateleira - analisando suas qualidades e defeitos, sendo que: 'Tão logo aprendem a ler, ou talvez bem antes, a "dependência das compras" se estabelece nas crianças. [...] Numa sociedade de consumidores, *todo mundo* precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação' (BAUMAN 2008, p. 73).

¹⁹ "Nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo - não temos escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular da auto-identidade" (GIDDENS, 2002, p.79).

popular específica, fato que, na minha concepção, denota um verdadeiro sentido de pertencimento, uma noção de cidadania.

2.2 Desvelando o conceito de cultura

Como conduzir este debate entre cultura globalizada e cultura popular é o desafio inicial da pesquisa que terá nos conceitos o seu ponto de apoio teórico e metodológico. Inicialmente, tratarei do conceito de cultura e sua evolução, para em seguida associá-lo ao conceito de cultura popular, buscado dessa, forma uma interação entre ambos. Finalmente, tratarei da concepção de cultura de massa, pois é esta que mais se aproxima da noção de globalização.

Os conceitos de identidade e cidadania (BAUMAN 2005; CASTELLS 2003; CUCHE 2002; HALL 2006) terão função privilegiada, pois serão a partir deles que pretendo observar a cultura popular em interação com a educação básica e o processo formativo proposto pela educação oficial.

Buscando elementos no campo da antropologia e da História, observarei diversas variações referentes ao conceito de cultura. Um dos mais notórios encontramos em Geertz (1989), que define cultura como um conjunto de sistemas e de signos ou significados produzidos por grupos sociais específicos. Com isto, entender a cultura parte do pressuposto de se entender os símbolos, os mitos e os ritos e isto ocorreria através da “descrição densa” sobre estes mesmos símbolos, mitos e rituais que se encontram em um sentido antropológico, inseridos no cotidiano de determinadas culturas, gerando um processo que Geertz (1989) considera levar a “diminuir a amplitude do conceito e transformá-lo num instrumento mais especializado e mais poderoso teoricamente”, sobre o ser humano, pois

A ascensão de uma concepção científica de cultura significa, ou pelo menos estava ligada a, a derrubada da visão da natureza humana no iluminismo – uma visão que, o que quer que se possa falar contra ou a favor, era ao mesmo tempo clara e simples – e a substituição por uma visão não apenas mais complicada, mas enormemente menos complicada (GEERTZ, 1989, p. 46).

Esta noção de cultura com uma aceção antropológica forte, reiterando não se tratar aqui do “meramente simbólico”, tantas vezes ouvido, sobreposto ao humano como um adorno final, sofisticada características de seres já constituídos e consolidados afirmando que

A perspectiva iluminista do homem era, naturalmente, a de que ele constituía uma só peça com a natureza e partilhava da uniformidade geral da composição que a ciência natural havia descoberto [...] uma natureza humana tão regularmente organizada, tão perfeitamente invariante e tão maravilhosamente simples como o universo (GEERTZ, 1989, p. 46).

Também Geertz (1989), analisando “o impacto do conceito de cultura” sobre o conceito de homem, considera que “isso significa que a cultura, em vez de ser acrescentada, por assim dizer, a um animal acabado ou virtualmente acabado, foi um ingrediente, e um ingrediente essencial, na produção desse mesmo animal”, ou seja, o próprio ser humano aqui percebido como produto de uma determinada cultura.

Compreendo, contudo, o conceito de cultura como sendo um processo cumulativo de conhecimentos e práticas resultantes das interações, conscientes e inconscientes, materiais e não-materiais, entre o homem e o mundo em que vive; um processo de transmissão pelo próprio homem, de geração em geração, das realizações, produções e manifestações, que ele efetua no meio ambiente e na sociedade, por meio de linguagens, história e educação, que formam e modificam sua psicologia e suas relações com o mundo e com os seres humanos, da própria cultura a que ele pertence.

Outro suporte para o conceito de cultura encontra-se em Cuche (2002), que analisando “a noção de cultura nas ciências sociais”, destaca que o triunfo do conceito de cultura se realizara quando este é acolhido pela escola antropológica norte-americana do século passado, sendo que as especificidades que compunham a realidade americana eram favoráveis para a construção deste conceito, já que

Neste contexto científico particular, a pesquisa sobre a questão da ou das culturas é verdadeiramente cumulativa e não terá nenhum declínio. Isto é tão verdadeiro que falar de antropologia americana ou de “antropologia cultural” é praticamente o mesmo. A consagração científica de cultura é tanta nos Estados Unidos que o termo é adotado rapidamente em seu sentido antropológico pelas disciplinas vizinhas, sobretudo a psicologia e a sociologia (CUCHE, 2002, p. 65).

O que se percebe na seqüência do trabalho de Cuche é que as características particulares da sociedade americana fortemente marcada pelo processo de imigração, especialmente intenso naquele país e que ocasionou uma feição multirracial àquela sociedade em seu processo de formação, gerou as condições necessárias para o triunfo do conceito de cultura e sua rápida assimilação pelas demais ciências sociais.

Cuche (2002), com base em análises oriundas em Weber (1991) traça sua concepção de cultura dominante; afirma que ambos não se enganaram quando propuseram que “a cultura da classe dominante é sempre a cultura dominante” e que esta era dotada de uma espécie de superioridade intrínseca ou mesmo de uma força de difusão que viria de sua própria “essência” e que permitiria que ela “dominasse” as outras culturas.

Outra preocupação presente em Cuche (2002) refere-se ao debate existente no seio das ciências sociais, entre cultura dominante e cultura dominada. Afirma ele que “mesmo grupos socialmente dominados não são desprovidos de recursos culturais próprios” e que há nestes grupos a “capacidade de reinterpretar as produções culturais que lhes são impostas” fato que nos leva a inferir que “uma cultura dominada não é necessariamente uma cultura alienada”. Também destaca o fato de que sofrer uma espécie de dominação cultural não implica “necessariamente aceitar” esta mesma dominação. Concluo este processo de conceituação buscando a noção de presente na obra as culturas populares no capitalismo, onde temos

O uso do termo cultura para a produção dos fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação ou reestruturação do sentido (CANCLINI, 1983, p. 29).

Estes argumentos geram os caminhos necessários para se entender o que pretendo compreender por cultura popular, se a concebermos como culturas dominadas inseridas em um contexto mais amplo, os das culturas dominantes existentes no capitalismo. A seguir, iniciarei os debates a respeito do conceito de cultura popular.

2.3 Desvelando o conceito de cultura popular

A minha referência inicial para o debate sobre este conceito se far-se-á através do clássico trabalho de Bakhtin (2002), “A cultura popular na Idade Média e no Renascimento” onde, a partir da análise da obra de François Rabelais²⁰, o autor

²⁰O renascentista francês François Rabelais misturou elementos de diversos gêneros narrativos em seus livros - crônica, farsa, diálogos, comentários, etc., temperando-os com um humor bem popular. Suas idéias e anedotas enaltecem os prazeres físicos da vida: a comida, a bebida e o sexo, e satiriza o ascetismo religioso. “Beba sempre e você nunca vai morrer”, escreveu no primeiro volume de “Gargantua”.

desvela ser a cultura medieval assinalada por elementos pertencentes à cultura popular.

Devido a isso, buscando melhor compreender a obra rabelaisiana, Bakhtin percebeu as diversas manifestações dessa cultura. Porém, a cultura popular é percebida por Bakhtin como um instrumento capaz de “revelar a unidade, o sentido e a natureza ideológica profunda dessa cultura, isto é, o seu valor como concepção do mundo e o seu valor estético” que existiu junto ao povo comum, os servos, e que era pouco apreciado pelas elites nobiliárquicas da idade média europeia

Na realidade a cultura popular cômica é infinita e, como já vimos, extremamente heterogênea em suas manifestações. Em relação a ela, nosso objetivo é puramente teórico e consiste em revelar a unidade, o sentido e a natureza ideológica profunda dessa cultura, isto é, seu valor como concepção de mundo e o seu valor estético (BAKHTIN, 2002, p. 50).

Além de desvendar diversas manifestações da cultura popular, Bakhtin (2002) também percebe as tensões existentes na relação entre a cultura cômica popular e a cultura oficial da Igreja e do Estado feudal, marcada pela seriedade e teocentricidade²¹. Aqui, a cultura popular do riso²² estava fora da cultura oficial, tendo, assim, um tom contestador e subversivo aos valores oficiais e à ordem vigente; em outras palavras, estava em xeque, aqui, a dualidade entre o sagrado e o profano, sendo que os elementos pertencentes às culturas populares européias eram geralmente associados às práticas profanas, isto, evidentemente, a partir da concepção do clero e da sociedade nobiliárquica dominante.

Quando observa a multiplicidade de manifestações pertencentes à cultura popular medieval, dentre elas, as festas, tanto rurais como urbanas, com destaque para o carnaval, possivelmente como ainda é atualmente a festa mais profana do ocidente e na época a festa popular por excelência e verdadeira expressão da festa pública, independente do Estado e da Igreja Católica imbricados em suas instituições e avessos a esses elementos

Para compreender a profundidade, as múltiplas significações que a força dos diversos temas grotescos, é preciso fazê-lo do ponto de vista da unidade da

²¹A Igreja Católica Apostólica romana foi a única instituição que sobreviveu à decadência do outrora poderoso império romano do ocidente [...] teve um papel fundamental no processo de formação do ocidente europeu, concentrando em suas mãos o poder político e teológico tipicamente teocêntrico Anderson (2000, p. 151) mostra que “a igreja foi, por tanto, a ponte indispensável entre duas épocas, numa passagem catastrófica, não cumulativa, de um modo de produção para outro”.

²²“Esse riso é ambivalente: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente” (BAKHTIN, 2002, p. 10). “devemos assinalar especialmente o caráter utópico e o valor de concepção do mundo desse riso, dirigido contra toda superioridade” (BAKHTIN, 2002, p. 11).

cultura popular e da visão carnavalesca do mundo; fora desses elementos, os temas grotescos tornam-se unilaterais, débeis e anódinos (BAKHTIN, 2002, p. 45).

Justamente como o clero dominante observava as manifestações da cultura popular medieval, e nesse contexto de insignificância dada pelos donos do poder é que elementos populares como o banquete, o comer e o beber bem e em abundância, ou seja, a farta mesa; as imagens exageradas e hipertrofiadas do corpo grotesco, por exemplo, as máscaras e os bonecos com enormes bocas; o vocabulário, marcado pelas obscenidades e grosserias, elementos não oficiais da linguagem, sendo própria do povo por isso mesmo popular, eram capazes de expressar e transmitir a sua percepção carnavalesca do mundo; os jogos de cartas, xadrez, esportivos, boliche e pelota, e até mesmo os infantis; as adivinhações e as injúrias, que aparecem de forma indissociável e complementar, elementos que compõem e configuram a festa profana do carnaval, onde o riso possuía um sentido mais amplo e profundo, de acordo com análise de Bakhtin (2002, p. 70) o carnaval “concretiza a esperança popular num futuro melhor, num regime social e econômico mais justo, numa nova verdade” a fantasia do carnaval.

Esta mesma fantasia social presente na festa carnavalesca é evidenciada no carnaval brasileiro. Em Canclini (2008, p. 221-222), percebe-se que

São invertidas as ordens tradicionais de uma sociedade em que a inserção de negros e brancos, etnias antigas e grupos modernos pretende resolver-se mediante hierarquias severas [...] no carnaval ocorre um jogo entre a reafirmação das tradições hegemônicas e a paródia que a subverte pois a explosão do ilícito está limitada a um período curto, definido, logo após o qual se retorna à organização social estabelecida. A ruptura da festa não liquida as hierarquias nem as desigualdades, mas sua irreverência abre uma relação mais livre, menos fatalista, com as convenções herdadas.

Esta fantasia social propiciada pela festa carnavalesca, que altera as estruturas sociais em uma espécie de fenomenologia social, também pode ser percebida como uma forma de resistência à ordem social imposta pelo sistema capitalista, de forma que

Mediante o ritual da festa, o povo impõe uma ordem a poderes que sente como incontroláveis, procura transcender a coerção ou a frustração de estruturas limitativas através de sua reorganização cerimonial, imagina outras práticas sociais, que as vezes chega a por em prática no tempo permissivo a frustração (CANCLINI, 1983, p. 55).

Logo em Canclini (2008), o elemento popular tem destacada importância, principalmente quando ele propõe uma necessária desconstrução do termo popular para em seguida reconstruir o mesmo dotado de um conceito. Expõe outrossim, a

necessidade desta reconstrução não se basear apenas pelo prisma de uma das ciências como a sociologia, mas sim pelo trabalho em conjunto de todas as Ciências Sociais.

Aqui, a cultura popular está envolvida por variados elementos que a determinam ou a modificam, criando “mecanismos de cooperação voltados para a satisfação das necessidades sociais”, dependendo, é claro do seu grau de interação com estes mesmos elementos. O popular assim como na Idade Média, é associado não ao tradicional, mas ao subalterno, enquanto que a cultura dominante, da mesma forma que vista por Cucho (2002), está sempre relacionada ao moderno e, naturalmente ao hegemônico. Analisando este tradicionalismo, Canclini (2008, p. 206) mostra que

O tradicionalismo é hoje uma tendência em amplas camadas hegemônicas e pode combinar-se com o moderno, quase sem conflitos, quanto à exaltação das tradições se limita à cultura enquanto a modernização se especializa nos setores social e econômico.

Outra análise proposta por Canclini (2008) faz referência à história do popular e ao fato de que esta sempre esteve associada à historicidade dos grupos excluídos da sociedade, despossuídos de “patrimônio” material ou imaterial e, por esta mesma razão, não conservadores, enquanto que a maioria dos debates promovidos sobre a cultura e os avanços sofridos por ela são resultantes, exclusivamente, dos setores hegemônicos sendo esta tendência derivada do iluminismo do século XVIII, onde o acesso à cultura estava restrita as elites burguesas. Fica evidente que, para Canclini (2008)²³, o popular está diretamente relacionado à tradição e que visualizando-o a partir do folclore, que também se refere à tradição, esta se associa à criatividade e à vida simples das comunidades camponesas assim como feito por Bakhtin (2002).

Séculos depois, já na renascença, momento de grande efervescência cultural na Europa, Bakhtin (2002) percebe o enfraquecimento das fronteiras entre a cultura oficial e a popular, ocorrendo nitidamente uma circularidade entre elas

É no fim da Idade Média que se inicia o processo de enfraquecimento mútuo das fronteiras entre a cultura cômica e a grande literatura. Formas inferiores começam cada vez mais a infiltrar-se nos domínios superiores da literatura. O riso popular penetra na epopéia, aumentam as suas proporções nos mistérios. [...] A cultura cômica começa a ultrapassar os limites estreitos

²³Canclini (2008, p. 19) compreende hibridização como resultado de diversas mesclas interculturais que abrangem termos usualmente empregados, tais como mestiçagem e sincretismo. Segundo ele, esse termo “permite incluir formas modernas de hibridização e supera as referências feitas geralmente a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais”.

das festas esforça-se por penetrar em todas as esferas da vida ideológica (BAKHTIN, 2002, p. 84)

Em outra abordagem, o conceito cultura popular torna-se um tanto quanto difícil de ser definido devido a uma ambiguidade semântica e a uma questão de polissemia dos termos que a compõem “cultura” e “popular” Cuche (2002, p. 147) assim relata

Do ponto de vista das ciências sociais, duas teses unilaterais diametralmente opostas devem ser evitadas; a primeira que poderíamos qualificar de minimalista, não reconhece nas culturas populares nenhuma dinâmica, nenhuma criatividade próprias. As culturas seriam apenas derivadas da cultura dominante que seria a única reconhecida como legítima que corresponderia então à cultura central, a cultura de referencia. As culturas populares seriam apenas culturas marginais.

Da mesma o autor forma mostra que, por outro lado, é possível conceber-se a cultura popular de uma maneira que venha a valorizar seus elementos constitutivos, legitimando-os dentro de um determinado contexto social capaz de assimilá-los, pois

Em oposição a esta concepção miserabilista está à tese maximilista que pretende ver nas culturas populares, culturas que deveriam ser consideradas como iguais e mesmo superiores à cultura das elites. Para os adeptos desta tese, as culturas populares seriam culturas autênticas, culturas completamente autônomas que não devem nada à cultura das classes dominante (CUCHE, 2002, p. 148).

Com isto, afirma como feito anteriormente, que a cultura popular é uma cultura dominada não implicaria em afirmar que esta seria uma “cultura alienada”, principalmente em relação a outras culturas, notadamente, a cultura dominante

As culturas populares revelam-se, na análise, nem inteiramente dependentes, nem inteiramente autônomas, nem pura imitação, nem pura criação. Por isso, elas confirmam que toda cultura particular é uma reunião de elementos originais e importados, de invenções próprias e de empréstimos. Como qualquer cultura, elas não são homogêneas sem ser, por estas razão, incoerentes (CUCHE, 2002, p.149)

Considerando todos estes elementos, Cuche (2002) adverte que no arcabouço formativo das culturas populares, como características fundamentais desta, elementos de resistência à dominação justamente por não ser esta parcela ou a própria cultura dominante. Canclini (2008, p. 204) enfatiza que esta é uma visão preconceituosa e patrimonialista, onde o popular é o excluído: aqueles sem patrimônio ou que não conseguem que ele seja reconhecido e conservado; os artesãos não chegam a ser artistas, a individualizarem-se, nem a participar do mercado dos bens simbólicos “legítimos”.

Contudo, Chauí (1994, p. 120) destaca que “[...] assim como a operação da história continua, una e progressiva, apaga a diferença temporal na diversidade empírica dos tempos, a cultura popular pode ser posta como guardiã das tradições”, e, a seguir, conclui “[...] dessa maneira, a continuidade temporal da história ressurgue na continuidade temporal da cultura”, onde “o passado preservado pela cultura popular é o futuro garantido pela cultura instruída”

Todo este debate sobre as diversas noções de cultura que me conduziu à noção de cultura popular acaba por associar e não seria de forma diferente, à questão de como estas se comportam no atual estágio da sociedade capitalista e globalizada. Meu passo seguinte concentra-se em observar como se posiciona as diversas culturas populares em meios às transformações promovidas pela era da informalização e da produção em redes.

2.3.1 A CULTURA POPULAR NO CONTEXTO NEOLIBERAL: dominação e resistência

Qual seria a posição em que se encontram as culturas populares num cenário marcado pelas regras do mercado e sua dinâmica, onde as mercadorias se renovam a cada instante, exigindo, assim, novos mercados²⁴ e novos consumidores destas mesmas mercadorias, cada vez mais efêmeras e pouco duráveis? Este fenômeno também acontece com a cultura o com a cultura popular? Como responder a estas novas indagações nas quais, de um lado, estão as culturas globalizadas, as culturas de massa e, de outro, as culturas populares? Quais seriam as implicações do processo de mundialização do capital para as culturas populares? Como elas eram percebidas no passado e como são percebidas atualmente? É o que tratarei de analisar a partir de agora.

Diretamente relacionada à dinâmica do mercado global²⁵ está a noção de cultura de massa, já que esta é a que mais se aproxima da lógica do mercado, por

²⁴Todos estamos *dentro* e *no* mercado, ao mesmo tempo cliente e mercadoria. Não adianta que o uso/consumo das relações humanas, e assim, por preocupação, também de nossas identidades (nós nos identificamos em referencia a pessoa com quem nos relacionamos) se emparelhe, e rapidamente, com o padrão do uso/consumo de carros, imitando o ciclo que se inicia na aquisição e termina no depósito de supérfluo (BAUMAN, 2005, p. 98).

²⁵A revolução tecnológica da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma

abranger um grande público alvo que, graças aos meios de comunicação de massa, como a televisão e a internet, encontram-se aptos a consumi-las. Esta lógica tem início quando

[...] 'o modo de produção dessa cultura, que obedece aos esquemas da produção industrial de massa' [...] e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa acompanha a introdução cada vez mais determinante dos critérios de rendimento e de rentabilidade em tudo o que se refere à produção cultural. A "produção" tende a suplantar a "criação" (CUCHE, 2002, p. 158).

Logo, o que se percebe na análise de Cuche (2002) é que a associação do mercado produtor, através dos meios de comunicação de massa, ao mercado consumidor tende a estar direcionado a um determinado público alvo, aquele que possui um relativo poder de consumo, notadamente as classes médias e as classes abastadas, mas que nem por isso deixa de atingir as classes populares. Porém existe nessa relação uma certa exclusão típica dessas mesmas relações de poder e consumo e que nas classes populares gera um sentido de resistência

Por outro lado, é falso pensar que os meios populares seriam mais vulneráveis à mensagem da mídia. Estudos sociológicos mostram que a penetração da comunicação da mídia é mais profunda nas classes medias do que nas classes populares [...] ela depende do que chamamos de "atenção oblíqua", que vem de ma atitude geral de prudência e até de ceticismo em relação a todo que emana do meio popular ao qual se pertence (CUCHE, 2002, p. 159).

Esta resistência existente nos meios populares e suas culturas mostram tão somente o ataque que estas sofrem através da mídia, que busca, através do convencimento destas, excluí-las mas do que já estão, deste mesmo mercado; uma forma de convencimento através do esclarecimento para uma possível dominação futura pela própria ideia do mercado enquanto mito. Adorno (2000, p. 24) enfatiza que

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em pode manipulá-los.

Cuche (2002) mostra que a manipulação e a própria dominação das massas pelo mercado é o meio pelo qual se torna possível este fenômeno. A cultura é um desses meios que, quanto mais padronizada que seja e convertida em produto

cultura de virtualidade real e construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes" (CASTELLS, 2000, p. 17).

de uma emissão, sua recepção não pode ser uniforme e depende muito das particularidades culturais de cada grupo, bem como da situação que cada grupo vive no momento da recepção gerando

O absurdo desta situação, em que o poder do sistema sobre os homens cresce na mesma medida em que se subtrai ao poder da natureza, denuncia como obsoleta a razão da sociedade racional. Sua necessidade não é menos aparente do que a liberdade dos empresários, que acaba por revelar sua natureza compulsiva nas lutas e acordos a que não conseguem escapar (ADORNO, 2000, p. 49).

Resistir a essa dominação pré-estabelecida pela cultura dominante²⁶ parece ser o caminho que deve ser adotado pelas diversas culturas populares nesses momentos de transformações rápidas e incessantes promovidas pelo capital e seus mecanismos. Esta resistência parece-nos ser a eterna luta travada pelas culturas populares ao longo da história e que, neste momento, se configura, como nunca antes, cada vez mais fundamental, pois as características líquidas desses novos tempos assim a exigem. Da mesma forma em que encontrado em Adorno (2000), a sobrevivência aos aparelhos de dominação da indústria cultural e tecnológica é uma alternativa indicada por Hall (2006, p. 236), onde afirma que

Temos agora que começar a falar não somente das discontinuidades e das mudanças qualitativas, mas também de uma fratura muito forte, uma ruptura profunda, especialmente na cultura popular do período pós-guerra. Aqui não se trata apenas de uma mudança nas relações culturais entre as classes, mas do novo relacionamento entre o povo e a concentração e expansão dos novos aparatos culturais. Seria possível hoje nos propormos a escrever a história da cultura popular sem levar em consideração a monopolização das indústrias culturais, por trás de uma profunda revolução tecnológica.

Como se percebe, há todo um processo estruturado pelas classes dominantes no sentido de sua frequente imposição e de seus modelos culturais perante aos demais. Este aspecto também é exposto enfaticamente por Hall (2006), que chega a afirmar existir, uma ao longo da história da humanidade, uma luta, jamais travada em condições de igualdade, devido às próprias características existenciais entre as classes dominante e dominada no campo cultural

Creio que há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la de e confinar suas definições e formas dentro de gama mais abrangentes de formas dominantes (HALL, 2006, p. 239).

²⁶Castells (2000, p. 84) indica que as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem, global e pelas transformações incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos.

E conclui sua análise indicando que as culturas populares constituem um terreno, uma espécie de arena de luta onde

De certo a cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada: é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência. É por isso que a cultura popular importa (HALL, 2006, p. 246).

Há também um processo de adaptação, adequação ou assimilação das culturas populares a essa nova realidade, possivelmente uma questão de sobrevivência, mas, de certa forma, uma imposição das classes e da cultura dominante que acabam exigindo essa adaptação. Essas alterações são percebidas como uma espécie de evolução e refinamento dentro das manifestações das diversas culturas populares, Canclini (2008, p. 195) nos relata que o patrimônio cultural funciona como recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem um acesso preferencial à produção e à distribuição dos bens. Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõe dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e do ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento, criando com isso uma postura capitalista e mercadológica para as culturas populares que passam a se integrar ao gigantesco setor dos serviços especificamente o turismo, outro importante gerador de renda e tributos.

Além do interesse de arrecadação e dinamização do setor econômico dos serviços, os governos se esmeram em granjear, junto às atividades culturais, modalidades de legitimação e visibilidade de suas respectivas administrações. A gestão da cultura que, em certa medida, também é a gestão da subjetividade coletiva, assume, como percebido por Canclini (1983, p. 187), uma dinâmica de racionalidade administrativa (calendários anuais, programações, vasta divulgação publicitária, patrocínio privado, recursos extraorçamentários, fundos de incentivo, renúncia fiscal, entre outros) que passam a fazer parte das grandes políticas públicas de Estado, como é o caso de algumas secretarias de cultura e turismo no país e do próprio Ministério da Cultura²⁷.

²⁷Ver estudos sobre a economia da cultura no sítio do Ministério da Cultura em colaboração com o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia. Disponível em: <<http://www.minc.gov.br>>.

O que se percebe nesta análise é a existência contínua de posições antagônicas no campo da cultura, seja esta a cultura dominante ou a cultura popular, não importando o espaço onde esta ocorra. É histórico da humanidade este confronto, sendo este nada mais que reflexo dos próprios enfrentamentos existentes no seio das classes sociais e suas posições de dominação ou dominado que se encontram envoltos sobre alguma forma de identidade e resistência²⁸. Portanto o próximo passo consiste em elucidar o conceito do termo identidade como resultante dos termos anteriores e a eles estreitamente interligados.

2.3.2 A CULTURA POPULAR NO CONTEXTO MARANHENSE: Oligarquia²⁹ e dominação

A presença de grupos políticos que frequentemente dominaram o cenário maranhense é claramente percebida já nos momentos subsequentes à independência, e nas lutas que se seguiram pelo controle administrativo da província, sendo que este modelo de composição política preponderante, a oligarquia, se constituiu em um padrão comum nos últimos dois séculos da história do Estado, sofrendo apenas readequações consoante as necessidades exigidas pelos novos arranjos políticos e sociais que se forjaram em períodos particulares, como aqueles que promoveram a alternância ou a renovação do poder, sem, contudo, alterar drasticamente a forma de dominação imposta ao Estado.

Em diversos momentos esta disputa pelo poder no Maranhão gerou conflitos de interesses, que em acirramento, conduziram a lutas armadas como as registradas durante a Balaiada no século XIX ou durante a greve de 5 no século passado. Analisando um desses períodos de alteração e mesmo continuidade no grupo controlador da política do Estado, fato que necessariamente não alterou a forma de dominação predominante, a oligarquia, Barros (2007, p. 33) destaca brilhantemente que

²⁸Chauí (1994, p. 62) destaca que é no interior dessa sociedade que desejamos examinar alguns aspectos da cultura popular como resistência. Resistência que tanto pode ser difusa – como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafites espalhados pelos muros das cidades – quanto localizada em ações coletivas ou grupais.

²⁹O conceito de oligarquia aparece aqui em conformidade com os trabalhos desenvolvidos por Costa (2006) e Reis (1992), enquanto que Gonçalves (2006) utiliza a designação dinastia. Todos analisam o domínio político exercido pela família Sarney e seu restrito grupo de agregados no estado do Maranhão configurando dessa forma a concentração do poder político nas mãos de uma minoria instalada no poder, a oligarquia.

Já o período que vai de 1945 a 1965 é marcado pela 'oligarquia vitorinista', que será substituída por uma outra, a 'oligarquia Sarney', a partir de 1966. O vitorinismo se caracteriza pelo domínio, da cena política estadual, de Victorino Freire, que era líder da "Ocupação". Esta era acusada pelas 'Oposições Coligadas' de consolidar um projeto contrário às ditas verdadeiras tradições maranhenses. Em 1966, com a vitória desta última, inicia-se o 'sarneismo'.

Na prática o sarneismo utilizou-se da mesma fórmula empregada pelas oligarquias, suas antecessoras para atingir o poder no Maranhão, este artifício e explicado por Ries (1992, p. 36) como

o hibridismo verificado na formação da oligarquia, ao mesmo tempo surgindo no interior dos grupos de famílias importantes da região e aproveitando as condições de sua atuação para a sedimentação de interesses próprios, se refletem nas formas mais comuns da crise intra-oligárquica, que surgem devido ao acirramento das disputas pelo acesso aos postos de mando ou por modificação ocorrida no âmbito do governo central, que produzem efeitos sobre a relação de forças entre os grupos regionais.

E é exatamente esta estrutura oligárquica de dominação política, e até dinástica (Gonçalves, 2006) em certos momentos, que vem marcando há décadas sua presença no Estado. É exatamente este grupo político assentado no poder do Estado e representado pela herdeira política da oligarquia a governadora Roseana Sarney Murad que buscou na cultura popular e na sua ressignificação um instrumento de fortalecimento e manutenção no domínio político.

Tendo por base a construção do discurso oficial a partir da ideologia da classe dominante, buscando assim o controle dos setores a elas subordinados podemos perceber que a ingerência do poder governamental no campo da cultura, especificamente a popular, tem como objetivo assumir e disciplinar a sua estrutura de funcionamento, a fim de com isso angariar resultados políticos a seu favor.

Tal processo pôde ser visto principalmente a partir do primeiro mandato da governadora Roseana Sarney Murad, quando através da Secretaria de Estado da Cultura passou-se a investir capitais públicos no setor cultural. Para tanto, foi necessário a montagem de todo um aparelho ideológico de Estado que faria da própria governadora a expressão da defensora máxima da cultura popular

A concepção conservadora de cultura popular do governo Roseana Sarney tem propósitos bem definidos e serve como instrumento ideológico que contribui para a manutenção do domínio político de um grupo da classe dominante. As estratégias utilizadas pelo governo [...] incluem práticas clientelistas, formulação e execução de uma pretensa política cultural com a inserção mercadológica da cultura popular associada ao turismo. A produção de eventos culturais, a contratação de grupos folclóricos, a instalação de museus, a personificação da política produzida midiaticamente na figura da governadora boieira estão entre as estratégias

que definem o curso das ações marcadas pelas contradições e tensões de uma formação de classes (SILVA, 2008, p. 23-24).

Possivelmente, o mais destacado trabalho feito pelo Governo do Estado em relação à cultura popular foi a resignificação de seu status, retirando-a de sua condição subalterna, marginalizada e desorganizada e conduzindo-a a símbolo identitário do próprio Estado. Práticas consideradas marginais em um determinado período da história estadual são, assim, resignificadas na lógica do capitalismo e do poder político governamental e sob o discurso oficial, transformadas na própria identidade do povo maranhense. Tal visão estava apoiada no discurso gerador do progresso econômico, uma vez que desenvolveria no Estado a poderosa indústria turística o que contribuiu para a geração de emprego e renda em um Estado pouco desenvolvido se comparado ao contexto nacional, Burke (1989, p. 207) demonstra que existe [...], de um lado, o esforço sistemático das elites [...] "para mudar as atitudes e valores do resto da população" e "para suprimir, ou ao menos purificar, vários elementos da cultura popular tradicional"; de outro, o abandono, pelas classes superiores, de uma cultura até então comum a todos.

Esta mesma ideia é compartilhada por Barros, (2007, p. 25) em sua análise a respeito da identidade maranhense e como esta era percebida pelos seguimentos da sociedade ludovicense, para estes

só faria sentido analisar processos de modelação e (re)invenção da identidade maranhense inserindo-a no conjunto das relações sociais e mudanças históricas das quais ela própria é agente e produto[...] os chamados populares participam ativamente e concretamente dos processos de construção e transformação de identidade maranhense, assim como grupos e indivíduos que freqüentemente ocupam o lugar das elites e dos estratos sociais intermediários, a exemplo dos intelectuais e outros letrados, gerando mudanças e permanências no sistema de representação coletiva da região denominada Maranhão, entendendo que esse sistema deve ser interpretado a partir de uma abordagem que considere as produções discursivas e as práticas sociais.

A política cultural do Estado passa então a orientar as festividades populares típicas do Estado do Maranhão, como o festejo Divino Espírito Santo, o carnaval, o tambor de crioula, o São João e o Natal entre outros. Destes, o carnaval e o São João são os mais valorizados por representarem, principalmente na capital do Estado³⁰, as festividades mais destacadas, e onde a personificação do poder

³⁰ Gonçalves (2008, p. 230) mostra que o "trabalho de produção da dominação política sedimenta a legitimidade através da construção da autoridade *de quem fala* e *de quem faz a política*". As campanhas eleitorais Roseana Sarney Murad para o Governo do Estado nos anos de 1994 e 1998 mostram-se "ricas em imagens e fatos que reverberam na *eficácia simbólica*, na autoridade de quem diz algo sobre alguma coisa" fazendo da candidata a "líder de uma coligação que poderá engajar o

através das festas populares poderia com isso construir a popularidade da governadora

Há uma idealização intelectual e conservadora da cultura popular que ganha corpo na política de direcionamento cultural do governo: a concepção de cultura popular está tanto desconectada dos conflitos sociais, como desconsidera as dinâmicas que cercam a vida dos grupos subalternos. O governo desvia a atenção dos conflitos de hoje iluminando os conflitos de ontem. As discriminações sofridas pelos grupos da cultura popular seriam coisas do passado. O presente, então, é o concebido pelo governo como o palco iluminado onde as estrelas são os grupos de bumba-meu-boi, são os artistas da cultura popular – o que resulta daí é a imagem do governante identificado com as expressões populares (SILVA, 2008, p. 23-24).

A ingerência do Governo do Estado no campo da cultura popular se deu de forma autoritária e dissimulada transformando seu cotidiano e ritualística em um sistema ordenado de características tipicamente capitalista, uma verdadeira indústria cultural. Com isso, espaços de apresentação e agendas das festividades foram reelaborados, dando assim a impressão de um Estado festeiro o ano todo, destaca-se também o significativo aumento dos recursos públicos destinados ao setor cultural, tornando possível o alavancamento da cultura popular maranhense no período em questão Silva (2008, p. 105) destaca que

As ações no campo da cultura popular apresentam-se como políticas voltadas para os interesses dos grupos subalternos e como estratégia de formato ao mercado cultural. O governo canaliza verbas orçamentárias nas ações programadas para a cultura popular [...] somente os recursos divulgados pela Secretaria de Cultura para os festejos juninos saltam de R\$ 250.000,00 no ano de 1997 para R\$ 6.000.000,00 no ano de 2002, deixando sem orçamentos outras áreas culturais.

No plano social, o que se observou foi à imposição da classe dominante do Estado, representada pela própria governadora que, oriunda de uma tradicional família do Estado deu apenas continuidade ao projeto político oligárquico iniciado por seu progenitor, iniciado na década de 1960, data da sua chegada ao poder, pois “[...] a classe dirigente elabora, apresenta e difunde na sociedade civil uma concepção na qual o Estado é apresentado como representante do conjunto do povo” (PIOTTI, 1992, p. 190).

O que de fato é estabelecido pelo governo é um modelo de relações entre este e os setores da cultura popular local, onde tais relações consubstanciam-se na idéia da interdependência, sendo esta nada mais que uma estratégia do grupo

Maranhão no século XXI, ao jingle da campanha em que se misturam elementos da identidade pessoal (*gene*), identidade regional – Maranhão (*deme*)”, instrumentos simbólicos que contribuíram para a personificação da imagem da governadora.

dominante para continuar a já instituída dominação política, agora revestida de elementos novos do ponto de vista do jogo político, a cultura popular³¹.

Gonçalves (2006, p. 235) refere-se a esta temática mostrando que ocorre na “festa cívica que momentaneamente apaga as diferenças sociais, aboli discursos em proveito do encantamento, associa em forma de comunhão, levando a despossessão pessoal, notadamente ao se referir às festas de caráter cívico já que na festa o poder, esta em toda sua extensão revestido da teatralidade” elementos estes que favorecem a manutenção da condição de dominação existente no Estado.

Com isto o discurso predominante no Estado e reproduzido pelos meios de comunicação, geralmente ligados ao grupo político instalado no Governo do Estado, é o da defesa da cultura local, sendo esta a marca identitária do próprio Estado, sendo que o aparato construído e idealizado para atender as necessidades das agremiações culturais, - neste caso, os vivos – são, na realidade, a atuação do Estado enquanto promotor de políticas públicas necessárias à população, que, dessa forma, acaba sendo subsumida pelo discurso, confirmando a proposição de Foucault (1995, p. 8-9) para quem a produção do discurso “[...] é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, equivale a esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Fechando esta discussão, é necessário salientar ainda, como fez Barros, (2007, p. 27) que, no contexto do Estado do Maranhão, muitas vezes as manifestações culturais que constituem em forma e conteúdo a identidade maranhense apresentam-se, de modo mais saliente, como festas e comemorações. Através destas festas, diferentes indivíduos e grupos encenam e vivenciam emoções e paixões, nas quais ludicamente são propostos estilos diversos de ser e existir, e por meio das quais a identidade regional é definida e transformada, segundo as lógicas e conveniências das elites dirigentes locais.

³¹“Portanto, o popular não deve por nós ser apontado como um conjunto de objetos (peças de artesanato ou danças indígenas), mas sim uma posição prática. Ele não pode ser fixado num tipo particular de produtos e mensagens, porque o sentido de ambos é constantemente alterado pelos conflitos sociais. Nenhum objeto tem seu o seu caráter popular garantido pelo povo ou porque este consome com avidez, o sentimento de valor populares vão sendo conquistados nas relações sociais. É o uso e não a origem, a posição e a capacidade de suscitar práticas ou representações populares, que confere sua identidade”. (CANCLINI, 1983, p. 135).

2.4 Desvelando o conceito de identidade

Cuche (2002) inicia este debate se referindo ao grande acesso que o conceito de cultura alcançou fora do círculo das ciências sociais, momento em que este foi frequentemente associado ao termo identidade, não apenas bastando saber o que se entende por “identidade” e que significa esta “moda” das identidades. Aliás, em grande parte alheia ao desenvolvimento da pesquisa científica, Cuche (2002, 175) refere-se à existência de grandes interrogações nessa relação de remetimento de um conceito para o outro, indicando que

Há um desejo de se ver cultura em tudo, de encontrar identidade para todos. Vêm-se as crises culturais como crises de identidade. Chega-se a situar o desenvolvimento desta problemática no contexto de enfraquecimento do modelo de Estado-nação, da extensão da integração política supranacional e de certa forma da globalização da economia.

Este desejo de ver cultura e identidade em todas as partes pode trazer consequências como a possibilidade de se confundir “as noções de cultura e de identidade cultural”, mesmo que existam enormes ligações entre os dois termos; faz-se necessário que haja cuidado com o tratamento da questão. Com relação ao conceito de identidade proposto pelo autor, observamos que diferente do conceito de cultura, este apresenta grande fluidez e polissemia, fato que não o torna mais simples de entendê-lo, já que “enquanto a cultura depende em grande parte de processos inconscientes, a identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (CUCHE, 2002, p. 176).

Com isto, podemos inferir do autor que o conceito de identidade está integrado à ideia de pertencimento, de se fazer constituinte de algo. Assim, identidade seria a identidade de um indivíduo ou grupo socialmente localizado, sendo que

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. a identidade permite que o indivíduo se localiza em um sistema social e seja localizado socialmente (CUCHE, 2002, p. 176).

Cuche, (2002, p. 181-183) conclui o debate a respeito de identidade indicando as representações sociais presentes nesta construção social local onde verdadeiramente se definem os papéis necessários para o entendimento do que seja a identidade onde

O importante são as representações que os indivíduos fazem da realidade social e de suas divisões [...] A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas [...] Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais.

Se percebe também a clara intenção de se colocar a noção de identidade associada à noção de sociedade e suas trocas, e a forma como o indivíduo está nela inserido. Esta é uma constante no tocante ao conceito de identidade; da mesma forma, é presente em Hall (2006) para quem a identidade é edificada socialmente e ilustra escolhas políticas dos grupos humanos, mesmo que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p.07).

A reivindicação das identificações encontra-se num quadro de “dividendos políticos”, sendo, com isto, necessária uma observação primordial do lugar de “fala desses sujeitos contemporâneos”, o próprio grupo social onde este esteja inserido socialmente. Assim como o discurso é construído pelos seus participantes, também o são as identidades sociais. É através do discurso que as pessoas constroem suas identidades sociais e se posicionam socialmente no mundo em que vivem (GIDDENS, 2002)³².

Essa concepção de identidade não aceita o sujeito resultante do Iluminismo, centrado e unificado, e baseia-se em um sujeito sociológico, que constrói identidade ao interagir com a sociedade em que vive “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13).

Hall (2006) ainda nos propõe três concepções distintas de identidade: a do sujeito do Iluminismo, baseada no indivíduo totalmente centrado, unificado e dotado da razão; a do sujeito sociológico, a qual reflete a idéia de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e autosuficiente, mas formado na relação com

³²Giddens (2002, p. 74) acredita que dizer que a questão da auto-identidade é um problema moderno originado no individualismo ocidental é uma forma muito simplista de falar sobre as identidades. Giddens ressalta que a questão da identidade, assim como a individualidade, sempre foram questões presentes mesmo nas culturas tradicionais, pré-modernas. Para ele é necessário explicar melhor o que a modernidade, e em especial a modernidade tardia, traz de diferente sobre a forma como as pessoas pensam, constroem e vivem suas identidades.

outras pessoas; e a do sujeito pós-moderno, a qual espelha mudanças estruturais e institucionais que tornam o processo de identificação instável e provisório, tornam a identidade transitória e inconstante.

De acordo com Hall (2006), a necessidade “individual e coletiva”, presente no ser humano, de identidade decorre da falta de continuidade, que caracteriza a fragmentária existência humana. Nesse sentido, as lacunas são preenchidas a partir do espaço exterior, sobretudo em forma de discurso. Na prática, a busca pela identidade é contínua, fato que resulta na construção, pelo sujeito, de sua própria história de vida, discurso que permite agrupar, numa unidade contínua, ou em partes fragmentadas desse mesmo sujeito, recuperando-se, sob forma ilusória e típica do atual estágio do capitalismo contemporâneo, uma plenitude possivelmente inalcançável

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2006, p. 12).

Por outro lado, Hall (2006) aponta que as identidades modernas passam por um processo de descentralização ou fragmentação. Nessa perspectiva, as identidades entram em confronto quando são postas em situação de conflitos comuns no universo proporcionado pelo mundo globalizado. Já que as identidades são construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de auto-identificação: a comunidade de fiéis, os ícones do nacionalismo, a geografia do local, sendo que a resistência à homogeneização, por alguns, tem reforçado identidades locais e nacionais; isto é, juntamente com o impacto “global”, revive um novo interesse pelo “local”, criando novas identificações

Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de ‘identidades partilhadas’ – como ‘consumidores’ para os mesmos bens, ‘clientes’ para os mesmos serviços, ‘públicos’ para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastantes distantes umas das outras no espaço e no tempo (HALL, 2006, p. 74).

É o mercado e sua lógica desenfreada de consumo que determinam estas novas relações entre os sujeitos, onde quer que eles estejam, pois no mundo

contemporâneo já não existem mais distâncias ou fronteiras capazes de deter o avanço deste mercado global, sendo que

Quanto mais à vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente (HALL, 2006, p. 75).

O que se percebe em Hall (2006) é que o intenso processo de globalização, da mesma forma que elimina as fronteiras entre as nações, encurtando as distancias internacionais, gera também um processo de uniformização cultural que faz com que haja também uma desvinculação da idealização de identidade, de sua matriz sociológica, ou seja, o grupo ou comunidade que originalmente se pertence. E conclui afirmando que, de forma diretamente contrária àquilo proposto por sua carreira semântica oficial, esta concepção de identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história (HALL, 2006, p. 108).

Trabalhando uma certa forma de liquidez sobre o conceito de identidade, também como consequência direta do processo de mundialização do capital Bauman (2005) é outro autor onde iremos buscar subsídios para a conceituação de identidade, já que o mundo em constante e rápida transformação gera o enfraquecimento das instituições do Estado e das referências que este gerariam aos sujeitos. Com isso o processo de globalização através do neo-liberalismo levou ao desenvolvimento de um “mundo líquido” e de uma “modernidade líquida”, onde estes mesmos sujeitos encontram-se desamparados e possivelmente sem identidades definidas

É nisso que nós, habitantes do líquido mundo moderno, somos diferentes. Buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades *em movimento* – lutando para nos juntarmos à grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter juntos por um momento, mas não há muito tempo (BAUMAN, 2005, p. 26).

É dentro desta idealização de velocidade do mundo globalizado e falência do Estado que Bauman (2005) construiu sua visão de identidade, quando associa a identidade à ideia da exigência do sujeito de ter que fazer parte, como uma exigência pela não exclusão, em um mundo mutável, sendo que estes mesmos

sujeitos passam ou procuram a todo custo passar a usufruir da “ambivalência da modernidade”³³ num mundo líquido

A idéia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia - recriar a realidade à semelhança da idéia (BAUMAN, 2005, p. 26).

E completa esta visão quando afirma ainda que

A idéia de “identidade”, e particularmente de “identidade nacional”, não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como “fato da vida” auto-evidente. Essa idéia foi forjada a entrar na Lebenswelt de homens e mulheres modernos – e chegou como uma ficção (BAUMAN, 2005, p. 26).

Nesse sentido, o questionamento relativo ao papel das instituições e do próprio Estado-Nação acaba levando à “fragilidade e à condição eternamente provisória da identidade que não podem mais ser ocultadas”. Com isso os sujeitos mostram-se atualmente enfraquecidos, inseguros e “desnorteados”, assim como seus Estados, que não lhes garantem mais condições ou possibilidades de pertencimento, desta feita

Pode-se reclamar de todos esses desconfortos e, em desespero, buscar a redenção, ou pelo menos o descanso, num sonho de pertencimento. Mas também se pode fazer desse fato de não ter escolha uma vocação, uma missão, um destino conscientemente escolhido – ainda mais pelos benefícios que tal decisão pode trazer para os que a tomam e a levam a cabo, e pelos prováveis benefícios que estes podem então oferecer a outras pessoas (BAUMAN, 2005, p. 20).

Ainda em Bauman (2005), percebe-se que em resultado da falência do Estado e de sua “metaidentidade”³⁴, emergem movimentos comunitários culturais que reclamam por identidade em suas relações culturais, enquanto que este Estado se coloca em uma relação de neutralidade típica do momento e opta por uma visão “multicultural”, clara associação deste às exigências do capital. Por outro lado, Bauman (2005) também nos mostra que esta proposta comunitarista pode ser ambígua, principalmente em um mundo onde as “Identidades” flutuam no ar algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas (BAUMAN, 2005, p. 19).

³³“O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. [...] O que estrutura o lugar não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta relações distantes que determinam sua natureza” (GIDDENS, 1991, p. 27).

³⁴Bauman (2005, p. 42) discute o conceito de metaidentidade como sendo algo que extrapola o local, nacional indo alcançar o globalizado, identificado como o mundo do mercado.

Mesmo criando a idealização de fragmentação do sujeito Bauman (2005) indica de que maneira ocorre no “mundo líquido” essa mesma fragmentação quando relaciona esta à falência do coletivo, do espaço público em contrapartida ao avanço do individualismo dos sujeitos e suas escolas livres, uma espécie de novo livre arbítrio; tudo isso evidencia a “sociedade dos indivíduos” como base da nova concepção de identidade, pois

Em nosso mundo de “individualização” em excesso, as identidades são bênção ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como dizer quando um se transforma no outro. Na maior parte do tempo, essas duas modalidades líquido modernas de identidades coabitam, mesmo que localizadas em níveis diferentes de consciência. Num ambiente de vida líquido-moderno, as identidades talvez sejam as encarnações mais comuns, mais aguçadas, mais profundamente sentidas e perturbadoras da ambivalência. É por isso, diria eu, que estão firmemente assentadas no próprio cerne da questão da atenção dos indivíduos líquido-modernos e colocadas no topo de seus debates existenciais (BAUMAN, 2005, p. 38).

Bauman (2005) vê no processo de globalização o elemento que deixou o Estado incapacitado de promover a unidade social e cultural, já que suas fronteiras foram transpostas por uma enormidade de inovações tecnológicas, científicas e culturais; dentro da logística do mundo livre do mercado global, a aldeia global unificada dificulta como nunca a identificação da nação e de seus agentes

Até mesmo o patriotismo, ativo mais zelosamente preservado pelos Estados-nações modernos, foi transferido às forças do mercado e por elas remodelados para aumentar o lucro dos promotores do esporte, do show business, de festividades comemorativas e da memorabilia (BAUMAN, 2005, p. 34).

Nesse sentido, Bauman (2005) se aproxima da idealização de sociedade espetacularizada proposta na década de 1960 por Debord (1997) quando tecia severas críticas à sociedade capitalista e suas imagens que conduziram o homem a uma espécie de passividade perante os valores preestabelecidos pelo capitalismo e sua sociedade de consumo, o mercado e os novos parâmetros referidos por Bauman (2005) e que moldam os sujeitos contemporâneos. Bauman (2005, p. 72) é contundente em afirmar que “se nossos ancestrais eram moldados e treinados por suas sociedades como, acima de tudo, produtores, somos cada vez mais moldados e treinados como, acima de tudo, consumidores, todo o resto vindo depois”

De certo, Bauman (2005, 2008) afirma que a identidade, na atualidade se transformou-se em mais uma mercadoria exposta nas prateleiras do mundo globalizado, sendo esta mais uma de suas indeterminadas conseqüências mais visíveis e constantemente renovada

Quase todos os materiais têm sido experimentados, e o que não foi tentado acabará sendo – e o mercado de consumo se rejubila, enchendo galpões e prateleiras com novos símbolos de identidade, originais e tentadores, já que não foram aprovados nem testados. Há também um outro fenômeno a observar: a expectativa de vida cada vez menor da maioria das identidades simuladas, conjugadas à crescente velocidade da renovação de seus estoques (BAUMAN, 2005, p. 88).

Em síntese, como o mundo globalizado é marcado pelo individualismo, ditado pelo mercado de consumo, da mesma forma a identidade, para Bauman (2005, 2008), deverá advir da busca individual de cada cidadão, seja este nacional ou fruto do processo de imigração, comum nestes tempos de mundialização do capital e das identidades

O projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada. Não tomou, porém, uma firme oposição contra a identidade como tal, contra se ter uma identidade, mesmo uma sólida exuberante e sólida identidade. Só transformou a identidade, que era questão de atribuição, em realização – fazendo dela, assim, uma tarefa individual e da responsabilidade do indivíduo (BAUMAN, 1998, p. 30).

Fica evidenciado que a concepção de Bauman (2005) para a questão da identidade aprece revestida de todo um sentido de ambivalência, assim como sua obra; e esta representa tão somente as incertezas e as rapidíssimas transformações por que passa o mundo atual, que faz com que, na mesma proporção, se torne difícil definir com precisão o que seja identidade.

Já em Castells (2008), a noção de identidade aparece como resultado de uma construção dos sujeitos enquanto seres historicamente, biologicamente e sociologicamente constituídos. Refere-se à identidade como matéria prima da história e, como tal, fruto também de um imaginário coletivo de defesa e próprio das redes

Não há mais uma continuidade entre a lógica da formação do poder na rede global e a lógica da associação e representação em sociedades e culturas específicas. A busca de sentido tem lugar então na reconstrução de identidades defensivas ao redor de princípios comunais. A maior parte da ação social vem a se organizar na oposição entre fluxos não identificados e identidades isoladas (CASTELLS, 2003 p. 11).

A identidade se relaciona ao sentido de cultura desde sua origem Castells (2008) demonstra que a ideia de identidade deve ser entendida como um conjunto de características culturais inter-relacionados. Assim, um sujeito ou um conjunto de sujeitos podem se perceber envoltos por identidades consideradas múltiplas, sendo esta multiplicidade, fonte das tensões presentes nas ações coletivas. No que diz respeito a atores sociais, o autor entende por identidade o processo e construção de

significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, Castells (2000, p. 22) entende

[...] por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo [...] há identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social.

São as grandes transformações derivadas do neoliberalismo³⁵ e da produção em redes que impõem uma dinâmica cada vez mais agressiva aos cidadãos do mundo e que provocam essas visíveis transformações, fazendo com que se altere a forma pela qual é percebida a questão da identidade, sendo que muitos já a perderam ou procuram reencontrá-la ou até mesmo buscam uma nova. Este parece ser o grande dilema da atualidade, na qual

A revolução tecnológica da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra, uma cultura de virtualidade real e construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes que se alteram as identidades (CASTELLS, 2008, p. 17).

Podemos ter outra perspectiva dessa anormalidade de identidades vista a partir de Castells (2008): para um determinado indivíduo, ou ainda sujeito desse imaginário coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte da tensão e da contradição, tanto na auto-representação, quanto na ação social. Castells (2008) argumenta que toda identidade é socialmente construída, sendo seu conteúdo e significado determinados pelos motivos e atores que a constroem. No processo de construção, a identidade herda elementos da história, da geografia, da biologia, das instituições produtivas e reprodutivas, assim como da memória coletiva e das fantasias pessoais

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade,

³⁵Neoliberalismo vem a ser uma reação contra o Estado intervencionista, objetivando romper com o poder dos sindicatos e controlar o dinheiro com poucos gastos sociais e intervenções econômicas, para permitir maior liberdade nas trocas comerciais mundiais. Uma das conseqüências dessa nova política é a diminuição do poder do Estado nacional diante dos conglomerados industriais e financeiros, ficando à mercê das ondas de investimentos destes. E para que tais investimentos ocorram, os países necessitam de estabilização monetário que acarretam sérias mudanças jurídicas, políticas, econômicas e sociais no interior dos países, principalmente no terceiro mundo (ANDERSON, 1995, p. 9-34).

diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, e pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social bem como em sua visão tempo/espço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (CASTELLS, 2008 p. 23).

Em suas análises, é possível se perceber variadas formas de concepção do seja identidade. Uma delas refere-se a um modelo de identidade legitimador, resultado das instituições políticas e sociais dominantes, principalmente nas redes. Outra forma de se entender identidade seria a partir das resistências dos sujeitos à dominação nas redes ou à exclusão cultural a que são impostos, criando assim o que ele chama de “trincheiras de resistência”. Outra forma se coloca em torno da identidade de projeto³⁶, que se estabelece quando os atores sociais constroem uma nova identidade que possam redefinir sua posição na sociedade e nas redes.

Com tudo isto, as identidades são construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e usos compartilhados são marcados por códigos específicos de autoidentificação e resistência: a comunidade de leis, os ícones do nacionalismo, a geografia do local, deste modo, para a reconstrução das identidades questionadas por um determinado agente da atualidade, seria necessário que esta mesma identidade esteja fundamentada nas instituições básicas que compõem sua memória coletiva: “a família, a comunidade, o passado rural, às vezes a religião e, sobretudo a nação” Castells (2008, p. 80) destaca que

Assim surgiu o paradoxo de forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo estruturado por processos cada vez mais globais. Houve a produção de significado e identidade: minha vizinhança, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu ambiente. Contudo essa foi uma identidade defensiva, uma identidade de entrenchamento no que se entende como conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável.

³⁶Castells (2003), salienta que a identidade de projeto se caracteriza por um desejo de expansão à todo o restante da sociedade de uma determinada visão de mundo e de conduta. Podendo, nesse sentido, ter-se a transformação de uma identidade antes de resistência, em identidade de projeto, quando esta melhor caracterizar as motivações e objetivos dos atores que a conduzem.

Esta perspectiva de identidade se aproxima do sentido de pertencimento a um lugar específico, à comunidade da qual o sujeito faz parte e de onde justamente deriva sua identidade, sua origem. Nesse sentido, aproxima-se da concepção de região descrita por Bourdieu (2004, p. 113), quando trata da mesma questão a qual

As lutas a respeito da identidade étnica o regional, quer dizer, a respeito das propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas de classificações, luta pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos.

Concluimos esta análise destacando Hall (2002, p. 7), relatando que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. E Bauman (2005), mostra o Estado declarando neutralidade em relação às opções culturais e se eximindo do caráter cada vez mais “multicultural” da sociedade que administra. Assim, não surpreende que visões ditas “culturais” da identidade estejam voltando à moda entre os grupos que buscam abrigos estáveis e seguros em meio às marés de mudança incerta.

Feito todo este percurso investigativo detem-nos-emos, a partir de então ao conceito possivelmente central neste trabalho: o conceito de cidadania. Buscaremos na própria história da humanidade as mais profundas bases conceituais a que o termo pertence.

2.5 Desvelando o conceito de cidadania

A noção inicial de cidadania remota à antiga pólis grega, especificamente àquelas cidades-estados onde se desenvolveu, por volta do século V a.C., a primeira experiência de governo baseada na participação dos considerados cidadãos, caso específico da cidade de Atenas, onde este tipo de governo se estabeleceu. Contudo, já que naquela época impunham-se determinados elementos que restringiam o direito a participação cidadã a um reduzido grupo de habitantes, os filhos da cidade³⁷, excluía-se os estrangeiros, - mesmo que fossem de outra

³⁷Tão logo um homem se torne capacitado para participar da autoridade, deliberativa ou judicial, consideramo-lo cidadão do estado; e, a um número de pessoas assim, amplo o suficiente para

cidade grega, - os escravos - por serem, estes resultado da dominação através das guerras ou do endividamento pessoal – e, por fim, as mulheres - devido a sua situação de submissão aos homens inicialmente seus pais e, posteriormente, seus maridos.

Durante a república romana, estrutura política parecida com a grega se estabeleceu, outra vez o acesso aos plenos direitos estavam garantidos especificamente aos membros da classe patricia, descendentes dos fundadores da cidade e verdadeiros donos do poder. Contudo, é nesta mesma república que se iniciam as lutas por direitos, quando a classe socialmente dominada, a plebe (o povo), ao se revoltar contra o Estado romano, alcança alguns poucos direitos. A novidade estaria no fato de que surgiria, a partir de então, uma legislação escrita, substituindo a tradição consuetudinária do direito romano.

Chauí (2003, p. 253), analisando as duas sociedades e suas estruturas políticas e sociais, destaca que

A cidadania era exclusiva dos homens adultos livres nascidos no território da cidade. Além disso, a diferença de classe social nunca era apagada, mesmo que os pobres tivessem direitos políticos. Assim, para muitos cargos, o pré-requisito da riqueza vigorava e havia mesmo atividades portadoras de prestígio que somente os ricos podiam realizar. Era o caso, por exemplo, da liturgia grega e do evergetismo romano, isto é, de grandes doações em dinheiro à cidade para festas, construções de templos e teatros, patrocínio de jogos esportivos, de trabalhos artísticos, etc.

Já no longo período de mil anos que caracterizaram a Idade Média europeia, - momento em que se estabeleceu sobre os homens e suas consciências o poder da igreja católica, única instituição sobrevivente da desestruturação do Estado romano, - a noção de cidadania ou de direito parece ter sido apagada dos discursos oficiais da igreja e da nobreza feudal europeia, Bloch (1982, p. 450) refere-se a este fato indicando que “ninguém pensava que este (o povo) tivesse que ser consultado, diretamente ou por intermédio dos seus eleitos. Não tinha ele como seus representantes naturais, segundo o plano divino, os poderosos e os ricos?”³⁸.

Os debates a respeito da cidadania só voltariam à ordem do discurso no século XVIII, à época do movimento iluminista, da revolução norte-americana de

assegurar uma existência auto-suficiente, podemos chamar Estado. Na prática cidadão é aquele que tem pai e mãe cidadãos (ARISTÓTELES, 1999, p. 213).

³⁸Era, portanto, uma sociedade de ordens, diferenciadas tanto política quanto juridicamente. Clero e Nobreza detinham, respectivamente, saber e poder e, conseqüentemente, os direitos advindos do termo cidadania. Servos permaneciam alheios aos privilégios dos “cidadãos”, não podendo acessar o poder público, sem a mediação de outro estamento, detentor de maior poder. Submissos à justiça e à ordem estabelecida, poucos eram os que podiam ver na justiça uma fonte de direitos (BLOCH, 1982, p. 411).

independência e da Revolução Francesa, que promoveram a crise final do Estado monárquico e absolutista e da sociedade baseada nos estamentos e na origem individual. Sobre este momento, Pinsky (2003, p. 10) indica que

A cidadania instaura-se a partir dos processos de lutas que culminaram na Independência dos Estados Unidos da América do Norte e na Revolução Francesa. Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental o estendesse.

Foram fundamentais as contribuições de filósofos como Jean Jaques Rousseau, em sua obra *O Contrato Social*; de John Locke, em *O Segundo Tratado do Governo Civil*; e de Charles de Secondat, o Barão de Montesquieu, em seu *Espírito das Leis* para que se desenvolvesse, com plenitude, na sociedade ocidental a idealização das democracias modernas e, com isso, a consolidação da cidadania enquanto um direito do homem.

Da revolução francesa emergiu para a sociedade ocidental um dos principais documentos de garantia dos direitos individuais: foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Este documento seria fundamental para a formação de uma consciência a respeito da cidadania, mesmo que esta ainda tivesse um longo caminho na luta pela sua estabilidade por completa; até mesmo esta consolidação, ainda hoje, é contestada por limites impostos pela própria sociedade oriunda da globalização.

Bobbio (1992, p. 45) nos lembra que não é possível falar em proteção aos direitos do homem e do cidadão se desconhecemos a realidade atual de guerras e miséria em todo o mundo. Para ele, a proteção dos direitos do homem está ligada diretamente ao desenvolvimento global do ser humano, não sendo possível analisá-los fora da realidade, sob pena de não compreendê-los.

O século XX e suas intermináveis guerras parecem confirmar a observação de Bobbio, principalmente naqueles momentos em que os direitos foram colocados em xeque de forma mais evidente, como observado durante as duas grandes guerras mundiais, que teve na experiência atômica sua experiência mais danosa aos direitos humanos. A corrida armamentista entre as duas potências do século passado e a ameaça nuclear também representaram essa “era dos

extremos”³⁹, vivenciadas pela humanidade contemporânea. É também desse intenso período de guerras que se originou outro documento de suma importância para a compreensão de cidadania na sociedade atual; a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Nota-se que os discursos a respeito dos direitos dos cidadãos e suas garantias institucionais emergem de momentos drásticos vividos pela humanidade e que geram posteriores e intermináveis discussões a respeito desta particularidade. Bobbio (1992) mostra que os direitos nascem quando novos desafios são colocados para os homens. Dessa forma, se há as novas formas globais de poder e de dominação no mundo contemporâneo, cria-se o desafio do surgimento de uma cidadania global que possa combater as desigualdades advindas desse novo status e permitir o desenvolvimento social globalizado.

Após a guerra, é também o momento de emergência de um modelo de Estado favorecedor dos direitos dos cidadãos, agora desprovidos, em grande parte, devido aos efeitos catastróficos derivados da Segunda Guerra Mundial. Este novo modelo de Estado, o Estado provedor, que dará origem ao conhecido Estado de bem estar social, que busca a partir da aplicação de diversas medidas de ajuste social conter os avanços das esquerdas socialistas e das próprias alas conservadoras da sociedade capitalista, de onde se originou o nazismo e o fascismo, buscava de certa forma mostra que

[...] a garantia da justiça exige a interferência do poder de Estado, assim como o exige a política de bem-estar. Ela não representa uma reação ao Estado, um direito negativo. Corresponde a um momento da sociedade liberal em que o Estado já foi convocado para garantir, pela intervenção, um direito inicialmente estendido a parcela limitada da população. (CARVALHO, 2002, p. 108).

O Welfare State⁴⁰ sobreviveu até a crise que atingiu o sistema capitalista na década de 1970. A partir de então, os defensores do Estado neoconservador ou

³⁹Hobsbawm (1995) designa era dos extremos o momento vivido pela humanidade ocidental do século XX a quem o mesmo chega a designá-lo de “o breve século XX: 1914 – 1991”, fazendo uma clara referência aos marcos iniciais e finais que teriam delimitado o século, nesse caso o início da primeira guerra mundial em 1914 e a crise final da ex União Soviética em 1991 determinando o fim da primeira experiência socialista da história da humanidade.

⁴⁰Draibe (2008) apresenta Welfare State como uma política nacional, efetiva e coerente de serviços sociais que englobam as diversas necessidades humanas e, a partir da perspectiva dos direitos, busca atender a totalidade da população com o intuito de promover sua emancipação. E afirma ser muito mais complexo que o termo “política social”, abrangendo uma gama muito maior de instrumentos de igualdade, portanto O Welfare State é uma transformação do próprio Estado a partir das suas estruturas, funções e legitimidade. Ele é uma resposta à demanda por serviços de segurança sócio-econômica.

neoliberal ganharam espaço no cenário internacional, alterando por completo toda a compreensão que si pressupunha por direitos e, fundamentalmente, por cidadania, enquanto conquista da humanidade. Santos (2002) vê neste fenômeno uma manobra de ajustamento do próprio Estado neoconservador às novas demandas do capital e da nova ordem econômica mundial. Esta manobra

Ocorreu por duas vias: pela prioridade conferida à acumulação de capital em relação à redistribuição social e pela limitação da participação cidadã, tanto individual, quanto coletiva, com o objetivo de não "sobrecarregar" demais o regime democrático com demandas sociais que pudessem colocar em perigo a prioridade da acumulação sobre a redistribuição (SANTOS, 2002, p. 59).

Este parece ser o caminho seguido pelo conceito de cidadania nos últimos tempos, e percebido por Bauman (1998; 2005), para quem ser cidadão é estar preso às regras do mercado globalizado⁴¹, sendo, desta maneira, ambivalente e líquido.

Na atualidade, da mesma forma que havia ocorrido no período posterior a segunda grande guerra, o debate a respeito dos direitos humanos dominou a maioria dos espaços de decisão; a questão é que, no mundo atual marcado, pela lógica do mercado unificado e sua voracidade por consumo, surgiu um novo debate, o debate da exclusão causada por esta mesma globalização e seus indeterminados efeitos que jogam para os bolsões de miséria do mundo subdesenvolvido e emergente aqueles que se convencionou designar "excluídos do sistema", justamente por estarem localizado abaixo da linha da pobreza, condição que lhes distancia dos direitos básicos e, portanto, da própria cidadania.

Estes elementos são claramente percebidos na leitura dessa situação por Santos (1997), quando enfatiza que os direitos humanos só poderiam se efetivar legitimamente numa sociedade global, caso se enfrentassem os desafios do multiculturalismo, ou seja, se fossem definidos não mais como direitos abstratos e universais, de acordo com a tradição ocidental, mas, sim, redefinidos a partir dos valores locais das diversas culturas, elemento este que acaba aproximando sua concepção de cidadania à concepção de cultura local, que entendo como popular,

⁴¹Ortiz (1997) aponta que a globalização coloca, pois, um desafio: imaginar a política dentro de parâmetros universais e mundializados. Isso significa que o debate sobre a cidadania, realizado em termos tradicionais, se esgotou. É necessário ampliá-lo e percebermos o mundo como uma "sociedade civil mundial".

mesmo que esta seja uma visão alargada de cultura, própria dos nossos tempos, pois

[...] emergindo uma outra globalização, constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal (SANTOS, 2002, p.13).

Destrte, a nova concepção de cidadania se estende além da tradição Iluminista do século XVIII, estruturada no direito à participação política, através do exercício do voto, no mundo globalizado forjado pelo neoliberalismo. O que se percebe é que a cidadania, assim como fora anteriormente, deve ser conquistada pelo próprio indivíduo, porém sobrevivendo à lógica do mercado e do individualismo e, principalmente, à lógica do multiculturalismo, já que o Estado provedor, cada vez mínimo, se exime no tocante à concessão e garantia destes mesmos direitos, não conseguindo nem mesmo garantir a preservação de suas fronteiras para a nova onda do capital e seus efeitos.

A cidadania atual está associada ao sentido de colocação, deslocamento e pertencimento que os homens adquiriram no mundo atual, no qual a movimentação de pessoas e culturas se mostra cada vez mais dinâmica. A questão da imigração nos países da união europeia, mas destacadamente na França, trouxe a tona este debate. Esta nova onda da imigração nos países centrais do capitalismo, ainda como efeitos, agora inversos do imperialismo praticado no século XIX, e que nestes novos tempos voltam-se em direção das antigas metrópoles que são vistas como centro de novas oportunidades por estes cidadãos e culturas excluídas principalmente da África mediterrânica.

Cuche (2002, p. 225-226) analisa este momento mostrando que, “a partir do momento em que eles, os imigrantes, se fixam com suas famílias no país que os recebe, a França, impõe-se que se considerem todas as dimensões de sua existência”. E como em suas práticas cotidianas “da vida familiar, do consumo, do lazer, das práticas religiosas”, as populações imigrantes na França manifestam certas particularidades, “os poderes políticos, preocupados com a inserção destas populações na vida local e nacional, vão serem levados a se interessar por estas particularidades”, que, por não terem sido percebidas com a devida clareza pelas autoridades francesas, acabaram desembocando nos graves distúrbios sociais nos

subúrbios parisienses em 2008. Santos (2002, p. 69) avalia este momento e percebe que

[...] as experiências mais significativas de mudança na forma da democracia têm sua origem em movimentos sociais que questionam as práticas sociais de exclusão através de ações que geram novas normas e novas formas de controle do governo pelos cidadãos.

E afirma ainda que a “alta-modernidade” traz em seu conjunto um forte processo de desenraizamento social dos indivíduos, onde cada vez mais estes passam a viver em lugares distantes de suas terras de origem, deslocando-se para as áreas mais dispersas do globo, principalmente associado ao significativo processo de imigração que hoje observamos e tratado anteriormente. Isto conduz a um processo que promove o distanciamento dos valores culturais e a perda gradual dos vínculos de pertencimento social. Tal processo, conjuntamente com a perda do sentimento de grupo, pode ser entendido como a sinalização cada vez mais intensa de uma nova “cidadania-mundo” Nessa época de globalização, o sentido de cidadania necessita ser reconstruído a partir de uma base não assistencialista, a qual equipara o cidadão a um menor carente de proteção na “nova era da solidariedade global” (SANTOS, 2002).

Em resumo, a cidadania no mundo globalizado é vista por distintos vieses que vão da discussão a respeito de que deve ser considerado possuidor de direitos civis e políticos nos países ricos da aldeia global como é o caso dos imigrantes na união europeia ou na América do norte ou ainda os milhões de excluídos pelo capitalismo neoliberal e que se acumulam pelas próprias periferias das nações ricas ou se amontoam nos gigantescos bolsões de miséria da África, da Ásia e da América Latina. Hall (2006, p. 51) destaca a crítica liberal ao multiculturalismo quando relata que [...] o multiculturalismo, ao legitimar a idéia dos ‘direitos de grupo’, subverte o sonho de uma nação e cidadania construídas a partir das culturas de povos diversos [...]. Nesta mesma perspectiva, Sousa (2009, p. 156) refere-se a uma nova concepção de cidadania no contexto da globalização indicando que

Pensar e respeitar as diferenças é essencial nessa nova ideia de cidadania, ainda mais quando se assiste à ascensão dos movimentos nacionais, principalmente como movimentos de resistência a essa “ocidentalização” do mundo. Respeitar a diferença, contudo, não significa exaltá-la; significa apenas não tomar um único modelo, ou valores necessariamente ocidentais na construção de um novo modelo social. Uma vez que a sociedade global é o novo paradigma das ciências sociais, interessante que esse conceito não se restrinja às sociedades ocidentais, ou européias, ou dos países industrializados. É preciso que esse conceito englobe também as minorias,

as nações sem Estado, as identidades nacionais, os valores que não necessariamente são os mais conhecidos e difundidos.

Esta nova cidadania também está associada à noção de preservação do meio ambiente e à questão da solidariedade entre os povos, como um resgate aos direitos humanos para aqueles que não foram contemplados pelas políticas neoliberais. Possivelmente, essa “nova era da solidariedade global” (SANTOS, 2002) seja brilhantemente representada pela política de transferência de renda colocada em prática pelos países dessas regiões anteriormente citadas como uma mera política compensatória e reparatória e que para estes mesmos governos nada mais é que seu discurso de promoção de uma pretensa política social governamental. Os debates ocorridos durante o período eleitoral brasileiro de 2010 refletiram singularmente este fenômeno.

Em suma, diferentemente do que ocorria em suas origens da Grécia antiga, onde a noção de cidadania estava associada à noção de pertencimento única e exclusivamente àquele Estado, no caso a cidade-estado, a pólis. No contexto neoliberal, ocorre uma extensão para além das fronteiras nacionais do conceito de cidadania como uma consequência natural deste mesmo processo, onde

O que se espera é que a evolução natural do conceito de cidadania, que hoje caminha para a universalização, e a decisão na esfera política em esfera global, não sejam comprometidas por uma globalização excludente e vertical, uma vez que a ideologia dominante, seja na economia, na política ou na cultura. Sendo que o mundo globalizado é cenário perfeito para o desenvolvimento dessa nova ideia (SANTOS, 2002, p. 162).

A seguir, apresento, sucintamente: como a cidadania se estabelece em terras brasileiras; as concepções das elites; e os limites impostos a esta e aos cidadãos brasileiros, neste pouco mais de quinhentos anos de história.

2.5.1 OS CAMINHOS DA CIDADANIA NO BRASIL

O Estado brasileiro guarda, desde sua formação, enquanto nação independente, os resquícios históricos que fundamentaram a fragilidade de sua democracia política e junto a isto a não concessão dos direitos cidadãos à maioria

de sua população naquela época permanecera subjugada ou pela escravidão⁴² ou pela pobreza promovida pelos nossos “donos do poder”, que herdaram toda a tradição patrimonialista da antiga metrópole portuguesa, nossa colonizadora (FAORO, 2001).

Com a instalação da república em 1889, ainda como ressonância do amplo movimento político e social que havia levado à abolição da escravidão um ano antes, tínhamos com a proclamação e a promulgação da primeira constituição republicana, já 1891, o primeiro ensaio da democracia brasileira – limitada, é certo; porém, eram os primeiros passos. Já naquela época, a participação popular através do voto era limitadíssima: somente possuíam este estimado direito os homens, alfabetizados e maiores de 21 anos. Outro elemento que comprometeu a ampla participação popular nos anos iniciais da república foi a forma federativa adotada no país, que acabou favorecendo a formação de oligarquias nos diversos Estados brasileiros. Estas, associadas ao fenômeno do mandonismo local representado pelo coronelismo, contribuíram enormemente para os limites impostos à cidadania na fase inicial da república brasileira. Como se percebe, a implantação da república e democracia no Brasil não garantiria o amplo direito dos cidadãos, pelo menos na forma observada por Pinsky (2003, p. 9) para quem

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

É exatamente esta perspectiva de cidadania a que me refiro quando proponho a utilização da cultura popular na educação básica, já que esta expressa a face de um povo historicamente excluído de seus direitos, ainda mais em um Estado com as características da exclusão proveniente da dominação oligárquica, como foi e o continua sendo o Maranhão.

Durante o século passado, por vários governos e modelos de regimes políticos experimentados no Brasil, foi possível se observar a negação desses direitos aos cidadãos. Na prática, o país viveu entre períodos de relativa democracia, onde se buscava o Estado de direito e momentos onde os direitos eram negados por

⁴²No período colonial, a cidadania foi negada à quase totalidade da população, porém os mais afetados foram os escravos negros provenientes do continente africano, com isso “o fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão” (CARVALHO, 2005, p. 19).

força de ditaduras como as experimentadas durante o Estado Novo imposto por Getúlio Vargas e a ditadura imposta pelos militares entre as décadas de 1960 a 1980. De fato o período compreendido entre 1937 a 1985 foi marcado por todas essas contradições.

A redemocratização ocorrida no Brasil na década de 1980, mesmo sendo esta lenta, gradual e segura como queriam os próprios militares, trouxe de volta à pauta os debates acerca da cidadania plena para os brasileiros que eram representados fundamentalmente na questão das eleições diretas para a presidência da república, mas que só viria a ser contemplada com a promulgação da oitava constituição federal do país, por sinal a sétima da nossa breve história republicana. A simbologia desta carta constitucional acabou conferindo a ela mesma o título de constituição cidadã⁴³, elemento que não significaria a plenitude de direitos para os cidadãos brasileiros.

Aparentemente consolidada a democracia brasileira já em pleno século XXI, temos um, digamos, novo debate sobre a cidadania no Brasil. Carvalho (1996, p. 156) refere-se a estes cidadãos brasileiros como “elementos”, que constituem a população marginalizada das grandes cidades, formada trabalhadores urbanos e rurais sem carteira de trabalho assinada, camelôs, “flanelinhas”, empregados domésticos, carregadores, menores abandonados, mendigos, prostitutas, praticamente todos na informalidade no que diz respeito às relações de trabalho.

Mostra também que, em sua maioria, são pardos ou negros, analfabetos ou com educação primária incompleta. Estes “elementos” só nominalmente pertencem à comunidade política nacional. Na prática, Carvalho (1996, p. 156), indica que, não conhecem seus direitos e os têm sistematicamente violados⁴⁴ por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não se sentem protegidos nem pela sociedade, nem pelas leis.

⁴³Uma extensa lista de direitos foi consagrada pela Constituição de 1988, justificando sua proclamação como a “Constituição Cidadã” pelo então presidente da assembléia constituinte, o deputado Ulisses Guimarães. Os direitos constitutivos da cidadania foram significativamente alargados, pois ao lado dos direitos tradicionais de natureza individual (civis e políticos), foram incorporados os direitos supra-individuais, ou sociais, além da formação de distintas instâncias (ou espaços públicos estatais).

⁴⁴ De acordo com Pinsky (2003) os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva. [...] Não há democracia ocidental em que a mulher não tenha, hoje, direito ao voto, mas isso já foi considerado absurdo, até muito pouco tempo atrás, mesmo em países tão desenvolvidos da Europa como a Suíça. [...] Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia.

Contudo, pensando que a idéia de que a cidadania se constitui em uma proposta de sociabilidade, esta proposta está intimamente ligada à extensão e ao aprofundamento da democracia no país, onde o regime democrático reimplantado na década de 1980 ainda não conseguiu reverter a acentuada desigualdade econômica e a exclusão social. Apesar da implantação de um Estado democrático de direito, os direitos humanos ainda são violados e as políticas públicas voltadas para o controle social continuam precárias, mesmo que tenham adquirido grande destaque nos últimos governos.

Decerto a democracia vai além de sua condição formal de construir instituições democráticas e da igualdade formal perante a lei. Ela é, na verdade, uma proposta de igualdade nas relações sociais. Referindo-se a esta temática, Dagnino (1994, p. 103) refere-se do fato de que ela, a democracia, “expressa e responde hoje a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade”, ou seja, “a ênfase nesse processo de constituição de sujeitos, no tornar-se cidadão” (DAGNINO, 1994, p. 108).

Sobre esta mesma temática, Pinsky (2003, p. 13) ainda relata que sonhar com cidadania plena em uma sociedade pobre, como é o caso da brasileira, em que o acesso aos bens e serviços é restrito a uma parcela reduzida de sua sociedade, seria utópico. Contudo, os avanços da cidadania, se têm a ver com a riqueza do país e a própria distribuição que se faz das riquezas, dependem também da luta e das reivindicações, da ação concreta dos indivíduos.

Depois de todo este debate sobre a condição da cidadania em nosso país, destaco diversas considerações que fazem uma análise verdadeiramente substancial sobre a mesma. Uma delas é mostrada por Carvalho (2005), para quem a cidadania no Brasil proporciona uma sensação de “incompletude”, isto porque o drama da desigualdade social no país parece estar distante de uma resolução, “infelizmente”, apenas o fato da promulgação da Carta Constitucional de 1988 não significou ou representou a efetivação destes direitos ao cidadão.

Já em relação à posição do Estado brasileiro em tempos de globalização Carvalho (1996) assegura que a globalização econômica abrangeu negativamente os direitos políticos e sociais, enquanto os direitos civis foram atingidos positivamente ao deslocarem para a participação social - possivelmente se referindo às políticas sociais, - a ênfase antes colocada na participação política, além de

incorporar no sistema legal os direitos civis da sociedade brasileira, como o do consumidor e o do meio ambiente, além dos das crianças, dos adolescentes, dos negros, das mulheres e dos homossexuais e das minorias em geral. No entanto, isso não significa uma prevalência dos direitos civis sobre os demais, sendo que: “O grau de conhecimento desses direitos é mais precário e sua garantia baseada, sobretudo no sistema policial e judiciário, é de longe a mais deficiente” (CARVALHO, 1996, p. 260).

Colocados todos esses desafios à cidadania brasileira, espera-se que seja possível para a nação. A condução de um modelo de política social que seja capaz de atender “as novas necessidades” dos “novos cidadãos”, “as demandas” exigidas pelos novos tempos do capitalismo neoliberal e globalizado, que por si só são extremamente excludentes (os autores aqui consultados são enfáticos em seguir nesta mesma direção).

Pensar em cidadania, para nós, por conseguinte, implica necessariamente estabelecer uma clara afinidade com a construção de nossas identidades, com a clara percepção em relação ao que somos e à sociedade em que vivemos e que queremos viver. À medida que tomamos consciência dessas questões, que nos identificamos, que tomemos consciência de nossas origens culturais e que nelas nos percebemos, passamos a valorizá-las e respeitá-las. A cidadania tem em sua base exatamente essa valorização, porque só somos capazes de exigir, cobrar e respeitar aquilo que conhecemos, que consideramos importante e que reconhecemos também como parte de cada um de nós, enquanto cidadãos brasileiros.

3 UM PROCESSO POR ENTRE PEDRAS, CONSTRUINDO O MEU OBJETO DE PESQUISA E ME REVELANDO NA PESQUISA

O campo da cultura oferece um amplo conjunto de possibilidades de investigação e de análise, principalmente no atual estágio da sociedade contemporânea. Este novo momento guarda em si inúmeras contradições próprias de seu tempo e dinâmica, onde a marca máxima é a efemeridade de sua cultura que, ligada à lógica do mercado, é obrigada a se renovar a todo instante, impossibilitando, assim, uma construção identitária duradoura em relação ao grupo social consumidor desta mesma cultura (ADORNO, 2002); diferente do que ocorre com a cultura popular⁴⁵, que possui em sua constituição natural a questão da identidade com seus pares.

Possivelmente, na contramão desta mesma lógica mercadológica da indústria cultural⁴⁶, temos a cultura popular, característica de comunidades constituídas a partir de uma historicidade própria e que sobrevive às inúmeras transformações por que passou e vem passando a sociedade capitalista ocidental nesses últimos séculos da história da humanidade, e que, com o advento da globalização, como em nenhum outro da história, vem sendo colocada em xeque e à prova de todas as transformações que podem determinar, ou não, sua própria extinção, caso não se encontre meios ou métodos capazes de garantir sua sobrevivência no mundo marcado pela cultura globalizada.

Com tudo isto ocorrendo ao mesmo tempo, a proposta inicial desta pesquisa está contida no campo da cultura popular, onde busco observar as formas possíveis de integração desta ao contexto da educação básica⁴⁷, especificamente nas redes públicas municipal e estadual de educação, servindo como importante

⁴⁵A designação cultura popular e utilizada por Chauí (1994), como prática local e temporalmente determinada, como atividade dispersa no interior da cultura dominante, como mescla de conformismo e resistência.

⁴⁶Adorno (2002) demonstra que o homem, nessa Indústria Cultural, não passa de mero instrumento de trabalho e de consumo, ou seja, objeto. O homem é tão bem manipulado e ideologizado que até mesmo o seu lazer se torna uma extensão do trabalho. Portanto, o homem ganha um coração-máquina. A Indústria Cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente, nesta Indústria Cultural, tudo se torna negócio. Enquanto negócios, seus fins comerciais são realizados por meio de sistemática e programada exploração de bens considerados culturais.

⁴⁷As análises feitas nas propostas curriculares para a educação básica, tanto da rede Estadual de educação como da rede Municipal de educação da capital maranhense mostram, que a cultura popular é pouco aproveitada enquanto elemento pedagógico no processo formativo nas escolas de ambas as redes.

suporte pedagógico. Vejo esta real possibilidade quando da análise da realidade histórica e cultural da capital maranhense, considerada patrimônio cultural da humanidade e recentemente intitulada de capital brasileira da cultura⁴⁸ com um substancial acervo cultural que minimamente é utilizado no cotidiano escolar.

A década inicial do século XXI trouxe consigo os debates acerca do verdadeiro papel a ser desempenhado pela educação, principalmente naqueles países que mais necessitariam dela para garantir seu pleno desenvolvimento no contexto do sistema capitalista de produção, fortemente marcado pelo processo de globalização⁴⁹ da economia.

Silva (1999) observa este debate envolvendo as classes dominantes e as classes dominadas e suas ideologias, assim como a cultura dominante e a cultura popular e como estas se relacionam dentro de uma perspectiva curricular multiculturalista que possa atender a estes dois pólos. Será este o elemento de análise aqui observado.

Para tanto, utilizarei espaços distintos para a concretização da pesquisa e efetivação do objeto em questão. A intenção é analisar como se dão as experiências com cultura popular e educação no Museu da Cultura Popular (MCP) e como estas se integram ao processo educativo, buscando elementos que demonstrem a necessidade da utilização da cultura popular do Estado associada à sua educação, vendo nesta associação um vetor de desenvolvimento sócio-cultural de sua população estudantil, fortalecendo suas raízes identitárias e cidadãs, através de sua própria cultura popular.

Em outro momento da pesquisa, estarei integrado à comunidade da Ascensão, conhecido bairro da capital maranhense onde há uma grande quantidade de manifestações da cultura popular do Estado. Nesta, os trabalhos se realizarão na Unidade de Educação Básica Chico Xavier. A proposta é observar como é feita essa associação da cultura popular presente na comunidade e a dinâmica diária da escola; observarei também as formas, concepções e análises da comunidade

⁴⁸ Este título é rotativo, no caso da capital maranhense ele se referia ao ano de 2010.

⁴⁹ Casemiro (2008, p. 23) indica que existem múltiplas globalizações que atuam como feixes de relações sociais envolvendo múltiplos conflitos. Contrapor global e local como uma dualidade entre hegemônico e heterogêneo é enfatizar uma contradição apenas aparente, pois local e global não são fenômenos opostos, mas interdependentes. Ao mesmo tempo em que fenômenos transnacionais se multiplicam e as relações sociais aparecem como cada vez mais desterritorializadas, novas identidades regionais, nacionais e locais se constituem.

escolar quanto à questão da cultura popular integrada ao currículo proposto pela rede municipal de educação.

Por fim, busco extrair das experiências observadas os elementos positivos e a forma como estes podem ser úteis para a educação básica. A metodologia utilizada, os grupos focais, típico das pesquisas qualitativas associada à educação, indicarão os aspectos a serem observados a partir da adequação das entrevistas com os sujeitos envolvidos na pesquisa.

As estratégias utilizadas buscam a análise dos dados de acordo com o proposto por Minayo (2000, p. 22) para pesquisas que utilizam os grupos focais, onde “[...] a metodologia ocupa o lugar central no interior das ciências sociais, pois ela faz parte intrínseca da visão social de mundo veiculada na teoria”.

3.1 Proposições para uma pesquisa em cultura popular associada à educação básica: desvelando as possíveis relações entre sujeito e objeto

O que pretendo com a pesquisa é dotar a educação básica de um importante elemento de estudo e que, em suas representações⁵⁰, simbolizam a própria constituição da população maranhense no que diz respeito à sua historicidade formadora enquanto cultura popular e que faz parte de um imaginário coletivo⁵¹ próprio do Estado. Acredito que todo este contexto cultural não deveria estar dissociado das práticas educativas oficiais.

Seria o avanço da globalização a barreira maior para a sobrevivência da cultura popular enquanto prática cotidiana maranhense, que sem os meios ou mecanismos comuns às culturas globalizadas, típicas de uma espécie de sociedade do espetáculo⁵², serão certamente fadadas ao desaparecimento,. Sustento esta possibilidade quando observo o crescimento do culto ao efêmero substituindo o culto

⁵⁰Chartier (1998) analisa representação como sendo um instrumento de conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente, através de sua substituição por uma “imagem” capaz de reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. Nesse sentido, o conceito de representação é visto por Chartier como a pedra angular de uma abordagem da história cultural.

⁵¹Bachelard (1984) relata que o imaginário não é uma mera cópia do real nem um simples repositório estático de imagens do mundo; é, sobretudo uma rede dinâmica, uma memória coletiva em constante mutação.

⁵²A expressão sociedade do espetáculo aparece aqui em uma referência a obra de Debord (1997) que aborda esta temática e faz uma crítica ferina e radical a todo e qualquer tipo de imagem que leve o homem à passividade e à aceitação dos valores preestabelecidos pelo capitalismo. Afirmava que a sociedade da época estava contaminada pelas imagens, sombras do que efetivamente existe, onde se torna mais fácil ver e verificar a realidade no reino das imagens, e não no plano da própria realidade.

do popular, sendo esta uma das faces marcantes do modelo cultural consumista ditado pelo mercado (BAUMAN, 2008).

Nesse sentido, esta proposta de pesquisa se concentra em analisar os elementos inerentes à cultura popular, sua representação e com isto extrair sua utilidade e representatividade para com a educação básica do Estado. É evidente que, como opinião inicial do pesquisador aproximado de seu objeto de pesquisa - onde todas as considerações possíveis estão sendo analisadas, já que o processo de pesquisa inicialmente ainda não ofereceu as condições necessárias para tanto -, esta análise consolida-se com o proposto por Bachelard (1996, p. 21), que coloca esta até no pormenor da pesquisa científica, diante de uma experiência bem específica que possa ser consignada como tal; como verdadeiramente e completa, sempre será possível variar-lhe as condições, em suma, sair da contemplação do *mesmo* para buscar o *outro*, para dialetizar a experiência.

Neste sentido, o estudo acerca da cultura popular é um desafio na construção do próprio referencial, pois determina um enorme conjunto de variáveis e possibilidades de observações por parte do pesquisador; e, neste estudo especificamente associado à educação básica, requer deste um trato mais singelo com a condução da pesquisa, evitando, assim, que sua ligação próxima do objeto lhe impossibilite observar novas determinações ou direções que por ventura estarão presentes ao longo do processo de coleta dos dados, pois

Muitas vezes, a preocupação com a objetividade, que leva o historiador da ciência a arrolar todos os textos, não chega até o ponto de medir as variações psicológicas na interpretação de um determinado texto. Numa mesma época, sob a mesma palavra, coexistem conceitos tão diferentes (BACHELARD, 1996, p. 22).

Essa objetividade é o elemento essencial que pretendo imprimir na condução da pesquisa, principalmente no referente à cultura popular - um objeto de análise recheado de múltiplas possibilidades de considerações -, não sendo somente documentos escritos os referenciais para a pesquisa. Esta deparar-se-á com todo um conjunto documental, material e imaterial, que exigirá do pesquisador todo um trato com o processo interpretativo do acervo documental a ser arrolado e como estes dialogam com o andamento dos trabalhos inicialmente propostos. Aqui se faz necessário um olhar afastado, distanciado, desapaixonado até, buscando propiciar uma interdependência entre sujeito e objeto, elemento que poderia de fato impedir diversas outras análises e observações, já que

De fato, essa observação primeira se apresenta repleta de imagens; é pitoresca, concreta, natural, fácil. Basta descrevê-la para se ficar encantado. Parece que a compreendemos. Vamos começar nossa investigação caracterizando esse obstáculo e mostrando que há ruptura, e não continuidade, entre a observação e a investigação (BACHELARD, 1996, p. 25).

E serão estas imagens propiciadas por uma cultura popular específica de um determinado espaço geográfico e de sujeitos que serão os elementos apoiadores da experiência educacional e cultural que se pretende realizar, principalmente nesta proposta, que necessitará de toda uma metodologia que leve os agentes participantes a verem na cultura popular maranhense um instrumento de afirmação de sua própria historicidade enquanto sujeitos ativos e integrantes desta mesma realidade social e cultural.

Nesta mesma linha de interpretação, Bourdieu (2004) esclarece que a consciência que se tem da objetivação leva a descobrir o que existe no mundo social, e logicamente cultural, em especial naquele que produz toda uma espécie de instituições que produzem o efeito de tornar aceitável à distância à verdade objetiva e a verdade vivida daquilo que se faz e daquilo que se é (aqui, no caso, da própria noção de cultura popular necessária para a condução da pesquisa, que, com o advento da indústria cultural massificante e globalizada, pode tornar aceitável justamente por aqueles sujeitos que precisam resistir para então conseguirem conservar suas próprias origens e originalidades históricas e culturais). Ortiz (1994, p. 165), debatendo sobre esta questão, destaca que

A indústria cultural adquire, portanto, a possibilidade de equacionar uma identidade nacional, mas reinterpretando-a em termos mercadológicos; a idéia de 'nação integrada' passa a representar a interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território nacional. Nesse sentido se pode afirmar que o nacional se identifica ao mercado; à correspondência que se fazia anteriormente, cultura nacional-popular, substituí-se uma outra, cultura mercado-consumo.

O que se percebe é a representatividade que pode está contida em determinados elementos inerentes ao contexto sociocultural e como estes atuam na mentalidade de seus integrantes, nas experiências oferecidas a estes pelas instituições educacionais, podendo perfeitamente ser estas experiências voltadas para a cultura popular e que poderão proporcionar uma formação libertadora e repleta desta mesma representação social, fato, aliás, destacado por Bachelard (1996, p. 50), para quem

Em resumo, no ensino elementar, as experiências muito marcantes, cheia de imagens, são falsos centros de interesses. É indispensável que o

professor passe continuamente da mesa de experiências para a lousa, afim de extrair o mais depressa possível o abstrato do concreto. Quando voltar à experiência, estará mais preparado para distinguir os aspectos orgânicos do fenómeno.

Em se tratando de cultura popular enquanto objeto de análise e integrada ao contexto da educação básica, faz-se necessário uma reflexão sobre sua aplicabilidade enquanto objeto inserido no contexto da educação básica. O que existe de fato é uma representação sobre a cultura popular; porém esta não está perfeitamente clarevidenciada enquanto sua funcionalidade como objeto, fato que não me impossibilita de ir adiante na condução da proposta a ser desvendada pela pesquisa, com relação a construção do objeto no contexto da pesquisa. Bourdieu (2004, p. 20), refletindo sobre esta temática, coloca que

O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de construir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto.

Expostos inicialmente estes argumentos, e crendo ser a cultura popular um possível objeto de interesse para o campo da educação, mesmo que este debate ainda esteja em fase de consolidação, não se pode negar os interesses que o mesmo vem despertando entre os pesquisadores que, como eu, travam uma verdadeira batalha campal contra as políticas culturais de globalização.

Por outro lado, as pesquisas em educação podem contribuir para um desenvolvimento social e cultural afirmado em tradições locais que são de fundamental importância para a história destes estratos sociais. Bastaria, então, potencializar a cultura popular a partir de um conjunto de ações capazes de dar a ela um caráter típico de objeto de pesquisa, já que

Construir o objeto supõe também que se tenha, perante os factos, uma postura activa e sistemática. Para romper com a passividade empirista, que não faz senão ratificar as pré-construções do senso comum, não se trata de propor grandes construções teóricas vazias, mas sim de abordar um caso empírico com a intenção de construir um *modelo* – que não tem necessidade de se revestir de uma forma matemática ou formalizada para ser rigoroso –, de ligar os dados pertinentes de modo que eles funcionem como um programa de pesquisas que por questões sistemáticas, apropriadas a receber respostas sistemáticas (BOURDIEU, 2004, p. 32).

Seguindo este mesmo direcionamento e vendo a cultura popular como resultado da evolução histórica baseada em uma racionalidade própria destes mesmos estratos sociais, posso afirmar que há uma historicidade em sua formação inicial, uma espécie de conhecimento produzido e sustentado cientificamente

Bachelard (1996, p. 55) indica que se conseguirmos - a respeito de qualquer conhecimento científico objetivo - a justa medida do empirismo, por um lado, e do racionalismo, por outro lado, ficaríamos admirados com a imobilização do conhecimento produzido pela cultura popular. Sendo que os fatos são muito precocemente implicados em razões próprias.

E são estas mesmas razões observadas os elementos fundamentais para a própria sobrevivência da cultura popular, e vista aqui enquanto objeto de estudo associado às pesquisas em educação básica, já que, como proposto por Gamboa (2007), os fenômenos educacionais, considerando o seu caráter social e histórico, devem ser abordados levando em conta a sua historicidade, elemento este, ao meu entender, perfeitamente possível de ser relacionado com a cultura popular, pois esta possui tanto um caráter social como uma historicidade própria e necessária para a pesquisa em educação.

Enfim, observadas todas estas reflexões considero que a cultura popular associada à educação básica pode ser, conforme a análise de Ghedin e Franco (2008, p. 75) o instrumento que

De certo modo, objeto e sujeito são partes constitutivas de um mesmo mundo, onde um lê, pelo olhar, aquilo que o outro é de acordo com seu modo de compreender, à medida que compreende a si mesmo. Quando o sujeito procura ler o objeto por meio do olhar, está desabitando o mundo para poder aprofundar o conhecimento de sua forma e do seu modo de habitar as coisas. Assim, o sujeito tanto habita o mundo quanto este o habita, o impulsiona e o condiciona a determinado modo de ser. Pensamento e mundo, nessa perspectiva, não são próximas, mas a mesma realidade.

É exatamente esta realidade que procuro absorver com a pesquisa referente à cultura popular e associada à educação básica. Para tanto, todos os procedimentos adotados deverão ser capazes de garantir um resultado final com significação tanto para os sujeitos como para o objeto propriamente dito.

3.2 A construção da metodologia e dos espaços e para a pesquisa em cultura popular associada à educação básica: campo, espaço e tempo

Considerando ser a cultura popular um espaço privilegiado para as pesquisas históricas e educacionais, é, contudo, possível se utilizar uma metodologia que seja capaz de abarcar, na medida do possível, a maioria das possibilidades apresentadas pelo objeto em questão. Os espaços históricos onde se

realizará a pesquisa também devem estar em consonância com a proposta metodológica, cabendo ao pesquisador a sensibilidade para observar tais elementos no decorrer da pesquisa. Em relação a estes, elementos considero que

O pensamento pré-científico não se fecha no estudo de um fenômeno bem circunscrito. Não procura a variação, mas sim a variedade. E essa é uma característica bem específica: a busca da variedade leva o espírito de um objeto para o outro, sem método; o espírito procura apenas ampliar conceitos; a busca da variação liga-se a um fenômeno particular, tenta objetivar-lhe todas as variáveis, testar a sensibilidade das variáveis. Enriquece a compreensão do conceito e prepara a matematização da experiência (BACHELARD, 1996, p. 38-39).

O que se percebe é a noção de espaço, aqui entendido como campo de pesquisa propriamente dito, local onde o processo de observação inicial deverá ser colocado em prática para a desvelação das especificidades do objeto de pesquisa, seus comportamentos enquanto fenômeno social ligado ao campo da cultura e neste caso, também ao educacional e sua historicidade, já que está inserido em uma determinada realidade social constituída ao longo dos séculos, elementos que conferiram particularidades que serão desveladas pelos procedimentos utilizados na pesquisa. Comentando sobre estes termos, Bourdieu (2004, p. 27) destaca que

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – o orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que reitera o essencial de suas propriedades.

Ghedin e Franco (2008) indicam que a construção deste campo⁵³ de análise só será possível quando a pesquisa adquirir um caráter de ação, podendo ser a pesquisa-ação que favoreça a visibilidade do objeto de pesquisa, levando a perceber o que não se percebe e ver o que normalmente não se vê. Esse exercício de desvelamento do mundo é o que permite o avanço no processo de humanização por meio do conhecimento sistemático e assistemático; e todo esse processo de desvelamento só se fará possível

Mediante um trabalho de construção desta natureza – que não se faz de uma só vez, mas por uma série de aproximações – constroem-se, pouco a pouco, espaços sociais os quais – embora só se oferecem em forma de relações objetivas muito abstratas e se não possa tocá-los nem apontá-los a dedo – são o que constitui toda a realidade do mundo social (BOURDIEU, 2004, p. 29-30).

⁵³Bourdieu (2004) debate o conceito de campo, onde as idéias sobre reprodução cultural, capital cultural e capital simbólico, construindo uma análise sobre a cultura em termos de bens, de produção, de mercado, de investimento, buscando compreender qual a relação que se estabelece a partir desse olhar entre a construção de identidades e as possibilidades de mudança social.

Neste caso, em particular, será necessário retornar diversas vezes aos espaços de investigação, extraindo todas as possibilidades de análises que sejam possíveis para a pesquisa. É evidente que, em se tratando de uma cidade como São Luis, Patrimônio Cultural da Humanidade e com um considerável acervo, ter-se-á não só um espaço de investigação, porém, sim, inúmeros espaços que historicamente são campos privilegiados para a própria pesquisa. Haverá, então, a necessidade de uma delimitação deste espaço para que seja possível uma espécie de análise desta mesma realidade marcada pela cultura popular, já que esta está presente em praticamente todos os espaços urbanos que formam este mesmo acervo histórico e cultural.

Dentre os diversos espaços privilegiados da cidade para o desenvolvimento da pesquisa, escolhi o Museu da Cultura Popular, doravante designado de MCP, já que este guarda em si a maiorias das possibilidades de análises que serão necessárias para a condução da pesquisa em cultura popular associadas à educação básica.

É também no MCP⁵⁴ que se concentram as atividades que relacionam a cultura popular à educação básica. Neste são realizados trabalhos conjuntos com as escolas da capital maranhense, onde é apresentada aos alunos a maioria das manifestações da cultura popular do Estado. O MCP, transformado em uma espécie de museu desta mesma cultura, espaço onde esta é preservada e estudada, é, portanto, o campo mais apropriado em todas as suas especificidades e aparências, corroborando com o proposto por Bourdieu (2004, p. 36) para quem

Um dos instrumentos mais poderosos da ruptura é a história social dos problemas, dos objectos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social (Como as noções comuns, papel, cultura, velhice, etc., ou os sistemas de classificação) que se realiza no próprio mundo social, no seu conjunto, neste ou naquele campo especializado.

Com relação à execução do processo de pesquisa, e em se tratando da cultura popular marcadamente diversificada (como é o caso maranhense), é necessário que, inicialmente, se proceda uma minuciosa revisão da bibliografia referente à temática proposta, etapa esta de fundamental importância para o processo de elaboração da dissertação. Também proponho em seu

⁵⁴O Museu da Cultura Popular vem desenvolvendo em conjunto com diversas escolas da capital tanto das redes públicas municipal e estadual além das escolas das redes particulares, importantes projetos educacionais que envolvem a cultura popular maranhense, merece destaque o “projeto sabaença” que integra a comunidade estudantil da capital aos trabalhos do MCP.

desenvolvimento a aplicação de questionários e ou entrevistas; estas deverão ser direcionada de formão específica e de acordo com o público alvo. Como o MCP possui características de um museu que preserva a cultura popular, costuma receber visitantes e, principalmente, alunos da educação básica da capital.

Proponho para este grupo em especial a aplicação de questionários do tipo fechado, onde as questões trazem indagações pertinentes ao tema abordado junto aos sujeitos; aqui busco observar como estes reagem ao se depararem com os elementos da cultura popular, em uma espécie de olhar inicial destes para com o objeto. Seria a aplicação do proposto por Ghedin e Franco (2008, p. 73), destacando que

Educar o olhar significa aprender a pensar sistemática e metodicamente sobre as coisas vistas. Portanto, exige muito mais do que “ver” as coisas; implica perceber o que elas são e porque estão sendo do modo como se apresentam. Com efeito, a educação do olhar cobra a percepção das múltiplas representações do mundo e da cultura socialmente construídas.

Outro grupo social a ser arrolado trata-se dos professores e orientadores do próprio MCP. Neste caso específico, as entrevistas propostas serão do tipo aberta; busco com isto abstrair destes entrevistados visões outras, mais aprofundadas, e que serão de suma importância para que eu possa detectar elementos ou visões específicas, diferenciadas e até mesmo profissionais a respeito da cultura popular local e como esta é utilizada no cotidiano escolar destes profissionais de educação; também procuro ver o olhar deste para com a cultura popular em sua prática docente em seus locais ou instituições de trabalho.

Como trabalharei com instituições ligadas à administração pública municipal e estadual, proponho um conjunto de entrevistas com os diretores destas mesmas instituições, gestores das escolas e representantes das secretarias estadual e municipal de educação; a intenção é perceber como o poder público instituído relaciona a cultura popular⁵⁵ com a educação básica, pois

O que resulta de um trabalho de pesquisa é uma forma de ver e perceber a realidade com um olhar particular, sem deixar de revelar e demonstrar um contexto bem mais amplo que permite à realidade evidenciar-se por intermédio do pesquisador (GHEDIN; FRANCO, 2008, p. 87).

⁵⁵Da mesma forma que verificado na proposta curricular utilizada pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís SEMED/SL, a cultura popular encontra-se minimizada na proposta curricular da rede estadual de educação, que por sinal não obtive acesso, estas informações foram obtidas através de entrevistas com técnicos da SEEDUC/MA estes acrescentaram ainda que o projeto sabaença é uma das poucas experiências envolvendo a cultura popular e desenvolvidas pelo governo do estado do Maranhão.

Concluído o processo inicial das entrevistas, a pesquisa, então, concentrar-se-á na catalogação e sistematização das informações coletadas e, possivelmente, na tarefa mais singular de toda a pesquisa, ou seja, na interpretação das informações, procurando perceber todos os resultados obtidos e sua aplicabilidade no contexto da educação básica.

3.3 A Ascensão da Arruda: o processo de formação do bairro e sua tradição com a cultura popular

Sendo uma das mais antigas comunidades da capital maranhense, o bairro da Ascensão está situado em uma posição geográfica que na época de sua constituição, era bastante privilegiada, por estar próximo a importantes vias de ligação, tanto marítima quanto terrestre, além, é claro, de estar próximo ao centro administrativo de São Luís. Atualmente, está geograficamente localizado em um ponto tendo ao norte e ao oeste; ao rio paciência, ao sul o Areial; e ao leste o bairro da promotora.

Poucas comunidades de uma cidade não planejada⁵⁶, como é o caso de São Luís, possuem uma espécie de certidão de nascimento, mas a Ascensão possui, pois sua origem se deu graças a uma determinação da administração municipal da capital que determinou, na década de 1910, a construção de um matadouro modelo que atendesse às necessidades de abastecimento da cidade, sendo que esta iniciativa favoreceu à concentração inicial de famílias naquela comunidade. É desta concentração que se forma o núcleo embrionário do que é hoje o bairro da Ascensão. O decreto determinava

A câmara municipal decretou, em 19 de junho do ultimo, e o Dr. Intendente mandou cumprir por ato de 25 do mesmo mês o seguinte.

Lei 260 (lei 260, de 5 de janeiro de 1918)

A câmara municipal da capital do Estado do Maranhão,

Decreta:

Artigo 1 fica o intendente autorizado a assinar, para a construção do matadouro e mercado público; os contratantes nos seguintes termos:

⁵⁶ O planejamento urbano de São Luis foi adequado para a realidade específica do século XIX, suas ruas e vielas eram adaptadas para a dinâmica urbana dos oitocentos, a cidade não conseguiu acompanhar as intensas transformações observadas na urbanização do século XX, geralmente atrelada à produção industrial, Santos (1988) destaca que esta é uma característica visível mesmo em centros urbanos nascidos originalmente planejados e que a noção de cidade planejada deve esta associada à dinâmica da produção capitalista e suas necessidades decorrentes dessa mesma produção, com isso o planejamento de uma cidade quase nunca é uniforme podendo até ser ultrapassado.

O contratante obriga-se a construir neste município, em local designado pela municipalidade, um Matadouro Modelo, de acordo com as plantas e memorial definitivos, que submeterá, à aprovação da municipalidade. O matadouro, que deve ser construído com todos os melhoramentos dos estabelecimentos modernos congêneres.

Percebe-se que, já naquela época, havia a preocupação da administração municipal em dotar a capital com o que havia de mais moderno em se tratando de instalações desse tipo. O contrato previa “ainda, que a companhia vencedora deveria respeitar os mais modernos critérios de saúde pública”. Outra preocupação estava na localização do mesmo; deveria situar-se próximo a vias de acesso que permitissem o desembarque das reses e o deslocamento das carnes para toda a cidade. Neste sentido, a lei 260, de 5 de janeiro de 1918 determinava, entre outras coisas, que

De acordo com o contrato da municipalidade o terreno para a construção do matadouro modelo seria localizado em local de fácil acesso não somente por mar, mas também priorizando a estrada de ferro *estrada da vitória* em construção e que foi concluída em 1920 (SILVA, 1997, p. 25 grifo nosso).

Isto explica o porquê do surgimento do bairro naquela localidade, que na ocasião ficava às margens do rio anil e do porto do jenipapeiro, onde desembarcava o gado que seria abatido pelo matadouro. Na outra extremidade, localizava-se a estrada da vitória, importante via férrea que atendia a capital maranhense. Do porto do jenipapeiro também desembarcaram os possíveis primeiros moradores da comunidade. Como as cabeças de gado provinham geralmente da baixada maranhense, logo começaram a se estabelecer nas proximidades do matadouro as primeiras famílias que deram início ao povoamento da localidade e que, ainda hoje, conta com uma expressiva população proveniente dessa região do Estado.

A comunidade logo ficou conhecida como matadouro e a facilidade em ocupar as terras vizinhas do matadouro é o que explica o surgimento da comunidade próxima ao empreendimento público municipal e sua denominação inicial. Relatos dos moradores mais antigos apontam para esta prática, por sinal comum até os dias de hoje em São Luis, e que fez surgir as primeiras ruas, como a Aquino da Mata, uma das mais importante, pois se estende do matadouro a estrada de ferro cortando todo o bairro.

Em expansão, a comunidade e suas ocupações (as invasões como designam seus moradores), crescem em direção do mangue, da promotora e da

estrada de ferro, chegando a ocupar as quintas⁵⁷ e as chácaras que ficavam nas proximidades. Com isso, surgiram comunidades menores que acabaram contribuindo para o crescimento da comunidade do antigo matadouro, caso específico da Brasília do matadouro, da região da floresta e do Japão, área assim conhecida por localizar-se próximo ao manguezal, na parte mais baixa da ocupação; outra área que compõe a comunidade e que se constituiu em uma proposta do Governo do Estado em melhorar as condições de moradia na Ascensão foi o projeto PROMORADIA⁵⁸, que data da década de 1980.

Ainda hoje é presente na memória coletiva da comunidade a presença no passado de personagens que muito contribuíram para a expansão territorial da comunidade da Ascensão. Caso específico ocorre com pessoas como o senhor Adamor e o sírio libanês conhecido como Mamud⁵⁹; ambos eram proprietários de quintas e que usaram o expediente de loteamento e venda de suas terras; com essa prática, contribuíram para a formação do bairro.

Esta tendência foi favorecida, de acordo com os relatos dos moradores, por ações do poder público municipal (que em determinados momentos fez a concessão de lotes nas proximidades do matadouro) e por loteamentos feitos pelos proprietários das quintas que, temendo a invasão de suas terras, preferiram lotear suas propriedades e vender os lotes. Esta prática acentuou-se principalmente, com o fechamento do matadouro na década de 1930.

O fechamento do matadouro se deu em decorrência do não cumprimento, por parte do seu consórcio mantenedor, das determinações acordadas com a administração municipal, fato este comprovado pelos documentos analisados que apontam as precárias condições de funcionamento do empreendimento, principalmente no que se refere à observação das condições sanitárias, que

⁵⁷ Denominação muito utilizada no passado e que se referia a um lote de terra de tamanho expressivo, contendo dimensões aproximadas de um a cinco hectares de terra, uma espécie de sítio ou chácara, e que eram bastante comum na cidade de São Luís no século passado.

⁵⁸ Em mensagem enviada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão o então governador João Castelo Ribeiro Gonçalves destaca a importância da obra para a sua política de habitação onde assinalava que “ainda em São Luís, sobressai o projeto PROMORADIA, cujas obras se encontram bem adiantadas. Ele recuperará áreas alagadas para a construção de casas que substituirão as palafitas da periferia da cidade de São Luís” (MARANHÃO, 1982, p. 203).

⁵⁹ Referência feita ao Sr. Mamud Chain, homem de posses pertencente à comunidade Sírio Libanesa que se instalou em São Luís a partir do final do século XIX e que com o passar dos anos ganharam importante projeção social, econômica e política na sociedade maranhense e destacadamente na capital onde atuara no comércio de secos e molhados, na atividade industrial entre outras.

representavam um verdadeiro risco à saúde pública. O decreto municipal que rescindiu o contrato é contundente e destaca que a prefeitura municipal de São Luís

Rescinde o contrato celebrado entre a companhia Matadouro Modelo de São Luís e o Município de São Luís. O prefeito municipal no uso de suas atribuições legais, considerando que o contrato celebrado entre a municipalidade de São Luís e o Sr. Edgard Filgueiras, estabeleceu clara e explicitamente a obrigação do contratante de construir e manter um “Matadouro Modelo” e o não cumprimento do contrato, decreta:

Art. I – ficam rescindidos nesta data todos os contratos celebrados entre companhia Matadouro Modelo de São Luís e o Município de São Luís para a exploração do Matadouro Modelo revertendo ao patrimônio municipal o terreno, edificações e benfeitorias, e todos os aparelhos que atualmente usufruem a dita companhia (Diário Oficial do Município de São Luís, decreto n°. 248 de 22 de abril de 1937).

Este mesmo decreto enfatiza ainda em suas linhas possivelmente o motivo principal que levou a municipalidade a rescindir o contrato com a companhia quando afirma que: “o matadouro se encontra em tais condições que constitui um atentado à higiene e a saúde da população, conforme exame que se procedeu no dito estabelecimento” (Diário Oficial do Município de São Luís, decreto n°. 248 de 22 de abril de 1937)⁶⁰.

A prática da demarcação e concessão dos lotes foi seguida pelos governos posteriores, tanto municipal quanto estadual, principalmente nas proximidades do período político eleitoral; constituindo-se numa forma clientelista de obtenção de votos junto à população carente; neste ritmo, foram abertas ruas, sendo que algumas chegaram a ser pavimentadas com breu⁶¹.

Dois momentos em particular marcaram o crescimento da comunidade: inicialmente, no início da década de 1970, quando da campanha eleitoral para prefeito. O então candidato a prefeito Eptácio Cafeteira, foi responsável pela pavimentação de ruas, doação de lotes e pelo cumprimento de sua singular promessa de campanha, que se cumpriu logo após sua posse: tratou-se da mudança do nome do bairro de matadouro para Ascensão, denominação que permanece até o presente momento⁶²; Posteriormente, já no início da década de

⁶⁰O matadouro foi reaberto na década de 1940 por iniciativa da própria prefeitura municipal de São Luís, sendo que o mesmo permaneceu em funcionamento até meados da década de 1980 quando foi definitivamente fechado, atualmente nas instalações do antigo matadouro modelo funciona uma Unidade de Educação Básica pertencente à rede municipal de educação.

⁶¹Produto químico utilizado como fixador na pavimentação de ruas costuma ser colocado antes da camada final de asfalto, também é utilizado na construção artesanal de embarcações bastante comum no litoral maranhense.

⁶²Neste período também foram trocados pelo mesmo prefeito os nomes de outros bairros de São Luís, com isto o Cavaco passou a se chamar Bairro de Fátima, o Tirirical recebeu o nome de São Cristovão e o Areal recebeu o nome de Monte Castelo.

1980, quando uma tentativa de melhoramento e urbanização da área das palafitas que existiam na comunidade, levou à construção pelo então governador João Castelo do conjunto residencial conhecido como PROMORADIA, que se tornou uma das comunidades constitutivas do que se concebe atualmente como comunidade da Ascensão. Fato percebido quando da realização das entrevistas e visitas ao bairro diz respeito ao fato que ambos os políticos ainda são lembrados e lembrados pelos nossos entrevistados; por sinal ambos ainda continuam em plena atividade na vida política do Estado e da capital e com expressivas votações nos últimos pleitos.

Duas características específicas da comunidade da Ascensão, no tocante a sua população, é a grande quantidade de pessoas provenientes da região da baixada maranhense e afro-descendentes. Estes dois fatos se explicam movimentos migratórios distintos; inicialmente, a posição do matadouro próximo ao porto do jenipapeiro que recebia gado e naturalmente retirantes que se fixaram nas proximidades do matadouro.

Consta na memória coletiva de seus moradores que a chegada destes retirantes à comunidade se intensificou na década de 1970, momento em que ocorreram grandes secas no interior do Estado, especificamente na baixada maranhense, fazendo com que muitos se transferissem para a capital do Estado, vindo morar na Ascensão junto com parentes que residiam na comunidade, permanecendo com estes até o momento em que conseguissem fixar moradia. Geralmente em uma das áreas que hoje compõem o bairro, as invasões, ao que me parece, resultaram em grande parte desse fenômeno, que, em particular, é percebido em elementos marcantes da comunidade, como se observa

[...] a respeito da identidade étnica o regional, quer dizer, a respeito das propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o *sotaque*, são um caso particular das lutas de classificações, luta pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos (BOURDIEU, 2004, p. 113 grifo nosso).

O processo de urbanização, intensificado na cidade de São Luís nesse mesmo período, pode ser apontado como elemento de atração desses retirantes, a capital quase sempre representava a idéia de prosperidade econômica e social, mesmo que a realidade encontrada quando de sua chegada lhes mostrassem algo de diferente, estes se depararam com os desafios da vida urbana principalmente das periferias das grandes cidades e suas carências econômicas e sociais.

Característica particularmente visível no cotidiano da comunidade é a presença de uma grande quantidade de manifestações da cultura popular maranhense⁶³; são grupos de tambores de crioula, tambores de mina, bumba-meu-boi, dança do coco, que guardam as marcas de seus locais de origem como é o caso da baixada maranhense. Estas marcas da cultura popular fazem da comunidade uma referência na capital maranhense e refletem um importante espaço de preservação das tradições do Estado onde

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente em um Estado de dispersão, quer coletivamente em um Estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações das forças simbólicas; ou, se preferir, a conservação ou transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos (objetivas ou intencionais) da identidade social (BOURDIEU, 2004, p. 124).

E é justamente esta mobilização que gera a organização para a preservação da cultura popular que faz da comunidade da Ascensão um espaço privilegiado para o desenvolvimento cultural; e, devido a isto, escolhida como espaço de pesquisa, onde também são marcantes as questões sociais que envolvem as periferias brasileiras, bastando apenas aos agentes públicos buscarem nestes elementos organizativos presentes na comunidade um instrumento possível de desenvolvimento social através da integração da cultura popular a educação. É este o objetivo da pesquisa, principalmente nestes tempos de significativas transformações, característica deste mundo globalizado e que de acordo com McLaren (1999, p. 206) nos encorajam a identificar as margens reprimidas das culturas não oficiais⁶⁴, a nomear as lutas no interior dos grupos subalternos e a legitimar a cultura popular silenciada numa tentativa de subverter as estruturas dominantes de poder e de autoridade, associadas á cultura acadêmica alta.

Atualmente a comunidade da Ascensão é uma das mais destacadas da capital, possui um comércio varejista dinâmico, sua população se aproxima da casa

⁶³Silva (1997, p. 36) mostra que as manifestações culturais ajudaram a consolidar o bairro, surgindo como uma necessidade de manter a tradição de seus fundadores e a unificar a comunidade a partir de suas manifestações culturais: festas religiosas, folguedos, brincadeiras [...] em especial de grupos folclóricos como o bumba-meu-boi, tambor de crioula, como a festa do divino espírito santo, festa de Santa Luzia, de São Cosme e Damião e grupos carnavalescos, especialmente os blocos tradicionais.

⁶⁴McLaren (1999, p. 207) mostra que o modo como os estudantes vivem o 'popular' recebe pouquíssima atenção das escolas. Como resultado, alunos e alunas são privados da oportunidade de aprender como suas identidades foram construídas e moldadas pelas forças das relações cotidianas, tanto ideológicas quanto materiais. Sem espaço pedagógico para o diálogo crítico sobre a semiótica do cotidiano, com isto a cultura popular vista como cultura não oficial.

dos trinta mil habitantes e sua cultura contabiliza aproximadamente setenta grupos e agremiações folclóricas, fato este que me conduziu à realização dos estudos sobre cultura popular no bairro. É evidente que a comunidade também sofre com as mazelas de qualquer periferia brasileira; porém, não sendo isso, o meu objeto de estudo, optei por não mencioná-lo, atentando-me somente aos aspectos formativos da população e da cultura popular, pois é esta o prioritário objeto de estudo.

3.4 Cultura dominante, cultura popular: uma perspectiva multiculturalista para a utilização da cultura popular na educação básica

A educação é, sem questionamento, um importantíssimo elemento promotor do desenvolvimento humano. A possibilidade que dispõe os variados grupos sociais de, através dela, alcançarem o progresso social e econômico é inquestionável; porém esta mesma educação tem em seus fundamentos institucionais toda uma ideologia de dominação pertencente e edificada nos seios das classes abastadas da sociedade.

São estas mesmas classes que determinam os currículos que devem ser aplicados pelas escolas às demais classes ou grupos que compõe os estratos subalternos desta mesma sociedade, estratos inferiores principalmente do ponto de vista econômico e político e que, por estas mesmas razões, se veem obrigadas a assumirem uma educação que geralmente em nada os privilegia ou mesmo fazem referências a seus aspectos culturais ou sociais; claramente as relações de poder são desiguais. Coll (1987, p. 41) indica que a educação

Desempenha um papel central no esquema explicativo, porque permite compreender como se articula num todo unitário a cultura e o desenvolvimento individual. Os grupos sociais ajudam seus membros a assimilar a experiência culturalmente organizada e a converter-se, por sua vez, em membros ativos e em agentes da criação cultural, ou, o que é a mesma coisa, favorecem seu desenvolvimento pessoal no meio da cultura do grupo, fazendo-os participar em conjunto de atividades que, consideradas globalmente, constituem o que chamamos de educação.

O currículo então é o instrumento pelo qual as classes dominantes se fazem presente neste jogo de construção da ideologia dominante e imposto via escola às demais classes sociais, sempre foi assim e parece não estar próxima uma mudança verdadeiramente significativa destas condições, principalmente em Estados em que o acesso a educação básica ainda é negado a uma grande parte da população que se vê subtraída do direito, enquanto cidadão pertencente a este

mesmo Estado, elemento este que seria, em condições normais, o acesso e permanência na escola, portanto no próprio sistema educacional.

Santomé (1998) indica que o currículo constitui-se como um projeto educacional planejado e desenvolvido a partir de uma seleção da cultura e das experiências das quais se deseja que as novas gerações façam parte como cidadãos inseridos no contexto social, sendo a instituição escolar a responsável por esta inserção a partir de uma reinterpretação peculiar do legado histórico e cultural da sociedade em que esteja inserida, já que são enormes as necessidades sociais e do trabalho típicas das sociedades modernas e industrializadas das últimas décadas.

A realidade brasileira parece-me ser um similar exemplo de como é possível se observar toda esta trama social presente nos currículos aqui aplicados e propostos pelo sistema educacional oficial à população. O próprio acesso à educação básica sempre foi negado à maioria dos cidadãos brasileiros, negando, dessa forma, a própria cidadania⁶⁵ em sua plenitude. Em relação a esta deficiência apresentada pela educação brasileira, Chauí (2000, p. 42) destaca que a educação

Não conseguindo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, é um privilégio, por definição, é sempre específico e particular, não podendo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. Na medida em que prevalecem carências e privilégios e os direitos não conseguem instituir-se, inexistem condições para a cidadania e para a democracia que, como vimos, tornaram-se inseparáveis da ética.

É historicamente recente em nosso país a proposição da universalização da educação básica, e isto só se fez possível no final do século passado e a partir da interferência dos organismos internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial que a partir de um determinado momento e contexto histórico específico, o momento em que a educação, na perspectiva da Organização Mundial do Comércio, passa a ser vista como um dos principais negócios do mundo contemporâneo, com isto estas organizações passam a influenciarem diretamente em questões educacionais, referindo-se a este posicionamento dos órgãos internacionais Frigotto (2003, p. 97) destaca que no ano 2000, numa de suas últimas reuniões, a OMC sinalizou para o

⁶⁵Pinsky (2003, p. 13 grifo nosso) Destaca que pensar em cidadania plena em uma sociedade pobre, em que o acesso aos bens e serviços é restrito, seria utópico. Contudo, os avanços da cidadania, se têm a ver com a riqueza do país e a própria divisão de riquezas, dependem também da luta e das reivindicações, da ação concreta dos indivíduos, *em busca de uma educação cidadã*.

capital que um dos espaços mais fecundos para negócios rentáveis era o campo educacional.

Tomando por base as realidades e as especificidades de determinadas comunidades possuidoras de características singulares, é perfeitamente possível a proposição de uma estrutura curricular que venha a atender estas mesmas especificidades. Desta forma, o currículo poderia conter as adequações ou adaptações necessárias a uma determinada comunidade e sua população, adaptando a sua cultura popular à educação, mesmo em tempos de determinações exteriores.

Realidades sociais profundamente marcadas por uma história ou cultura específica e rica em conteúdo e que estejam inseridas em uma realidade dominante encontram sérias dificuldades em relação à transmissão de sua herança cultural às suas crianças; geralmente os currículos propostos atendem às diretrizes nacionais gerais que orientam os passos a serem seguidos pelas escolas e seus professores, minimamente permitindo inserções localizadas no campo da história ou da cultura nestas mesmas diretrizes, já que

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito das propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas de classificações, luta pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos (BOURDIEU, 2004, p. 113).

Seria necessário, então, que existisse uma proposta curricular que gerasse margem a uma certa maleabilidade no tocante a sua aplicação, concedendo, desta maneira, o direito destas comunidades de inserirem em seus currículos elementos de sua história e de sua cultura. Este caso específico é preferencialmente observado em determinadas localidades que guardam singularidades em sua cultura local, aqui caracterizado pela cultura popular. Esta seria a maneira destas mesmas culturas conseguirem resistir à cultura dominante e ao currículo proposto pela ideologia predominante, tarefa verdadeiramente difícil para os estratos inferiores da sociedade, que tem na escola pública sua única instituição promotora de educação formal Domingues (1996, p. 360) demonstra que

A escola pública, por ser um espaço privilegiado em que confluem/conflitam interesses do Estado e das camadas populares, deve ser vista como um instrumento de revitalização/transformação do social. É o espaço educacional, por excelência, destinado à aquisição/socialização do conhecimento elaborado [...] a sua função, neste momento, deve ser, para as camadas populares, a de efetivar a distribuição social do conhecimento

dentro de um projeto emancipador, e de assegurar a esta camada o acesso ao conjunto das conquistas armazenadas pelo homem na sua trajetória histórica.

Cabe ao sistema educacional entender o pluralismo, buscar sua liberdade cultural sem preconceitos, com postura crítica e, por meio de um currículo multicultural, conciliar a identidade nacional e suas especificidades regionais que, em meio a existência de um universo globalizado, se coloca atualmente como o maior desafio da educação. Desta feita, a proposição de um modelo de currículo que fosse capaz de harmonizar os conhecimentos comuns a todos e os conhecimentos particularizados de cada grupo social seria uma excelente alternativa.

A grande questão no tocante a educação brasileira são as dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas, onde professores e alunos encontram-se abandonados, aviltados por estruturas de trabalho sem as mínimas condições de dignidade o que impede o sucesso de nossos alunos.

Fica evidente a dicotomia presente entre os interesses que se confluem/conflitam, visto aqui como um possível elemento de resistência destas camadas e culturas populares que poderá se transformar a partir desta mesma resistência em aquisição/socialização de sua própria cultura. Seria necessário então a execução de uma proposta curricular alinhada às especificidades do próprio meio onde este estaria sendo aplicada Giroux (1986, p. 56) indica que a elaboração de uma proposta curricular direcionada para as camadas populares

Deverá derivar de uma compreensão teoricamente refinada a respeito da forma como o poder, a estrutura e a ação humana funciona para reproduzir não só a lógica da dominação, mas também o cálculo da mediação, da resistência e da luta social.

Estes elementos indicam que a resistência é possivelmente o único meio das camadas populares terem sua história e sua cultura popular privilegiada nos currículos das escolas, fundamentalmente nas escolas públicas, já que estas são as que mais sofrem com estas estruturas de poder em vigor, e por atenderem às parcelas mais carentes da população, sendo que

Para se entender a natureza de tal resistência, é preciso colocá-la em um contexto mais amplo, a fim de se ver como ela é mediada e articulada dentro das instituições da vida diária e das experiências vivenciadas que constituem cultura dos grupos de oposição que estão sendo analisados (GIROUX, 1986, p. 141).

Deveriam os sistemas educacionais propiciarem uma postura crítica em relação ao currículo adotado nas escolas, principalmente as públicas e aquelas que

atendem às classes populares; estas devem levar em consideração toda a história e a tradição cultural destas mesmas comunidades, o seu valor material e imaterial, gerando, desta maneira, elementos capazes de promover sua sobrevivência em relação a cultura dominante. Não se trata de, em momento algum, fechá-las ao novo momento da sociedade capitalista e industrial; trata-se de preservar importantes elementos que bem trabalhados podem significar sustentação e desenvolvimento.

Nota-se que naturalmente as propostas curriculares costumam privilegiar determinados conhecimentos em detrimento de outros uma determinada cultura possivelmente pela sua maior estruturação, mais qualificada que as demais, evidentemente que a partir de um determinado ponto de vista, gerando desta maneira a qualificação de determinados saberes e automaticamente desqualificando outros, os ligados as culturas populares especificamente, uma natural contradição⁶⁶, isto quando estes não são resignificados dentro desta nova lógica, tal prática acaba por prover a própria subordinação dos sujeitos a uma amostra cultural única. Silva (1999, p. 34) expõe claramente como é unilateralmente conduzida esta relação entre a cultura dominante a as demais culturas

Os valores, os hábitos e costumes, os comportamentos das classes dominantes são aqueles que são considerados como constituindo a cultura. Os valores e hábitos das outras classes podem ser qualquer outra coisa, mas não são a cultura.

Este posicionamento acaba gerando um dualismo típico das relações de confronto entre a cultura dominante e seus valores e as culturas populares e suas especificidades. Isto significa afirmar que

Há, portanto, aqui, dois processos de funcionamento: de um lado, a imposição e, de outro, a ocultação que se trata de uma imposição, que aparece, então, como natural. É a esse duplo mecanismo que Bourdieu e Passeron chamam de dupla violência do processo de dominação cultural (SILVA, 1999, p. 34-35).

Resistir então a este sistema de dominação naturalmente impregnado nas propostas curriculares pertencentes e patrocinadas pelas classes dominantes e seus sistemas de dominação é, sem questionamento, o caminho a ser seguido por estas

⁶⁶O princípio da contradição baseia-se na pressuposição que a natureza contraditória da realidade social no sentido mais amplo, e da vida escolar em particular, invalida os apelos da maioria dominante aos imperativos de harmonia social e da lógica do consenso. Além disso a própria existência de tais contradições sugere que teoria crítica compreendem apenas um meio essencial de esclarecer as condições que mantêm a sociedade, e que, em última instância, tais condições não podem ser alterada através de uma mudança na consciência, mas através da força da ação coletiva (GIROUX, 1986, p. 93).

culturas populares que não são a dominante no contexto da sociedade, mas que, na atual configuração da sociedade, possibilitará alcançar o aporte necessário para a manutenção de sua própria cultura, a cultura popular, já que este é o objeto de estudo em questão. Acredito que

Aceitar o pluralismo e a autenticidade de outras vozes e outros mundos traz o agudo problema da comunicação e dos meios de exercer o poder pelo comando: a escola é chamada mais uma vez a resistir ou aderir às mudanças dos tempos. Se o pós-modernismo como a produção de pessoas pós-modernas, capazes de funcionar em um mundo socioeconômico muito peculiar, que espécie de currículo deveremos ter na escola para enfrentar esse desafio? De quais características da modernidade, e de currículo moderno, deveremos livrar-nos a fim de fazer com que a escola consiga se alinhar aos novos tempos? O que conservar? Quais modismos evitar? (MORAES, 2000. p. 215).

Como percebido, é função da escola equacionar todas estas discussões de forma que venha atender todas as demandas da sociedade contemporânea; possivelmente tal elemento só se fará realidade na medida em que um modelo de currículo crítico, aberto e multiculturalista⁶⁷ seja praticado.

Santos (1997, p. 122) afirma a necessidade de articulação entre as políticas de igualdade e políticas de identidade, já que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito a ser diferentes, quando a igualdade os descaracteriza”, podendo este currículo ser efetivado como norteador das práticas cotidianas das escolas, elemento este perfeitamente viável e aplicável, se levada em consideração a suposta autonomia das escolas em relação a elementos como a gestão e a elaboração de seu projeto político pedagógico, possibilitando, dessa maneira, a adoção de um modelo de currículo compatível com as feições culturais da população atendida.

O modelo de currículo aqui proposto é aquele considerado aberto, onde os professores poderiam trabalhar com uma multiplicidade de temas transversalmente associados ao currículo oficial. Inclusive a cultura popular local é evidente que, por outro lado, levará os professores a romperem os laços da docência, exigindo uma prática de pesquisador da história e da cultura em questão; este elemento determinaria um caráter valioso ao processo de ensino

⁶⁷Giroux (1995, p. 88), mostra que os/as educadores não poderão ignorar, no próximo século, as difíceis questões do multiculturalismo, da raça, da identidade, do poder, do conhecimento, da ética e do trabalho que, na verdade, as escolas já estão tendo de enfrentar. Essas questões exercem um papel importante na definição do significado e do propósito da escolarização, no que significa ensinar e na forma como os/as estudantes devem ser ensinados/as para viver num mundo que será amplamente mais globalizado, high tech e racialmente diverso que em qualquer época da história.

aprendizagem, já que o professor ao assumir a postura crítica enquanto aplicador proponente coletivo do currículo se tornará efetivamente

O pesquisador na sala de aula, que deverá ensinar o aluno a extrair estímulos da realidade social vivida, compreendida e questionada e confrontá-los/conflitá-los não só com as formas mais avançadas da revolução científico-tecnológico, mas também com o conjunto de mudanças que marcam a cultura deste quase já século XXI (DOMINGUES, 1996, p. 361).

A forma pela qual esta postura se concretizaria seria a partir da introdução de temas que valorizassem a cultura de uma determinada cidade Estado ou região que, necessitando sobreviver às incertezas da atualidade, onde a própria noção de identidade cultural é colocada em questão, seria o fortalecimento da ideia de pertencimento ou apropriação de suas próprias origens, fortalecendo a noção de cidadania através da valorização de sua cultura, negando o rebaixamento proposto pela cultura dominante, marca da sociedade globalizada, Moraes (2000, p. 221-222) relata que

Os temas transversais nos currículos materializam uma reação explícita a certas características da pós-modernidade que nos amedrontam. A falta das metateorias como referencial ao que estávamos confortavelmente acostumados; a supressão das fronteiras geográficas e econômicas, que nos colocaram diante de questões relativas à identidade cultural e à necessidade de comunicarmo-nos em uma língua comum; a falsa neutralidade da ciência na modernidade [...] enfim, por uma série de questões que tem colocado o homem pós-moderno diante de um futuro cada vez mais incerto e atemorizante.

Estes elementos fortalecem a minha posição enquanto pesquisador da educação e da cultura popular conduzindo-me à compreensão de que

Nessa concepção de cultura, não se faz uma distinção entre a cultura erudita e a cultura popular, entre 'alta' e 'baixa' cultura. A cultura não é definida por qualquer critério estético ou filosófico. A cultura simplesmente o resultado de qualquer trabalho humano. Nesse sentido, faz mais sentido falar não em 'cultura', mas em 'culturas' (SILVA, 1999, p. 61).

Como se percebe, é perfeitamente viável se cogitar a associação da cultura popular nos currículos da educação básica, pois não há uma separação rígida entre o conhecimento tradicionalmente considerado como escolar e o conhecimento cotidiano das pessoas envolvidas no currículo; ambos buscam influenciar ou modificar as pessoas envolvidas no processo educativo que naturalmente ou inconscientemente estão envolvidos nessas complexas relações de poder.

A cidade de São Luís, possuidora de um considerável patrimônio material e imaterial, é um desses exemplos vivos de representatividade da cultura popular; a

riqueza de suas manifestações culturais a diferenciam das cidades típicas de nossa época, onde a globalização e seus elementos são dominantes; é necessário, no caso da capital maranhense, que haja uma política de preservação de sua cultura para que este patrimônio seja preservado.

Não tenho como objetivo negar a cultura dominante, a cultura de massa; mas, a partir de um modelo específico de educação, favorecer a cultura popular da cidade, promovendo em seus habitantes a identificação com suas próprias origens históricas e culturais, resistindo, dessa maneira, ao avanço desta nova cultura dominante, numa espécie de resistência, nunca de conformismo, pela sobrevivência.

Os estudos relativos a currículo concebem a cultura como campo de luta em torno da significação social; parecem estar sensíveis com questões que se situam na conexão entre cultura, representações, identidade e poder, não deixando de percebê-las envolvidas na dinâmica da indústria cultural típica do universo da globalização.

Com isto, é perfeitamente concebível no contexto das propostas curriculares existentes no país a adequação dos elementos locais - história, cultura, sociedade - nas diretrizes curriculares sem que isto venha a ser danoso ao contexto geral do processo educativo, mas tão somente destacar as dimensões da educação popular que condicionam a maioria das possibilidades presentes nela. Seguindo nesta mesma direção, Casemiro (2006, p. 147) enfatiza que

A análise das recentes propostas curriculares evidencia esse argumento, pois o atual discurso em defesa do currículo integrado, nas definições curriculares oficiais e no pensamento curricular, não implica a superação das disciplinas curriculares ou mesmo a definição do seu poder na seleção e na organização do conhecimento escolar. A organização curricular nas escolas permanece nas disciplinas escolares, mesmo quando propostas de currículo integrado são desenvolvidas e ou valorizadas.

A valorização dos elementos da cultura popular e sua possível integração à lógica dos currículos oficiais se mostra perfeitamente possível, mesmo em tempos de imposições macroeconômicas das agências internacionais sobre as estruturas educacionais em vigor no país, não determinando esta postura uma negação ou um entrenchamento, mas sim um elemento de resistência, preservação, valorização e identificação com sua própria história e cultura.

Fica evidente que a cultura da sociedade globalizada é, de certa forma, uma ameaça à cultura popular, que como observado, não possui os mesmos mecanismos para a sua reprodução dentro da nova lógica do mercado. A cultura

popular se encaixa em determinados espaços com características historicamente constituídas ao longo dos séculos, formando assim uma cultura local cheia de representatividade e, por isso mesmo, capaz de dar uma noção de identidade às pessoas que dela são herdeiras.

A cultura popular, enquanto objeto de pesquisa, ainda se mostra um tanto quanto a ser desvelada, necessitando de uma construção mais apurada que possivelmente ocorrerá no desenrolar da pesquisa e seus meandros poderão esclarecer estas dúvidas que ainda norteiem o processo de pesquisa. Acredito ser este um caminho perfeitamente possível, assim como também é possível a sua associação com o contexto da educação básica, espaço onde as possibilidades de análises podem dar à cultura popular uma funcionalidade que leve a formação de sujeitos que possam ver nela um real instrumento para a constituição de seus ideários de cidadania e identidade local.

Com relação aos possíveis espaços para a realização da pesquisa, optei por utilizar as instalações do Museu da Cultura Popular, pelo fato deste guardar um importante acervo ligado a cultura popular maranhense além de que neste também serem desenvolvidas ações que integram a cultura popular maranhense à educação básica.

A revisão bibliográfica e o processo de entrevistas com os diversos sujeitos⁶⁸ envolvidos na pesquisa darão os suportes finais para a própria dissertação, etapa final do processo de condução desta proposta de investigação. É perceptível que no atual estágio da sociedade contemporânea, marcada fortemente pelos elementos associados ao processo de globalização, a educação, enquanto processo, esteja atenta a todas as transformações que naturalmente iram causar significativas modificações no cotidiano de professores e alunos. McLaren (1999, p. 207) indica-nos que

[...] se observarmos as ofertas de cursos nas faculdades de educação – especialmente os cursos de formação de professores – veremos que a cultura popular não é levada muito a sério. Estudá-la em sala de aula é considerado por muitos educadores, como um uso ilegítimo e mal concebido nos meios pedagógicos [...] como resultado alunos e alunas são privados da oportunidade de aprender como suas identidades foram constituídas e moldadas pelas forças das relações cotidianas tanto ideológicas quanto materiais.

⁶⁸A pesquisa de campo envolveu gestores públicos como secretários de educação, diretores de escolas, coordenadores pedagógicos, professores da educação básica e alunos da comunidade envolvida.

O currículo, enquanto instrumento didático é de importância fundamental para a educação, que deverá atender as essas novas demandas, já que, em termos de cultura, e principalmente cultura popular, todas estas modificações determinaram na mesma medida transformações na própria educação enquanto política pública oferecida aos cidadãos, não deixando de perceber suas origens sociais e culturais.

Como no Brasil a educação nunca foi verdadeiramente encarada enquanto um direito básico de todos os cidadãos habitantes do país, na realidade a educação e fundamentalmente a educação de qualidade ainda se constituem em um privilégio para poucos, aqueles que detém o poder econômico e podem pagar por uma educação de qualidade, já a maior parte da população apesar de ter o acesso garantido à escola não tem acesso a mesma qualidade propiciada pela educação oferecida pelo Estado.

A escola e principalmente a escola pública por estar mais próxima da população que realmente necessita de educação de qualidade, deve garantir o debate e as oportunidades que gerem uma educação de qualidade e a adoção de um determinado modelo de currículo esta diretamente ligada a tudo isso. A própria globalização da economia gera uma multiplicidade de culturas que na mesma velocidade das informações proliferam-se pelo mundo afora, ressignificando visões e valores em função desta mesma visão multiculturalista.

Outro desafio, é a preservação das culturas populares que da mesma forma são bombardeadas pela cultura do mundo globalizado, para estas culturas populares em países como o Brasil e seus Estados, este é o caso do Estado do Maranhão e sua capital em especial, com uma cultura popular singular, é imprescindível que as propostas curriculares estejam atentas a estas mesmas especificidades. Bourdieu (2004, p. 130) revela que

Se todos os observadores estão de acordo em notar que os intelectuais desempenham um papel determinante no trabalho simbólico que é necessário para contrair as forças tendentes à unificação do mercado dos bens culturais e simbólicos e os efeitos de desconhecimento por elas imposto aos defensores das línguas e das culturas locais, não se interessam por situar a posição desses intelectuais no campo intelectual nacional que poderia estar na origem de suas tomadas de posição sobre as relações entre o nacional e o regional.

Colocadas todas estas questões acredito, que um modelo curricular voltado ao multiculturalismo e que veja neste mesmo multiculturalismo a existência do espaço para as culturas locais seria de extrema importância para uma educação verdadeiramente cidadã e identitária de uma determinada comunidade. Bourdieu

(2004, p. 129) destaca que o mercado dos bens simbólicos tem as suas leis, que não são as da comunidade universal entre sujeitos universais: a tendência para a partilha indefinida das gentes que impressionou todos os observadores compreende-se na lógica propriamente simbólica da distinção - em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença - qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, é o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, da negação de uma identidade por outra, que é o que poderia a vir ocorrer em se tratando da cultura popular em associação ao currículo dominante.

4 A CULTURA POPULAR EM SEU ESPAÇO ORIGINÁRIO E EM ESTREITA ASSOCIAÇÃO COM A COMUNIDADE: refletindo sobre os instrumentos presentes no processo de pesquisa a partir de uma análise qualitativa de seu comportamento enquanto objeto de fomento da identidade e da cidadania

O trabalho de campo mostrou as faces da cultura popular em seu espaço conceitual e teórico assim como na comunidade da Ascensão, de posse das informações obtidas na U. E. B. Chico Xavier, é chegado o momento de analisá-las no contexto da educação básica e este procedimento será feito de forma que ao final possa se vislumbrar todos os meandros da cultura popular inserida em meu ambiente de pesquisa, utilizando de um modelo de abordagem qualitativo busco apreender as informações necessárias para a própria pesquisa, já que o trabalho com bases qualitativas coloca interrogações que vão sendo discutidas durante o processo de trabalho de campo (MINAYO, 2000).

Com isto as interpretações dos dados coletados serão tratadas com o máximo de rigor metodológico para que as informações tenham a representatividade necessária para a pesquisa, com estas características, de forma que ao final dos trabalhos estes estejam de acordo com o proposto por Minayo (2000, p. 10) onde

A metodologia qualitativa é aquela que incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. O estudo qualitativo pretende apreender a totalidade coletada visando, em última instância, atingir o conhecimento de um fenômeno histórico que é significativo em sua singularidade.

Com isto para a cultura popular maranhense colocada no patamar de objeto de estudo desta investigação, a opção teórico-metodológica para a análise do campo e dos dados se concentrarão nas abordagens qualitativas, aqui

[...] entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas, tanto no seu advento como na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 2000, p. 10).

Estas informações coletadas na comunidade serão ponderadas segundo as fases recomendadas por Minayo (2000), onde se destaca a *ordenação* dos dados, a *classificação* destes a sua *análise* final de forma que a sucessiva repetitiva leitura e releitura dos dados deverão apontar para a apreensão de estruturas de relevância, constituindo-se a partir de então os temas e aspectos de análise, só então emergindo as categorias empíricas e de apreciação.

A coleta de dados será feita a partir de um questionário semi-estruturado, com a junção de questões fechadas e abertas, dependendo do público alvo do questionário. Minayo (2000, p. 108) considera que o questionário semi-estruturado “combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”.

A preferência pelo questionário enquanto instrumento de pesquisa, composto pôr uma série distribuída de perguntas sugestivas ao tema de pesquisa. O questionário será respondido diretamente com os alunos e acompanhado de orientações preliminares para o preenchimento do mesmo. Ao final será feita uma análise criteriosa das respostas obtidas da comunidade da Ascensão, as vantagens quanto ao uso dos questionários se ligam a economia de tempo⁶⁹, ao fato de atingir maior número de pessoas obtendo respostas mais rápidas e precisas além da maior liberdade nas respostas por parte dos respondentes, destaco também o fato das respostas não serem identificadas (BAUER; GASKELL, 2002).

Para a análise dos resultados obtidos com os questionários estarei usando a técnica do grupo focal⁷⁰ que consiste em extrair do universo macro os elementos com maior representatividade, ou seja, aqueles que responderam positivamente a maioria das questões, pois são estes indivíduos que atendem as necessidades da pesquisa.

Porem é necessário que se tenha em vistas que, a análise do conteúdo presentes nos questionários não é a última palavra em nenhum momento, mas um encontro objetivado através da sistematicidade e referenciação para além de si, em direção a outros documentos e atividades de pesquisa (BAUER; GASKELL, 2002).

Nesse sentido o segundo modelo de questionário, que foi aplicado com gestores, orientadores e professores. Busco analisar como estes profissionais de educação concebem a cultura popular, sua importância e aplicabilidade na educação básica, de forma que

No momento concreto da interpretação dos dados, o sentido da totalidade se refere ao nível das determinações como ao recurso interpretativo pelo

⁶⁹Bauer e Gaskell (2005. p. 71), argumenta que “há um limite máximo ao número de entrevistas que é necessário fazer, e possível de analisar. Para cada pesquisador, este limite é algo entre 15 e 25 entrevistas individuais, e ao redor de 6 a 8 discussões com grupos focais”.

⁷⁰Grupo Focal é uma técnica de pesquisa qualitativa, surgida na América do Norte nas primeiras décadas do século passado, logo após a primeira grande guerra. Tem por finalidade extrair respostas de determinados sujeitos em relação ao seu cotidiano, originalmente e ainda o é, utilizada nas pesquisas nas áreas de saúde pública e aqui adaptada para a pesquisa em cultura popular.

qual se busca descobrir as conexões que a experiência empírica mantém com o plano das relações essenciais (MINAYO, 2004, p. 232).

Serão estes os meus desafios para o processo de conclusão da pesquisa, analisar os dados obtidos no campo e fazê-los mostrar suas características e possibilidades enquanto objeto, já que pesquisar constitui, de maneira bem simples, procurar respostas para indagações propostas, vendo por um prisma mais filosófico, considera a pesquisa como uma atividade básica das ciências sociais na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 2004).

A questão fundamental desta pesquisa é perceber junto à comunidade da Ascensão e da U. E. B. Chico Xavier, como estão estabelecidas as relações com a cultura popular enquanto objeto e como esta se faz presente no cotidiano escolar como prática educativa, considerando a utilização da cultura popular trazida do meio familiar e comunitário pelo aluno no planejamento curricular, com vistas a aproximar o aprendizado oficial ao não oficial, em razão da importância de seus valores na formação do indivíduo residente no bairro da Ascensão, já que a cultura popular é um elemento natural em suas vidas, dados estes percebidos através das análises preliminares dos questionários aplicados.

O meio pelo qual se perceberá estas relações será através do uso dos grupos focais que promoverão as discussões necessárias para o entendimento junto à comunidade de suas noções a respeito da compreensão sobre identidade e conseqüentemente cidadania. Estes entendimentos serão a questão central a ser tratada no capítulo, ou seja, uma concepção de cultura popular como forma particular de vida, como práticas simbólicas de resistência e presentes em todos os aspectos da vida cotidiana e suas formas de produção e de apropriação além das negociações e lutas pela sua manutenção que de acordo com Bakhtin (2002), não é apenas uma experiência individual, mas essencialmente coletiva, que por esta mesma razão deve estar presente no contexto da escola.

Outra análise proposta pela pesquisa e presente nos capítulos subseqüentes, é a observação, a partir da perspectiva dos gestores educacionais, profissionais de educação e da área da cultura popular onde a partir de um questionário especificamente elaborado para este público busco avaliar as

possibilidades técnico pedagógicas de inserção da cultura popular no contexto do currículo da educação básica.

Neste sentido proponho os questionários para os responsáveis pelas pastas das secretarias de Estado da educação e secretaria municipal de educação da capital, para o responsável pela pasta da secretaria de Estado da cultura e para o presidente da fundação municipal de cultura. Dentro dos gestores e profissionais de educação o questionário será proposto para os responsáveis pelas superintendências⁷¹ municipais ligadas a educação básica de São Luis, para os gestores e professores da escola envolvida na pesquisa, além de profissionais ligados à cultura popular maranhense.

As apreciações finais dos resultados obtidos com as discussões e extraídas dos dois questionários serão apresentadas em gráficos que servirão para respaldarem visualmente a análise qualitativa dos dados obtidos na pesquisa, estes gráficos serão por sua vez um suporte importante para a finalização e compreensão da pesquisa.

4.1 A identidade fundamentada a partir da cultura popular presente na comunidade da Ascensão

O parâmetro fundamentador do debate realizado no primeiro capítulo teve como questão central o entendimento em torno do conceito de identidade, e fundamentalmente como esta se comporta nestes tempos marcados pela lógica da sociedade organizada em redes (CASTELLS, 2003), e onde a identidade é redefinida no âmbito da modernidade (HALL, 2006)⁷². Agora é chegado o momento de perceber como a cultura popular poderá exercer o papel de esteio no que diz respeito à questão da identidade no bairro da Ascensão e o processo de análise pelo qual se fará possível esta observação, serão aqueles extraídos dos contatos com a comunidade escolar da U. E. B. Chico Xavier, onde foram aplicados os questionários referentes à pesquisa.

⁷¹A Secretaria Municipal de Educação de São Luis SEMED/SL está subdividida em quatro Superintendências de ensino: Superintendência de Educação Especial, Superintendência de Educação Infantil, Superintendência de Ensino Fundamental e Superintendência de Educação de Jovens e Adultos.

⁷²Hall (2006) debate a Identidade Cultural no contexto da pós-modernidade, conceito apropriado pelo ator, aqui optei por utilizar o conceito de modernidade por entender que este é mais apropriado para as discussões que apresento no contexto da cultura popular.

De posse dos resultados extraídos dos questionários propostos na U. E. B. Chico Xavier e conseqüentemente dos gráficos resultantes das respostas obtidas, procurarei observar como a noção de identidade e sua afirmação é de fundamental importância para os alunos e para os próprios moradores da comunidade da Ascensão, já que a cultura popular é um dos principais elementos que caracterizam o bairro e seus habitantes.

O fundamento primordial nesta discussão está associado à noção de lugar⁷³ e como os indivíduos em questão se vêem em relação ao este, como o percebem e como participam da sua dinâmica, sendo que o desvelamento de suas identidades necessariamente passa por esta concepção, Santos (2002) percebe esta relação quando afirma que o "lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições onde a cooperação e o conflito são as bases da vida em comum", isto porque

cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora da comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O Lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, o qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e criatividade" (SANTOS, 2002, p. 322).

Ao mesmo tempo em que "nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização". Neste sentido, Santos (2002) vem confirmar as premissas anteriormente por mim discutidas onde a realidade da atualidade fortemente marcada pelo processo de globalização afeta de maneira direta todos os espaços e dinâmicas do cotidiano das pessoas, estando incluída nesta análise a sua relação com o lugar⁷⁴ que escolheram para morar.

⁷³Bauman (2005) mostra que a Identidade e assim o território e o *lugar* de nascimento são determinantes essenciais para a construção de identidades, numa segunda perspectiva, a idéia de nação está intimamente ligada à idéia de povo e cultura – Bauman (2005), de certa forma também faz referência a essa perspectiva, na medida em que trata o surgimento de sentimentos de nacionalidades adormecidas – são como construções da idéia de comunidade em substituição ou possibilidade de enfrentamento à identidade nacional hierarquicamente dominante e abrangente. *Grifo nosso.*

⁷⁴Sobre a ordem global e local, Santos (2002, p.339) diz: "A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, [...] a ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade".

Santos (2002, p. 86) indica ser por isso que as cidades abrigam ao mesmo tempo uma cultura de massa e uma cultura popular, que colaboram e se atritam, interferem e incluem, somam-se e se subtraem, num jogo dialético sem fim.

Como a globalização é debatida, segundo as categorias tempo e espaço, no âmbito do sistema-mundo e à luz dos conceitos de nação, mercado mundial e lugar. No entanto, não se observa o micro, o lugar que as pessoas ocupam no cotidiano, uma vez que muitos estão excluídos da unicidade de informações e ao acesso a esse mundo (SANTOS, 2002).

O lugar de moradia também emerge como o resultado de uma espécie de ambigüidade presente no seio das relações que se estabelecem nas sociedades e entre seus membros e entre estes e o meio, refletindo os fenômenos inerentes aos momentos históricos, políticos e culturais em voga, com isso

quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos". Esta seria uma resultante direta da "especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio ambiente", assim como da "dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, da multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas.(SANTOS, 1988, p. 34).

Nesta perspectiva a globalização expressa à fragmentação, isto porque denota particularismos, econômicos, étnicos e nacionais. Santos (2005) enfatiza a necessidade de se estudar os lugares de modo a compreender suas possibilidades de interação. É no lugar que a identidade vai apropriar-se de dimensão simbólica e material, combinando matrizes globais, nacionais, regionais e locais.

Evidentemente que mesmo existindo especialidades essenciais típicas a cada lugar em especial, estas se encontram intensamente interligadas. Santos (1988, p. 34), reflete sobre este aspecto expondo que ao mesmo tempo em que a singularidade garante configurações únicas, os lugares estão em interação, graças a atuação das forças motrizes do modo de acumulação capitalista, hegemonicamente universal.

Em síntese, Santos (1988, p. 35) conclui sua interpretação sobre lugar afirmando que já não se pode falar de contradição entre "uniqueness" e globalidade. Ambos se completam e se explicam mutuamente, sendo o lugar um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história e da mesma forma como são as pessoas são os lugares que se globalizam, tornando o espaço em um componente único,

devido a isto as pessoas por sua vez se constituem em indivíduos únicos, mesmo nestes tempos de globalização desenfreada, elemento que possibilita a constituição de lugares com características de resistência a toda essa gama de transformações em processo, lugares onde a cultura e em especial a cultura popular encontra abrigo como é o caso característico do bairro da Ascensão.

A respeito desta mesma temática, Hall (2006) demonstra que quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’, como se passasse a existir uma noção diferenciada de estilos de vidas e comportamentos onde

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinha fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 2006, p.09).

De concreto se tem a noção de que a modernidade ocasionou mudanças profundas na sociedade capitalista, mudanças que Santos (2002) se referiu como conseqüências diretas da modernidade. Uma dessas conseqüências foi uma mudança que as pessoas e as comunidades passaram a ter a respeito das concepções de espaço e tempo cada vez mais dinâmicos e, por conseguinte do próprio lugar onde habitam, também em constante transformação. Estas questões passaram a representar verdadeiros desafios para a pesquisa e para eu próprio.

Como conceber este lugar em uma comunidade com as características da Ascensão? Como ver neste lugar um elemento de fortalecimento da identidade da gente que nela habita? Eram estas questões que buscava abstrair junto aos alunos da U. E. B. Chico Xavier quando os questioneei sobre suas origens de nascimento, as origens de seus pais e de seus avós, foi possível perceber que a grande maioria mesmo tendo nascido na Ascensão⁷⁵, possuíam suas raízes na baixada

⁷⁵Os alunos entrevistados na U. E. B. Chico Xavier, já são membros da terceira geração e descendentes dos imigrantes da baixada maranhense que se fixarão na comunidade da ascensão, mesmo estes elementos demonstram ligações com os lugares de origem de seus parentes mais

maranhense, o lugar de origem de seus ascendentes e de sua própria cultura popular em constante interação Santos (2005), e onde mais extraordinário do que a consciência do lugar é a consciência de mundo que se tem por meio do lugar em que se reside, Santos (2002), não deixando este mesmo lugar se cobrir pelo véu do obscurantismo que de acordo com Bauman (2005), impede essa mesma ambivalência de se tornar o lugar onde é possível experimentar o princípio de responsabilidade próprio de cada um individualmente.

Nesse contexto, apresento a noção de uma apropriação simbólica do espaço habitado onde seus moradores em consenso buscam os meios necessários para a construção de uma identidade própria em torno dele, dando-lhe uma feição própria, inicialmente como lugar, depois com o passar dos tempos como território que lhe é pertinente onde

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente 'nem-um-nem-outro', torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, 'estar fixo' - ser 'identificado' de modo inflexível e sem alternativa - é algo cada vez mais malvisto (BAUMAN, 2005 p. 35).

Em sua análise Santos (2007, p. 147), discute que nessa situação, as populações locais devem ter o direito à palavra, não apenas como parcela viva da nação ou de um Estado, mas como membros ativos de uma realidade regional que lhes diz diretamente respeito, e sobre a qual não dispõem recurso institucional para que sua voz seja ouvida.

As análises dos dados a seguir mostram como esta relação entre o moradores e seu lugar de moradia parte da questão da identidade existente no momento do processo de formação do referido lugar, sendo que a origem de seus moradores concederam ao lugar suas marcas herdadas e preservadas de seus lugares de origem, e reproduzidas nas periferias das grandes cidades ou capitais de Estados, formadas em grande parte por retirantes oriundos do interior, elementos humanos que foram levados a migrarem por razões diversas, em nosso Estado

próximos, costumam viajar para esses municípios principalmente no período das férias escolares, percebi através dos contatos com os alunos que essas viagens favorecem o contato destes com suas origens territoriais.

geralmente financeiras, ou resultado do processo de disputa pelas terras, marca característica da grilagem e do latifúndio.

Esta marca típica da constituição das periferias se mostra determinante para o entendimento da formação destes mesmos núcleos habitacionais suburbanos, o gráfico abaixo representa de forma estatística este temática, nele os alunos indicaram o seu local de nascimento, na grande maioria nascidos na própria comunidade porém com grandes ligações com os municípios de origem de seus familiares diretos.

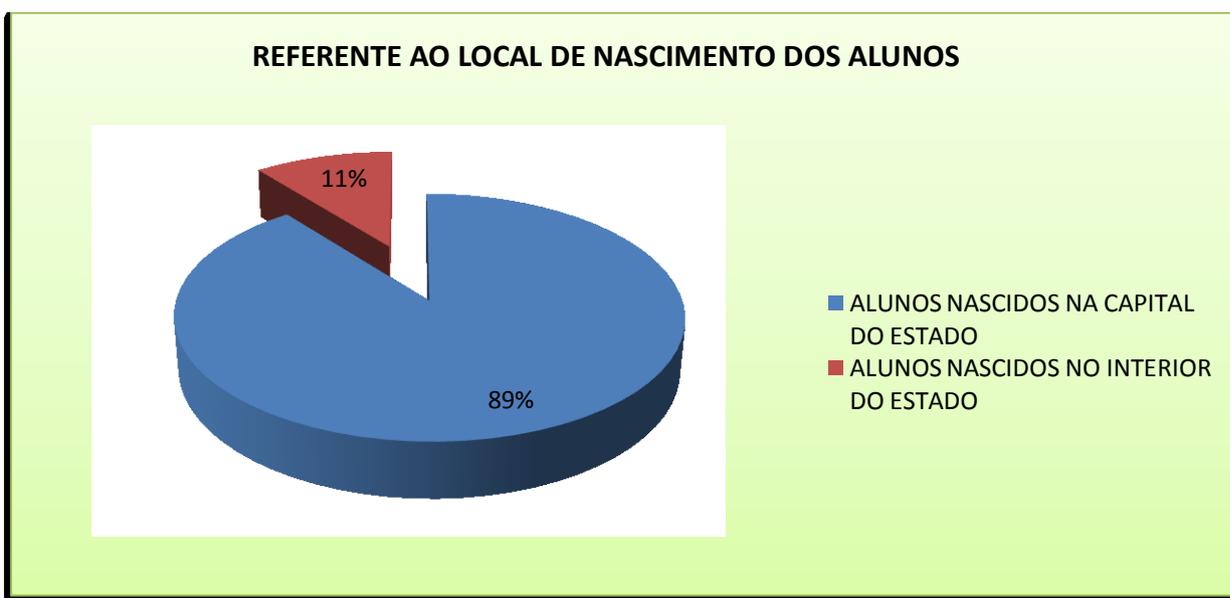


Gráfico 01: Extraído do questionário realizado com os alunos da U. E. B. Chico Xavier

Na Ascensão, em contato com os alunos optei por questionamentos que buscavam desvelar suas origens, entendendo como origens o local de nascimento dos pais e avós destes mesmos alunos, as suas respostas na maioria das vezes apontaram para essa compreensão, mesmo sendo os alunos da U. E. B. Chico Xavier, descendentes de terceira geração é importante destacar que este elemento não impossibilitou a análise, apesar de ter a maioria dos alunos nascidos na própria comunidade este acontecimento não se deu com relação aos seus ascendentes diretos, fato que será percebido nas análises dos gráficos subseqüentes.

A pesquisa também indicou que estes, os pais e avós, geralmente eram elementos nascidos na mesma região do interior do Estado, a baixada maranhense ou a região de Alcântara localizada do outro lado da Bahia de São Marcos, localidades da mesma forma possuidora de uma magnífica cultura popular e por esta mesma razão contribuíram para a formação do bairro, fortalecendo a sua

característica mais destacada, a sua cultura popular, que no cotidiano da comunidade é a cultura praticada e vivenciada por seus moradores, sendo na prática

um momento em que os populares resistem de diversas formas aos preconceitos e perseguições em relação às práticas e conhecimentos que lhes são característicos. E, mais que isso, eles contribuem diretamente para os processos de modelação e adaptação dos sentidos da identidade da região os 'populares' são nomeados como povo, pretos, negros, morenos, caboclos, pobres, ou mesmo populares. A maioria deles vive nos subúrbios e nos interiores de diferentes cidades do Estado, como São Luís, principal centro produtor dos símbolos e signos do Maranhão. Os populares aqui enfocados são aqueles que se relacionam ao universo da cultura popular e afro-brasileira (BARROS, 2007, p. 20).

Alguns elementos externos à ascensão contribuíram para esta típica formação populacional, um desses elementos foi à instalação pelo governo federal do centro de lançamento de foguetes no município de Alcântara, tornando inevitável a desagregação de comunidades rurais que habitavam os arredores do empreendimento, estes expulsos de suas terras migraram para a capital do Estado, sendo que a Ascensão foi uma das comunidades de São Luís que mais atraiu estes retirantes e sua cultura⁷⁶. Contribuiu para tanto a sua localização, às margens do rio anil e próximo ao porto do jenipapeiro onde desembarcavam os imigrantes atraídos por uma parentela já anteriormente estabelecida na comunidade, à referência humana e cultural inicial.

Santos, (2007, p. 86-87) refere-se a este fenômeno mostrando que a cultura popular tem suas raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, a vontade de enfrentar o futuro sem romper a continuidade. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se tecem entre o homem e seu meio. Assim, desde que imunizadas contra os fatores da banalização que o consumo, entre outras coisas, carrega, as populações desenraizadas terminam por reconstruir uma nova cultura popular, que é ao mesmo tempo filosofia e, por isso, um caminho para a libertação. Ultrapassando um primeiro momento de espanto e atordoamento, o espírito alerta se refaz, reformulando a ideia de futuro a partir do entendimento novo da nova realidade que o cerca.

⁷⁶No seu artigo intitulado São intransigentes os quilombolas? Publicado na seção "Tendências/Debates" da Folha de São Paulo, de 28 fev. 2009, Andrade (2009) defende o direito dos quilombolas em viverem em paz nas mais de "150 comunidades, onde residem e trabalham cerca de 17 mil pessoas", segundo informa a pesquisadora, nas agrovilas, famílias foram separadas, sua soberania alimentar foi duramente atingida, a realização de festas e rituais foram seriamente comprometidas além de ter sido suprimido o contato com os cemitérios antigos. Tal situação conforma um processo de limpeza étnica, pois os jovens são obrigados a migrar para as periferias de Alcântara e de São Luís, proibidos de viver nos territórios de ancestrais.

Estes elementos marcantes do processo de formação do bairro da Ascensão indicam na perspectiva de Castells (2003) para a constituição da conjuntura das identidades quando estas se deparam com as redes sociais do mundo atual que dissolvem o tempo e o espaço, é sob essa realidade que as pessoas apegam-se a espaços físicos e recorrem à sua memória histórica e passam a reafirmar o valor da família e da comunidade. Hobsbawm (1998, p.186) reflete sobre esta temática, salientado que “não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela”.

O gráfico a seguir e representativo dessa temática ele mostra que a história dos moradores da ascensão tem suas origens nos locais que contribuíram através do movimento migratório para a sua formação, diferentemente dos alunos os pais destes nasceram em sua maioria no interior do Estado, como percebido na baixada maranhense ou na região de Alcântara.

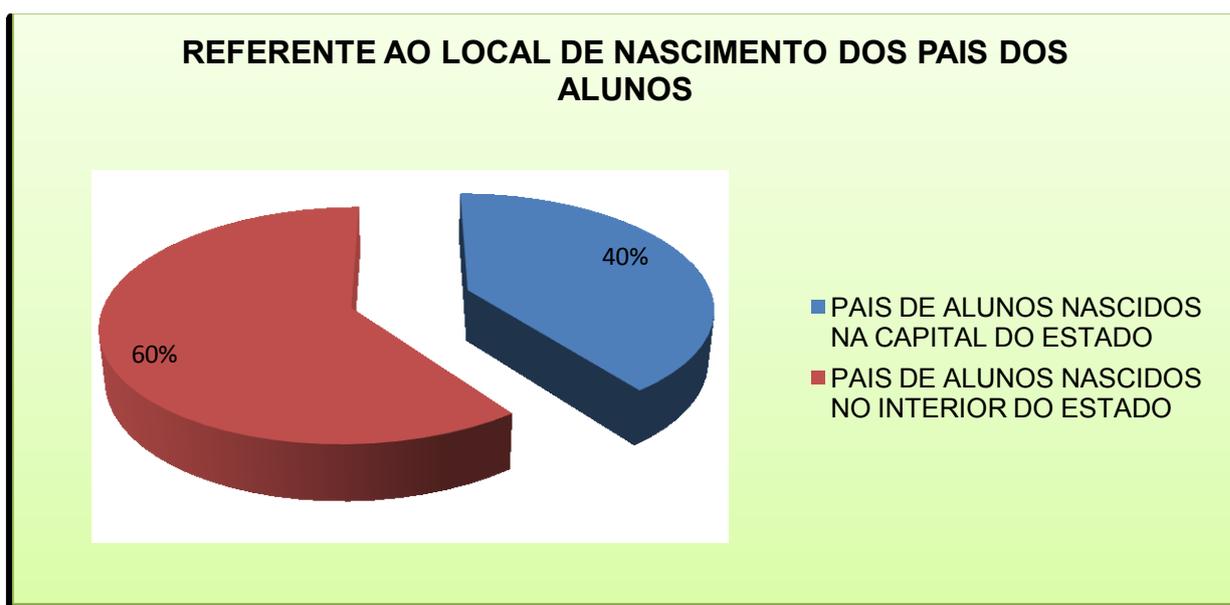


Gráfico 02: Extraído do questionário realizado com os alunos da U. E. B. Chico Xavier

Nesta mesma esperança, todo ser humano apresenta consciência do seu passado, pois vive com pessoas mais velhas e experientes. É nesse sentido que Hobsbawm, (1998) comenta que ser membro de uma comunidade é situar-se em relação ao seu passado. É uma dimensão constante da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.

Esta mesma vivência é típica da experiência vivida nas comunidades que por alguma razão se constituíram em torno de elementos comuns a seus integrantes, como a cultura popular. Como esta vivência se da em um momento de

gigantescas mutações, é necessário observar este processo de formação como resultado da luta travada pela preservação destes mesmos elementos que resistem ao tempo e à globalização, com isso o povo que resiste representa o sentimento de resistência, pois

Para a grande maioria dos habitantes do líquido mundo moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, agir de acordo com precedentes e manter-se fiel à lógica da continuidade, em vez de flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração, não constituem opções promissoras (BAUMAN, 2005, p.60).

Como se percebe existem elementos imbricados nestes modos de vida encontrados nas comunidades que de alguma forma mantêm entre seus integrantes elementos de perpetuação social e cultural, como é o exemplo da cultura popular Bauman (2003, p.10) indica existir um preço a pagar pelo privilégio de 'viver em comunidade', e este preço é pago em forma de liberdade, também chamada 'autonomia', 'direito à auto-afirmação' e à 'identidade'. Qualquer que seja a escolha que os homens façam por adotarem esta postura, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; não alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade.

Esta característica da comunidade e percebida na Ascensão é na prática, resultado de um processo anterior e já analisado nos capítulos anteriores, refiro-me ao processo de formação da comunidade que ao guardar certas características, como a origem de seus integrantes, mantêm a coesão necessária para o prosseguimento e perpetuação de sua cultura popular, já que sua própria formação foi conforme Bauman (2003, p.57) tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis [...] compromissos que tornariam ética a comunidade, seriam do tipo do 'compartilhamento fraterno', reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual.

São estes compromissos firmados de maneira espontânea entre os integrantes da comunidade e o lugar que geram a identificação pela coesão social, percebida entre seus membros componentes e suas praticas cotidianas, de forma que estes passam a vivenciar e a experimentar os resultados positivos desta mesma pratica. De certo este fenômeno social ocorre, pois viver em

“comunidade” implique uma “obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles”, indivíduos egoístas, que percebem o mundo pela ótica do mérito, não teriam nada a “ganhar com a bem-tecida rede de obrigações comunitárias, e muito que perder se forem capturados por ela” (BAUMAN, 2003, p.59).

Desta forma a constituição da comunidade da forma como se procedeu fortalecendo os vínculos com os locais de origem de seus primeiros moradores, fossem eles da baixada maranhense ou da região de Alcântara, os grupos humanos mais significativos a comporem o tecido social no bairro da Ascensão, conduziram a uma preservação pelo cuidado das tradições daquela gente que espontaneamente guarda e preserva suas tradições, tradições que também eram de seus ascendentes e que pelo visto serão de seus descontentes, de tal forma que Bauman (2003, p.62) afirma não ser possível uma ‘comunidade’, cujos usos principias são confirmar, pelo poder do número, a propriedade de escolha e emprestar parte de sua gravidade a que confere ‘aprovação social’, deve possuir os mesmos traços. Ela deve ser tão fácil de decompor como foi fácil de construir. Deve ser e permanecer flexível, nunca ultrapassando o nível ‘até nova ordem’ e ‘enquanto for satisfatório’.

Todo este debate aqui apresentado, tendo como elemento principal o processo de constituição da comunidade da Ascensão vem confirmar como a questão da identidade desta comunidade é algo de extrema importância para seus moradores, não só percebida na sua cultura, marcadamente popular, mas nas suas origens que mostram uma identificação com lugares, costumes e tradições, que se mantém firmes mesmos em seus mais recentes moradores, nossos entrevistados da U. E. B. Chico Xavier que indicaram suas origens a partir das origens de seus pais e de seus avós como percebido no gráfico a seguir.

Nele é possível perceber que a maioria dos elementos são provenientes das regiões anteriormente registradas, natural já que estes foram os migrantes que fugidos da miséria do interior, muitas das vezes representada pela seca como na década de 1970, buscaram nas periferias (BARROS, 2007) da capital maranhense entre elas a Ascensão, dias melhores, mesmo que a realidade nela encontrada tenha sido diferente da por eles projetada, isto pelo fato de que nos centros urbanos, estes retirantes, sem condições financeiras ou formação educacional adequada, não conseguiram posições de trabalho ou moradia dignas, sendo assim empurrados para as periferias da capital maranhense, caso específico da Ascensão.

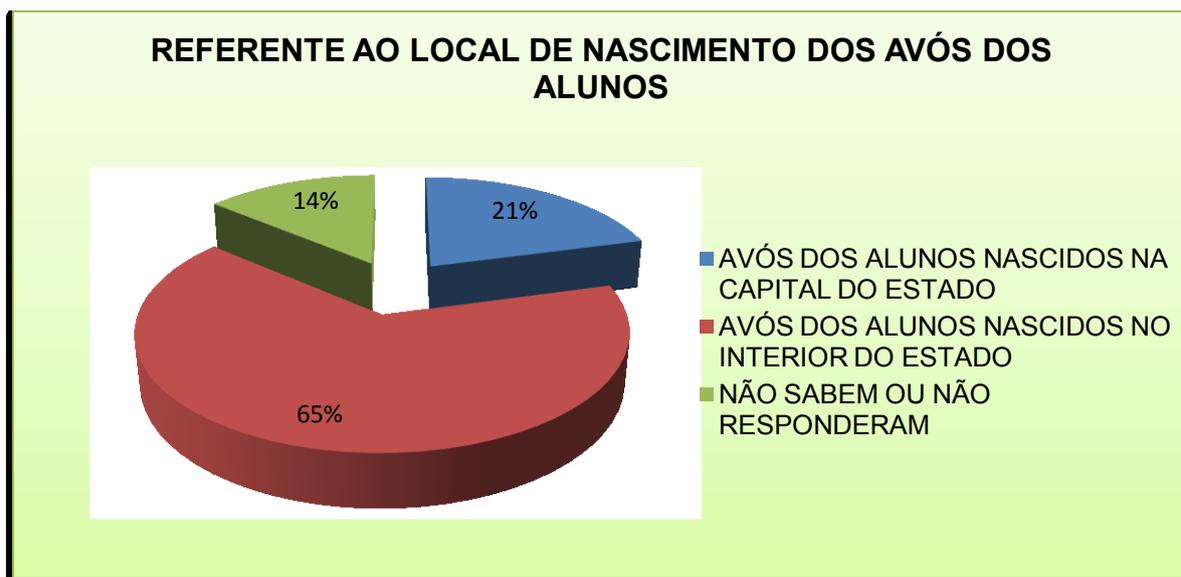


Gráfico 03: Extraído do questionário realizado com os alunos da U. E. B. Chico Xavier

Mais uma vez a identificação com o lugar de origem é fundamental para se entender a identidade dos habitantes da Ascensão, mesmo existindo expressivo quantitativo de alunos apontando para o fato de não saberem onde haviam nascidos os seus avós, a grande maioria foi enfática em afirmar que os mesmos haviam nascidos no interior do Estado, e geralmente em municípios pertencentes àquelas regiões de cultura popular marcante, a baixada maranhense e a região de Alcântara.

As análises destes três elementos iniciais mostram como foi, e é possível, a preservação de elementos anteriormente vivenciados em outra região do Estado, como é o caso da identidade cultural, e agora durados em uma das periferias da capital desse Estado, estes elementos só foram possibilitados no momento em que

A imagem da comunidade é purificada de tudo o que pode trazer uma sensação de diferença, que dirá conflito, a quem somos “nós”. Desse modo, o mito da solidariedade comunitária é um ritual de purificação [...] O que distingue esse compartilhamento mítico nas comunidades é que as pessoas sentem que pertencem umas às outras, e ficam juntas, porque são as mesmas[...] O sentimento de “nós”, que expressa o desejo de semelhança, é um modo de evitar olhar mais profundamente nos olhos dos outros (BAUMAN, 2001, p. 207).

Desta forma a manutenção da identidade de um povo encontra em instituições como o lugar, a comunidade e a cultura popular seus pilares fundamentais de resistência e de preservação, sendo que a cultura age como o elemento principal de ligação entre os membros da comunidade que se reconstruem

uns aos outros nestes tempos de incertezas líquidas⁷⁷ (BAUMAN, 2001) causadas pela ação rápida e resignificadora agenciadas pelo processo de globalização.

Ainda em Bauman (2003, p. 7), percebe-se que a 'comunidade' produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra 'comunidade' carrega, é a segurança em meio à hostilidade. Seguindo esta mesma lógica Castells (2003, p. 79), indica que é justamente nas condições globalizantes do mundo que "as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal".

Em síntese Castells (2003, p. 85), refere-se a benefícios para quem a revitalização do local é uma reação defensiva ao atual contexto mundial, decorrente da formação das redes e da flexibilidade do espaço e do tempo, principalmente quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes dissolvem o espaço e o tempo, as pessoas se agarram aos espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica, à sua cultura popular.

Sobre esta mesma ótica, Santos (2002) entende que a dinâmica do lugar, qualquer que seja o lugar está representado no lugar e se superpõem, dialeticamente, ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente as noções e as realidades de espaço e tempo.

Com isto a identificação de uma determinada população esta associada aos seus referenciais iniciais, como a historia e a cultura e especialmente à sua comunidade e a sua gente, geralmente simples que compartilham suas vidas e sua praticas culturais, tudo isto dentro de um ambiente de solidariedade típico de um estilo de vida também simples, marca de sua identidade constituída como já anteriormente comentado.

⁷⁷As pessoas vivem em comunidades porque o ser humano é um ser relacional. Ele necessita de interação e de vida social. Para Bauman (2001), um dos principais apelos do comunitarismo é a promessa de um porto seguro. E isso tem sido o sonho de muitas pessoas nestes tempos de incertezas, ansiedades e de falta de perspectiva, já que o tempo atual é marcado pelo individualismo.

Este estilo de vida nada mais é que o produto dos relacionamentos acordados entre seus integrantes que mutuamente se inter-relacionam em torno de seus anseios enquanto membros da comunidade que, da mesma forma, preserva suas características fundadoras, entre elas a sua cultura que, por sua vez, é parte integrante da vida cotidiana das pessoas como uma marca de suas origens e como um elemento a ser preservado ao longo das gerações, mesmo que estas estejam frente a ovos modelos culturais que naturalmente se formam ou passam a constituir a realidade daquela comunidade.

A percepção destas feições dentro da comunidade pesquisada foi percebida quando os alunos que participaram da pesquisa foram questionados em relação ao fato da cultura popular, presente em seu local de moradia expressar elementos para a sua identidade, para estes e para o próprio conjunto de sua população enquanto marca presente e percebida em seus cotidianos, as respostas positivas estão presentes na maioria dos inquiridos e manifesta como a cultura popular existente na Ascensão age como elemento identificador e integrador de seu povo fundador e de seus descendentes, representados aqui por nossos entrevistados, o gráfico abaixo dar uma noção clara desta desse fenômeno.



Gráfico 04: Extraído do questionário realizado com os alunos da U. E. B. Chico Xavier

São elementos como estes que fazem da identidade a base fundamental para o processo de formação de qualquer lugar e não poderia ser de outra maneira na ascensão, todos estes elementos aqui debatidos são perfeitamente visíveis na comunidade, constituído elementos que a identificam e ao mesmo tempo a diferenciam das demais áreas da capital maranhense. Na ascensão é natural a percepção em sua gente de uma identidade inegável e marcada pela cultura popular

presente em suas variadas manifestações, mas acima de tudo perceptível em sua gente como forma de identificação.

São estes mesmos elementos que Barros (2007, p. 81), enfatiza estarem presentes no Maranhão onde, o nacional-popular e o dispositivo das nacionalidades se converteram num conjunto de discursos e práticas que demarcavam os sentidos característicos da região. Sendo que estes sentidos, muitas vezes, não acordam ou se resumem àquilo que se convencionou denominar de 'brasilidade' ou 'Nordeste' e 'nordestino', embora possam manter um contínuo diálogo com estes referenciais identitários.

4.2 A cidadania fundamentada a partir da cultura popular presente na comunidade da Ascensão

No capítulo primeiro o conceito de cidadania foi debatido como forma de fundamentação necessária a análise que pretenderia realizar quando da análise da situação da comunidade da Ascensão e suas feições próprias e relativas à cultura popular, este debate foi realizado tendo como base a evolução da cidadania no decorrer da história da civilização ocidental. Destaquei a sua evolução e a sua importância para o homem assentado na sociedade como um ser politicamente, sociologicamente e culturalmente ativo, derivando daí à importância que este fazia e faz de sua condição de cidadão possuidor de direitos.

Ressaltei como a questão da cidadania está atualmente associada às conseqüências oriundas dos efeitos produzidos pelo processo de globalização que também atingiram o cidadão comum impondo-lhe de acordo com Bauman, (1999; 2008) uma vida líquida onde a lógica do mercado determina as regras fundamentais de seu cotidiano.

Com isto dentro de uma comunidade onde a cultura popular é o principal elemento de destaque, procurarei observar como esta poderá assumir uma posição que favoreça a comunidade da Ascensão e seus habitantes na construção e no fortalecimento de sua cidadania. Novamente terei como suporte de análise os resultados obtidos com os questionários aplicados entre os alunos das séries finais do Ensino Fundamental da U. E. B. Chico Xavier já que estes formaram o grupo focal que serviu de análise para a pesquisa.

As edificações da cidadania advêm de um conjunto de elementos relacionados a cada situação social em particular, no caso da comunidade da Ascensão ela esta associada fundamentalmente às práticas sociais e culturais lá existentes, em particular a cultura popular tal como verificado nas colocações dos alunos a partir do questionário proposto, encontra-se presente na vida e no cotidiano da maioria de seus moradores, favorecendo e fortalecendo a vivencia cidadã dentro da comunidade.

Tudo isto só se tornou possível, no momento em que seus moradores passaram a se identificar espacialmente com os movimentos sociais urbanos do próprio lugar, como aqueles que representam a cultura popular e suas tradições, que de acordo com Santos (2002, p. 50) constituem o “espaço que é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” pois

A plena realização do homem, material e imaterial não depende da economia, como hoje é entendida pelos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura. Ambos têm que ver com o território e esta não tem apenas papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado com um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade [...] Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade (SANTOS, 2007, p. 18).

E essa relação com o lugar permite as constantes trocas entre seus componentes que ao se sentirem moradores pertencentes à comunidade fazem dela sua base de apoio familiar e cultural. A participação dos moradores, como observado nos questionários, em manifestações da cultura popular existentes no bairro também age como favorecedor desse sentimento de unidade fundamental para a afirmação da cidadania através das praticas culturais que se fazem presente em seu cotidiano interferido continuamente em suas vidas.

Em Santos (2007, p. 61) encontramos que a cultura é uma forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que dá ao homem a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o instrumento de transformação.

Existe nesse sentido um elo condutor comum na história de vida dessas populações, como é o caso da que reside na Ascensão, à cultura popular que funciona como patrimônio cultural vivo, mas que também vive em contínua transformação, inscrevendo-se cotidianamente na história dos grupos sociais e das pessoas que formam a comunidade.

São estes, os próprios sujeitos produtores de sua cultura, que por meio de suas práticas de convivência inventam e reinventam seu patrimônio cultural, fortalecendo e mantendo suas tradições como parte constituinte de suas próprias existências cada vez mais fortalecida na sua cultura, com relação a este fenômeno Santos (2007, p. 66) enfatiza que

A cultura popular tem raízes na terra em que vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e seu meio, mas seu alcance é o mundo.

Por este mesmo motivo ela não está alheia as transformações que se processam em seu entorno, e por este mesmo motivo que a cultura popular não pode ser observada como algo estático e imutável, ela também se adequa as novas realidades impostas pela sociedade e pela dinâmica econômica do momento. Canclini (2008) denomina este fenômeno como hibridismo cultural, elemento que não significa em instante algum um malefício através das trocas que por ventura venham a ocorrer entre as culturas⁷⁸ em contato, já que estas ocorrem a todo instante e podem ser percebidas como naturais e resultantes da própria dinâmica das sociedades. Para Neto (2010) a cultura popular como manifestação da sabedoria do povo, tem uma relação de cumplicidade e legitimação. Ela reflete a utilização dos conhecimentos adquiridos pelos cidadãos ao longo do tempo com as influencias recebidas de outras culturas e da própria natureza.

O que se percebe de concreto é que de fato as relações sociais e culturais são formadoras dos sistemas de ações e dos objetos, contraditórios e solidários, como especifica Santos (2002), isto significa que a produção de fragmentos ou de ambientes específicos como é o caso da comunidade da Ascensão são resultados intencionais das relações sociais e dos movimentos sociais

⁷⁸No confronto entre a cultura de massas e a cultura popular há uma renovação das criações culturais concebidas no lugar. Santos (2007, p. 66) referindo-se a esta mesma questão comenta que “As cidades abrigam ao mesmo tempo uma cultura de massas e uma cultura popular, que colaboram e se atritam, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem, num jogo dialético sem-fim”.

apresentados como um fragmento do espaço como todo e em constante interação com as mudanças em decurso.

No tocante a compreensão da cidadania ocorre o mesmo fenômeno, as mudanças em andamento na sociedade capitalista podem dar a esta uma outra interpretação ou assimilação por parte dos considerados cidadãos, de certo Santos (2007, p.127) indica que mesmo a concepção de cidadania estando atrelada à lógica sempre drástica do mercado, elemento que poderá significar em última instância uma ‘vitória’ do consumo⁷⁹ como um fim em si mesmo, o que conduziria a retrocessos no que diz respeito às conquistas sociais e políticas, “quando se confunde cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Sendo que até mesmo a política passa a ser uma função do consumo”.

Porém otimista em sua análise, Santos (2007), ressalta que a alienação “não pode ser eterna, nem mesmo duradoura, a menos que os homens todos se houvessem petrificado, transformado inapelavelmente em coisas, e isso para toda a eternidade” Para ele, o cotidiano será a escola da desalienação e o lugar da descoberta, lugar em que “o homem se recusa a reproduzir como certos os comportamentos impostos pela sociedade de massa”. Isto significa verificar que elementos como a “a alienação acaba por gerar o seu contraveneno, a desalienação”.

Na mesma linha de pensamento assumo da mesma forma, uma posição otimista, pois entendo ser este o verdadeiro destino a ser seguido pela pesquisa, fundamentalmente quando procuro garimpar junto a meus entrevistados as suas relações íntimas com a sua comunidade e sua cultura propriamente popular, aquelas relações que podem dar à pesquisa o seu fundamento característico e necessário para a sua concretização.

Aqui a cultura popular encontra-se em estreita ligação com o processo educacional e a serviço da edificação das suas cidadanias a partir das feições do lugar onde moram, por esta razão ela deve estar presente no seio da escola como

⁷⁹Canclini (1995, p. 66) coloca que no momento em que passamos a exercer a condição de consumidores, passamos também a exercer cidadania, sendo o consumo então, uma forma de inserção social. Para o autor, as ações pelas quais os consumidores ascendem à condição de cidadania, sugerem uma percepção de mercado não apenas como simples lugar de trocas de mercadorias, mas como “parte de interações socioculturais mais complexas”.

instrumento pedagógico fortalecedor da identidade e por esta mesma razão da cidadania dos alunos.

No entanto, percebo a conquista da cidadania não somente a partir do momento que as pessoas assumem a condição de consumidores, como coloca Canclini (1995), mas sim, a cidadania conquistada através da cultura, uma cultura como forma de inclusão social, que elimina barreiras e provoca mudanças. No caso das periferias, transformações significativas que ocasionaram o surgimento de uma cultura produtora de bens simbólicos para a própria comunidade, portanto deve-se repensar a relação entre as partes interessadas na cultura como promotora da cidadania, mas não no sentido de compararmos de onde emana a cultura, mas no sentido de entender essa relação como uma constante troca multicultural.

Deste modo, o estudo se afirma no proposto por Santos (2007) quando coloca que “cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim como culturas e territorialidades⁸⁰ que são, de certo modo, sinônimos”. Nessa perspectiva cultura, territorialidade – lugar – e cidadania serão analisadas, sobretudo, a territorialidade cultural, como instrumento produtor de equidade social e condutora do fortalecimento da cidadania, que neste caso em particular terá como fundamento principal a associação com a cultura popular existente na Ascensão.

Como a cultura é uma maneira de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, e sendo uma herança, acaba se constituindo em um processo de trocas entre os homens e seu entorno, com isso constitui-se em uma consequência obtida através do próprio processo de viver em sociedade.

Estas características são possíveis de se notar nas representações (CHARTIER, 1998) sociais dos moradores da Ascensão fundamentalmente quando estas, agem no sentido de favorecer um inconsciente coletivo positivo, mesmo que em diversos momentos esteja fragmentado em relação à concepção dos seus direitos sociais e culturais. Os alunos da U. E. B. Chico Xavier, assim como os moradores, também demonstram conhecer estes direitos, geralmente não conhecem os caminhos para os alcançarem, mas percebem que a cultura popular da localidade pode representar um elemento sustentador da cidadania e nesta mesma certeza percebem a escola como um espaço promotor desses mesmos direitos cidadãos.

⁸⁰ Sobre esta temática Santos (2000, p. 144) comenta que gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada.

O trabalho dos educadores parece-me ser desafiador por estas mesmas razões, dar significado a prática educacional é garimpar em elementos admissíveis de interpretações e significados para suas ações, vejo que a cultura popular poderá se constitui em um desses elementos capazes de ressignificar, reinventar e até mesmo transformar o processo educativo, tornando-o atraente e prazeroso.

De certo acredito na importância de favorecer através da educação escolar o acesso a informação a própria cultura popular, isto por constituir-se em uma real possibilidade de despertar nas crianças e jovens da U. E. B. Chico Xavier uma atuação social extremamente consciente, crítica e responsável e que em última instância conduza ao processo de formação de identidades culturalmente associadas ao território da comunidade e sua cultura popular, expressando assim uma cidadania própria do lugar.

Nesse sentido a manutenção pela população e pela escola das práticas derivadas da cultura popular como as observadas na comunidade da Ascensão, possibilitam, no momento em que sejam valorizadas nestes ambientes, podem contribuir para este sentimento cidadão, principalmente por representarem uma luta pela preservação, ressignificação e apropriação da cultura praticada na comunidade.

Estes elementos derivados da cultura popular também podem agir como elemento que possibilite para os alunos e para os moradores, uma forma de melhor ocupar o espaço onde vivem, adquirindo dessa maneira uma acepção de cidadania cultural através da assimilação positiva dos elementos existentes no lugar Santos (2007), a identidade cultural que em última instância influenciam a edificação da subjetividade, da qual Auge (1994), refere-se à “construção concreta e simbólica, que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar” e sua cultura.

Em se tratando de uma comunidade é necessário assinalar a importância do papel social que cada habitante possui no que diz respeito à construção e apropriação dos espaços públicos existentes na comunidade, entre eles a escola, na evidência que esta ocupação pacífica conduzirá à própria idealização da cidadania a partir de seus próprios moradores de forma que esta apropriação se torne um movimento reivindicatório dos direitos, o que de fato ocorrerá, quando a sociedade civil organizada passe a se colocar como máxima interessada pela prática de uma

educação cidadã onde a base encontra-se na cultura popular em estreita integração com a escola.

Santos (2007), refletindo sobre esta causa relata que as pessoas que habitam o lugar devem ser aquelas que promovam a cidadania plena onde seja possível para estes o exercício deste direito, para tanto é necessário que “os grupos humanos canalizem o melhor de suas energias sociais em torno do exercício de uma cidadania social ampla e responsável”, e que sejam estes canalizadores da solidariedade grupal como uma base para a defesa do interesse comum do grupo.

Também em relação a este tema Santos (2002) indica haverem se constituído recentemente novos movimentos sociais que lutam por bem estar e cidadania e esta luta e “a novidade maior dos novos movimentos” e esta reside tanto na crítica da regulação social capitalista, como uma crítica da emancipação social socialista tal como foi definida no marxismo. Já em sua análise Santos B. (2002, p. 178) mostra haver uma “vontade geral” por parte dos cidadãos para fundar as novas energias emancipatórias onde

a idéia da obrigação política horizontal entre cidadãos e a idéia da participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral, são as únicas suscetíveis de fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva baseada na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil. A politização do social, do cultural e também do pessoal abre um imenso campo para o exercício da cidadania e revela, ao mesmo tempo, as limitações da cidadania de cunho liberal, inclusive da cidadania social, circunscrita ao limite do Estado e do político por ele constituído.

Com isto a edificação da cidadania deve conduzir e favorecer o compromisso cívico entre as pessoas da comunidade, envolvendo-os a partir dos temas comuns a mesma. O debate referente a estes temas possibilitam a compreensão política e cultural do espaço que sendo público, auxiliam as pessoas a interiorizarem ou idealizarem a cidadania e como esta deve ser exercida. A escola vista como parte integrante do espaço público será assim, o núcleo onde ocorrerá a participação e a tomada de decisões comuns a comunidade, já que se compreende cidadania como conjuntos de práticas sociais e culturais que promovem sentidos de pertencimentos e de identidades, e onde se exercem novas formas de participação social, com base tanto na comunidade como na cultura.

Falar em cidadania, portanto, implica necessariamente estabelecer uma estável relação com a constituição das nossas identidades, com a intensa percepção quanto ao que somos e à sociedade em que residimos. À medida que tomamos

consciência dessas questões, que nos identificamos, que temos clareza de nossos traços culturais peculiares e que neles nos percebemos, passamos a valorizá-los e respeitá-los.

A questão é que tratar de cidadania em uma comunidade carente como a Ascensão, acaba se tornando algo complexo, a ausência do Estado em questões pontuais para os moradores, é evidente, Santos (2007, p. 47) comentando sobre os habitantes das periferias mostra que “eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos”, portanto cidadania para estes está diretamente associada, neste caso, à superação da exclusão e da pobreza como temas mais urgentes, porém os membros da comunidade percebem que a educação e a cultura podem ser instrumentos fundamentais para a cidadania.

Domingues (1994) considera que, do ponto de vista da construção social, a periferia é o ambiente da exclusão, da marginalidade e do déficit de cidadania. Partindo desse pressuposto, percebe-se que o julgamento não se refere exclusivamente à distância geográfica em relação aos centros urbanos, mas também à distância social, no que diz respeito à educação, saúde, moradia, informação e cultura que pode ser perfeitamente a cultura popular.

A afirmação da cultura popular em bairros como o de Ascensão produzirá em sua população um sentido de pertencimento, além de um sentido político participativo na medida em que através das práticas culturais os moradores serão conduzidos à mobilização social por meio das produções artísticas da própria comunidade.

Com isto se conduzirá à criação de um tecido social específico que fortalecerá os laços comunitários de pertencimento ao lugar desses grupos humanos, na concepção de edificação do espaço do cidadão (SANTOS, 2007), esta prática por sua vez favorecerá a formação de um ambiente socialmente organizado e baseado nos valores da cidadania pela resistência (CHAUI, 1994) e que se traduz em sua própria gente e sua cultura.

E se o lugar em questão é o bairro da Ascensão em São Luis do Maranhão, trata-se de um universo cultural muito rico, um bairro de bastante circulação, com uma movimentação humana intensa que eclode todos os dias nas ruas, nos comércios, nas escolas, indo e vindo para o trabalho, se articulando de diversas formas, participando de eventos lúdicos e festas religiosas. Enfim, um

espaço específico da comunidade, que guarda algumas características peculiares que lhe dão singularidade, determinando o nível de identificação de seus moradores com o espaço em que vivem.

A construção de uma identidade coletiva da população, genuinamente maranhense na Ascensão, está ligada a sua formação sócio-espacial. As pesquisas apontam o processo de ocupação do bairro como um dos fatores responsáveis pela formação das afinidades sociais de identificação dos moradores com o espaço e a formação do bairro que se deu a partir de da construção do matadouro modelo de São Luís no início do século XX.

Do ponto de vista da cultura popular, a Ascensão pode ser considerada um “caldeirão cultural”, com várias manifestações folclóricas, religiosas e carnavalescas ligadas à cultura popular maranhense e que se realizam durante todo o ano. Estas representam a diversidade de seu povo formador, como visto anteriormente pela migração oriunda do interior do Estado, com isto o bairro acabou herdando características culturais originados do povo em função dos elementos de origem representado em seus habitantes que possibilitaram a manutenção de determinados costumes e tradições da cultura popular que não foram totalmente modificados ao entrar em contato com a cultura urbana de São Luis.

A expressividade da sua população, representada na cultura popular, se manifesta numa sociabilidade que marca o *ethos* do bairro, um bairro popular semelhante a outros bairros de São Luis, mas que construiu uma representatividade identitária a partir das praticas culturais na composição de seu espaço e sua cidadania (SANTOS, 2007).

Em um simples passeio pelas ruas da Ascensão é fácil perceber crianças utilizando a rua como espaço de lazer nos finais de tarde em jogos de futebol, ou praticando outras brincadeiras, mulheres e homens sentados nas portas das casas a observar o movimento do final de tarde, pessoas jogando baralho e dominó, as reuniões de grupos nas festas de reggae nos finais de semana e muitos outros aspectos que expressam os costumes e as experiências humanas da população do bairro.

Quando abordamos o bairro da Ascensão, tratamos de um espaço repleto de manifestações oriundas da cultura popular e que acontecem não necessariamente associadas às questões de produção, mas ampliadas à dinâmica de festas e crenças populares, percebemos uma tendência muito grande a um estilo

de vida às adaptadas ao sistema capitalista, um modelo capaz de reproduzir os usos do tempo em consonância com a natureza e com as condições culturais criadas por muitos de seus moradores.

A heterogeneidade da Ascensão produziu lugares e visões de mundo diferentes. Uma primeira visão está relacionada à imagem de bairro violento, identificado com o mundo da delinquência e com a presença marcante de pessoas com baixa escolaridade; e outra que procura preservar imagens positivas do bairro, identificando a Ascensão com manifestações culturais e com a presença de espaços aprazíveis para se viver.

As expressões e as feições do povo da Ascensão mostram que o bairro guarda uma história muito intensa. Porém não dá para aferir uma única noção de identidade a partir das representações divulgadas sobre ele. O que podemos afirmar a respeito do bairro da Ascensão é que ela se constitui em um espaço onde se desenvolvem visões de mundo que se encontram numa cadeia de relações sociais dinâmicas, interconectadas por vivências diversas, transmitidas por gerações que conviveram compartilhando de experiências comuns no mesmo espaço social.

Herdeiro de histórias de discriminação, segregação e luta, mas, ao mesmo tempo, herdeiro de experiências festivas e alegres derivadas da cultura popular, o povo da Ascensão conseguiu moldar um estilo, bastante ilustrativo, de se representar no todo da grande São Luis, que mesmo não sendo único, é um reflexo das expressões da cultura popular de um bairro de periferia de uma grande cidade.

Assim, compreender o estudo da cultura popular presente no bairro do Ascensão como uma fração das representatividades culturais “subalternas” existentes em São Luis, significa entender o universo social do bairro como cenário de culturas populares que guardam experiências relevantes no processo de construção do conhecimento histórico. Uma virada interpretativa que abarca outras perspectivas e outros olhares sobre a cidade. A periferia de São Luis está marcada por práticas, que agora são buscadas por diversos grupos de pesquisadores que demarcam os terrenos no campo de investigação dos estudos da cultura notadamente a popular.

A valorização da cultura popular revela uma das características encontradas no movimentado bairro da Ascensão, esta é representada pela inserção de crianças em projetos sociais que costumam atuarem em atividades de preservação das tradições derivadas da cultura popular. Estes projetos vêm

funcionando, nos últimos anos, como mecanismo de reação aos indicadores estatísticos de violência, carência de políticas educacionais e de ação social e cidadania, através de programas de inserção de crianças e jovens da comunidade, contribuindo para alargar as ações dos agentes divulgadores da Cultura Popular no bairro.

Exemplo típico destas ações estão presentes na associação comunitária ligadas ao reconhecido padre boieiro que reside na comunidade, esta organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, financiada por organismos nacionais e internacionais de fomento a atividades ligadas a educação e cultura, vem contribuindo sobremaneira para a inclusão social da população da Ascensão, principalmente as crianças e os jovens que tem nessa instituição da sociedade civil um meio pela qual a cidadania se faz presente na comunidade.

A visibilidade do trabalho social de líderes comunitários como o padre Hermógenes começou obter visibilidade ficar mais abrangente através das parcerias com outros grupos culturais, favorecendo a difusão da própria cultura popular na comunidade, já que acabam contribuindo com educação praticada na escola da comunidade, esta questão foi bem destacada pela coordenadora das equipes técnicas do currículo e de educação das relações étnico raciais da SEMED/SL quando destacou que

Ser cidadão/cidadã implica valorizar sua cultura, sua identidade étnico racial, sua origem, suas raízes, etc. assim trabalhar essa formação aliada à educação requer trazer para a escola a cultura popular por meio das associações culturais dos entornos da escola (JESUS, 2010).

O papel social dos projetos coordenados pelos líderes comunitários geralmente ligados a cultura popular na Ascensão é em certo sentido, uma válvula de escape para as drásticas condições de desajuste social presentes no bairro. O próprio entendimento dos coordenadores denota a relevância social de sua aplicabilidade em uma área periférica da capital maranhense onde o espaço vivido também pode ser entendido como sinônimo de espaço geográfico ocupado, ou como descreve Santos (2002, p.283) “o espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animados por um sistema de ações” como é o caso das associações comunitárias que trabalham com a cultura popular existente no bairro que para Pereira (2010) promovem uma “formação comprometida com a sociedade em que esses cidadãos vivem, sendo que esta está preocupada em conservar a cultura popular visto que ela

seria observada como parte de seu dia a dia e que afastaria o preconceito em relação às manifestações culturais” principalmente aquelas “manifestações que procuram desenvolver um trabalho de conscientização e valorização da cultura popular nas comunidades em que estão inseridas. Esse trabalho forma o cidadão e preserva a cultura popular”.

O trabalho social desenvolvido com as crianças do Ascensão reflete a inquietação de alguns líderes culturais com a fragilidade das políticas públicas desenvolvidas ao bairro. A ação desses homens e mulheres estimulou o engajamento de uma parcela significativa da comunidade com as questões de cunho político, social e cultural. A percepção de que há meios eficazes de enfrentar os problemas estruturais e a aparente ausência do Estado, no que diz respeito às questões sócio educativas relacionadas à Cultura Popular, confere animo e resistência a estas pessoas que dedicam suas vidas à formação e instrução das habilidades artísticas das crianças e dos jovens do bairro, para continuarem trabalhando em prol destes projetos sociais

Quando se trabalha o saber inclusive o das diferenças se reforça o aspecto da construção de relações de direito com a organização social em que se possa reivindicar igualdade de direitos para si e todos os homens. E isso é cidadania. A escola baseada nessa igualdade leva seu aluno a inquirir, a respeitar o outro. A cultura popular pode ser apoio a essa ação (CARVALHO, 2010).

Dentre as ações educacionais desenvolvidas pelas lideranças comunitárias e culturais da ascensão, aquelas associadas a Cultura Popular foram escolhidas devido a relevância que estas apresentam para o estímulo e criação das habilidades artísticas e profissionais das crianças e jovens da comunidade. Do ponto de vista prático, pode-se considerar que o trabalho com crianças rendeu na formação profissional de muitos jovens, que entraram para o mundo do trabalho em diversas atividades profissionais, muitas relacionadas diretamente ao o campo da cultura como é o caso da música.

Entender essas práticas culturais como mecanismo de ação social significa pensar num conjunto de manifestações realizadas no cotidiano de homens e mulheres que buscam superar as dificuldades do dia a dia através de práticas culturais, que muitas das vezes conjugam aspectos de luta por melhores condições sociais de uma parcela significativa de moradores do bairro. É possível que os resultados de anos de mobilização da comunidade através da cultura popular ainda não tenham surtido os resultados esperados por seus idealizadores, porem é

inegável que este vem contribuindo para a difusão da concepção de cidadania junto aos moradores da Ascensão.

Por fim todo este debate a respeito da cidadania na comunidade da Ascensão só será possível na medida em que a realidade da comunidade se aproximar da escola e esta mesma visão esta presente no comentário de Ferreira (2010) quando coloca “que de fato só teremos uma formação cidadã se ela corresponder significativamente aos anseios e a vontade popular, logo a cultura local seria de grande contribuição para a formação cidadã”.

4.3 Percepções sobre a cultura popular na educação básica: gestores, profissionais de educação e alunos se posicionam frente ao objeto

As discussões realizadas no capítulo anterior onde a cultura popular apresenta-se integrada à dinâmica escolar a partir de uma proposição na qual poderia concretamente ser adequada ao currículo praticado na educação básica, neste foram apontadas as proficuidades dessa integração e como a mesma poderia contribuir para um processo formativo que conduzisse ao fortalecimento das concepções de identidade e cidadania dos alunos da rede municipal da capital e da comunidade da Ascensão, bastando para tanto a elaboração de um modelo educacional onde fosse possível a operacionalização desta associação.

Tendo a percepção de que a educação, enquanto prática pedagógica fundamentalmente na educação básica não pode ser vista como uma via de mão única, não poderia deixar de perceber como os gestores e profissionais de educação, observam e se colocam perante a cultura popular maranhense, como estes a concebem e como se processaria a integração da cultura popular ao cotidiano da escola enquanto instrumento pedagógico associado ao currículo oficial.

A intenção é perceber as vicissitudes da cultura popular no conjunto da educação básica e em consequência analisar esta relação a partir dos resultados extraídos com os questionários aplicados junto aos representantes do poder público – gestores, coordenadores, professores e pesquisadores – suas instituições ligadas a educação e a cultura buscando perceber como estes concebem esta promissora associação.

Esta interpretação dos resultados se afina com uma rigorosa análise de conteúdo⁸¹, que de acordo com Bauer & Gaskell (2002), é uma categoria de procedimentos explícitos da análise textual para fins de pesquisa social onde, embora alguns exemplos apresentem descrições de algumas características do corpus do texto, assumem atenção especial os tipos, qualidades e distinções do conteúdo e do objeto.

A perspectiva geral de análise deste capítulo se concentra na apreciação dos resultados obtidos com os questionários contendo as interpretações dos gestores, coordenadores, professores, pesquisadores e demais profissionais ligados a educação⁸² e a cultura popular maranhense, pois se fez necessário observar uma propriedade específica destes agentes que devem se sentirem legitimados por serem os pesquisados (BOURDIEU, 2001), por outro lado também é de vital importância para a pesquisa os resultados extraídos dos questionários realizado com os estudantes da U. E. B. Chico Xavier, já que se faz necessário dar vozes aos alunos, pois são estes os principais interessados nos possíveis resultados positivos desta associação isto tudo:

Para que seja possível uma condição de pesquisa mais próxima possível do limite do ideal, já que muitas condições devem ser preenchidas: não é suficiente agir como o faz espontaneamente todo bom pesquisador [...] deve-se agir também, em certos casos, sobre a própria estrutura da relação [...] portanto na própria escolha das pessoas interrogadas e dos interrogadores (BOURDIEU, 2001, p. 696).

Como minha intenção estar em perceber como os representantes do poder público municipal ligados à educação e a cultura popular, e representantes da sociedade civil organizada concebem a utilização da cultura popular no cotidiano da educação básica. A indagação, inicial se referia à possibilidade de haver um aproveitamento ou uma correlação entre a cultura popular e a educação básica, neste sentido, apesar de não serem unânimes em suas respostas, a maioria dos

⁸¹Análise de conteúdo para Bauer & Gaskell, (2002) é uma técnica de interpretação de textos na qual os textos são divididos por temas específicos ao documento analisado e contabilizada a frequência desse tema ao longo da análise. Possui como característica básica o hibridismo no sentido de estar na fronteira entre o método quantitativo e qualitativo.

⁸²Na perspectiva de Bourdieu (2001), o sociólogo – pesquisador – deve fazer às vezes do parteiro, na maneira como ele auxilia o pesquisado a dar o seu depoimento, deixar o pesquisado se livrar da sua verdade é fundamental. Bourdieu (2001) ainda pondera que a entrevista é um exercício espiritual, é uma maneira do pesquisador acolher os problemas do pesquisado como se fossem seus. É olhar o outro – pesquisado – e se colocar no lugar do outro. Portanto o sociólogo deve ser rigoroso quanto ao seu ponto de vista, que não deixa de ser um ponto de vista de um outro ponto de vista, o do entrevistado.

inquiridos⁸³ pela pesquisa se mostraram convencidos desta associação, Santana (2010) enfatizou que existe a possibilidade desta correlação, haja vista que a educação deve estar imbuída do contexto sócio-cultural do aluno(a), porém destaca ela, a necessidade de haver cautela na maneira como a cultura popular é trabalhada e discutida na sala de aula para que não haja enganos conceituais.

Outras análises a respeito deste tema em especial destacam que o aproveitamento da cultura popular não só é possível como é necessário, sendo que para Carvalho (2010) a educação tem que estar ligada a tudo o que faz parte do fazer humano como é o caso da cultura popular e da comunidade da Ascensão. Já Ferreira (2010) coloca que o currículo escolar precisa contemplar e valorizar a cultura popular visando uma aprendizagem significativa na rede pública de ensino.

Com substancial ênfase Fernandes (2010) coordenadora de um dos centros de cultura ligados à secretaria de Estado da cultura / SECMA se posiciona favoravelmente em relação a esta temática e analisa que sem dúvida felizmente há a possibilidade da transversalidade dos currículos e os temas transversais saem, muitas vezes, da cultura popular, e completa, quanto mais o tema faz parte da vida do aluno, de seu dia a dia, mais fácil é essa interação.

O que se percebe nestas colocações é que para os nossos entrevistados, a partir do momento que a cultura popular estiver intrinsecamente ligada às comunidades e exercendo o papel de fomentadoras dessas culturas, isso significará dizer que é possível aproveitar esta correlação entre a cultura popular e a educação básica, em proveito da própria comunidade e em conseqüência da própria educação praticada no Estado e na capital maranhense.

Encerrando esta primeira parte destaco o depoimento de Pereira (2010), pesquisador da cultura popular maranhense aponta que o ensino não deve ser dissociado do contexto do aluno e este, o aluno, mesmo que de forma inconsciente está inserido no contexto da cultura popular e é isso que deve ser utilizado de forma significativa no processo ensino-aprendizagem.

⁸³ Quanto à formulação das questões o pesquisador deve ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrarias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. As perguntas devem ser feitas levando em conta a seqüência do pensamento do pesquisado, ou seja, procurando dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado. Para se obter uma narrativa natural muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o pesquisado relembre parte de sua vida. Para tanto o pesquisador pode muito bem ir suscitando a memória do pesquisado (BOURDIEU, 2001).

Estes mesmos agentes foram induzidos a refletirem sobre o potencial da cultura popular associada ao contexto da educação básica, já que diversos deles tem a cultura popular como prática cotidiana, com isto foi possível abstrair depoimentos valiosos para a pesquisa como o de Santana (2010) ao destacar que certamente, o potencial da cultura popular se dá na medida em que a própria educação atinge o sujeito em sua capacidade cognitiva onde

a educação por si só não desenvolve no sujeito a capacidade de compreender nem de valorizar (palavra tão em voga) a cultura popular. Penso sim, que esta prática deve estar associada a outras estratégias de ação para o pensar a cultura popular de maneira coerente com a tradição e a história (SANTANA, 2010).

Este depoimento se complementa quando analisamos as práticas utilizadas nas escolas de São Luís, Carvalho (2010) educadora em arte, percebe que linhas metodológicas orientam para uma abordagem de conteúdos a partir da realidade do aluno e a cultura popular é elemento forte no Maranhão, daí a importância da utilização desse elemento na prática social para ampliá-lo ao status científico, artístico, cultural adquirindo uma valiosa importância para a educação básica, pois através do seu estudo, perceberemos o quanto é importante repassar a juventude de nossas escolas estas tradições culturais assim como sua preservação.

Com isto fica evidente na fala dos nossos entrevistados que a cultura popular precisa se consolidar como elemento constituinte da educação básica, e o poder público precisa reunir esforços para tornar esta relação em uma realidade (FERREIRA, 2010), pois há um potencial ainda pouco explorado pelas instituições escolares na cultura popular que pode auxiliar decisivamente na educação básica contextualizando-a aos saberes das culturas populares (JESUS, 2010) ainda sobre este potencial Neto (2010) esclarece que

O potencial é um fato que só se tornara real se houver uma política direcionada para utilizar os elementos da cultura popular como elementos motivadores de conhecimento. O que se vê hoje, é uma cultura pasteurizada em nível de Brasil, esquecendo-se das particularidades oferecidas pela cultura popular vigente em cada região. É fundamental particularizar os conhecimentos locais na educação, utilizando-se elementos como os personagens autorizados pela relação do povo com o imaginário popular.

Esta discussão complementa-se apontando as potencialidades do objeto de estudo em sua associação à educação básica, onde não somente eu enquanto pesquisador, que necessitei manter a vigilância epistemológica (BOURDIEU, 2004) necessária para não ser seduzido por ele “ainda que a relação da pesquisa se

distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua apesar de tudo uma relação social” (BOURDIEU, 2001, p. 694), assim como para Pereira (2010) que acredita ser importantíssimo potencializar a cultura popular, porque tanto a educação quanto a própria cultura popular se fortaleceriam, e haveria uma valorização mútua, resultando em sua conservação, elemento que em última análise acabaria fortalecendo a educação, ou seja, o processo educativo se tornaria mais significativo e mais contextualizado para o aluno.

Do mesmo modo seguindo a mesma linha de pensamento Carvalho (2010) refere-se à cultura popular como “patrimônios locais” e sua utilização no processo educativo seria positiva já que possibilitaria a utilização de “vários conteúdos” que poderiam ser “inseridos e abordados a partir dessa temática tão presente em nosso cotidiano, tanto de maneira formal quanto de forma transversal”.

Quanto ao posicionamento da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, SEMED/SL referente à questão da cultura popular, a pesquisa mostrou que a temática, timidamente, já se fazia presente em suas propostas curriculares desde a década de 1990 sendo que foi enfatizada nos documentos oficiais voltados para a educação, estes foram analisados por Coutinho (1998) destacou em sua pesquisa os delineamentos da política educacional da capital maranhense a maneira como esta pouco privilegiava a cultura popular integrada a proposta curricular desenvolvidas pelas escolas da capital maranhense, a pesquisadora destacava que

Os jogos, as brincadeiras, as danças, as músicas, enfim a cultura popular maranhense em suas variadas manifestações são silenciados nessa elaboração. Ignora-se a fundamental importância desta quanto representação social da cultura dos alunos que ingressam todos os anos na escola (COUTINHO, 1998, p. 118).

Possivelmente, não para espanto meu enquanto pesquisador da cultura da popular maranhense, percebi que a atual proposta curricular para a área de atuação, ligadas as artes, praticada pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís, SEMED/SL pouco evoluiu em relação à cultura popular da cidade, apesar de fazer referência a esta, a faz, porém de forma modesta, uma verdadeira estagnação se comparada à utilizada pelo órgão na década de 1990.

Para uma cidade detentora de títulos como o de patrimônio cultural da humanidade, o de capital brasileira da cultura e onde o tambor de crioula é considerado patrimônio cultural imaterial, a atual proposta minimamente contribui

para a promoção da cultura popular junto aos alunos da rede municipal de educação, o máximo que ela contém refere-se a

Ampliar os referenciais culturais dos/as alunos/as, valorizando, com o mesmo grau de importância, as suas produções artísticas e os objetos de arte das culturas popular e erudita e estabelecendo uma relação entre o conhecimento conquistado na prática artística proposta pelos/as professores/as e o que se obtém nos diversos espaços que a escola e a cidade oferecem: bibliotecas, Internet, feiras populares, museus, centros culturais etc. (SÃO LUÍS, 2008, p. 13).

Por outro lado, como percebido, os discursos dos gestores e educadores ligados à educação municipal, defendem posição contrária, favorável a cultura popular, contrastando com o exposto pela proposta curricular em voga e ao próprio discurso oficial, Gill (2002, p. 255) ajuda-nos a compreender estas discrepâncias entre o que é posto e o que é praticado, quando adverte que os analistas de discurso devem também estar sensíveis àquilo que não é dito – aos silêncios. Isso, por sua vez, exige uma consciência aprimorada das tendências e contextos sociais, políticos e culturais aos quais os textos se referem. Coutinho (1998, p. 164) fortalece esta posição quando destaca que

Esse ângulo de visão é que levou esta pesquisa, a buscar o por quê de, na rede municipal de ensino de São Luis, os conteúdos curriculares oficiais propostos estarem esvaziados de conteúdos da cultura maranhense ou então se apresentam dentro da disciplina educação artísticas como manifestações isoladas sem força para resgatar os elementos fundamentais de sua significação cultural. As manifestações de professores e alunos e a análise de autores que estudam essa temática parecem suficiente para subsidiar esse fenômeno de exclusão da cultura local do espaço escolar (COUTINHO, 1998, p. 164).

Silenciosa também foi à postura da responsável pela pasta da educação no município de São Luís, a secretária se negou a responder o questionário proposto pela pesquisa, por diversas ocasiões se tentou um contato com a mesma, porém o seu silêncio parece refletir o visível silenciamento da cultura popular maranhense nos currículos praticados pela rede municipal de ensino, contrastando com o desejado pelo corpo técnico e pelos próprios alunos matriculados nas escolas da rede, fato este facilmente observado quando da análise dos questionários.

Esta postura parece refletir o seu pretensão poder ou o poder a ela delegada pelos escalões maiores da educação brasileira que na prática conduzem a educação a partir das diretrizes traçadas pelos organismos internacionais, fato que faz com que, mesmo uma secretaria municipal de educação não tenha autonomia para administrar seus próprios projetos, o que ocorre de fato e a reprodução de um discurso superior, onde

“os agentes, na sua luta para imporem o veredicto imparcial, quer dizer, para fazerem reconhecer a sua visão como objetiva, dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos objetivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos” (BOURDIEU, 2004, p. 55).

O que de fato ocorreu foi que nossa entrevistada preferiu de acordo com Bourdieu (2004 p.116), “optar” pelo silêncio da intimidação, já que se encontra em posição dominada, imersa em um contexto social macro, levando-a a internalizar a própria representação que dela faz o dominador, representação vista, assim, como “natural”.

E natural é o fato da educação no Estado do Maranhão e em sua capital rezarem a cartilha proposta pelo ministério da educação através de seus instrumentos orientadores como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais, o PCNs que como sabido adequaram a educação brasileira às proposições da conferencia mundial de educação para todos.

Por outro lado era de fundamental importância para a conclusão das análises referente à pesquisa, ressaltar o posicionamento dos alunos da U.E.B. Chico Xavier sobre a utilização de elementos típicos da cultura popular, comum em sua comunidade, no cotidiano da escola e da sala de aula, aqui o foco principal se concentrou em fazer com que os alunos expusessem suas opiniões, evidentemente que as práticas desenvolvidas por alguns professores anteriormente na escola acabaram por favorecer a investigação, por outro lado as discussões nos grupos focais deram o acabamento final para as análises que apresento através dos gráficos abaixo.

O gráfico 05 apresentado a seguir, traz a análise onde eu buscava detectar junto aos alunos U.E.B. Chico Xavier a forma como a cultura popular existente no bairro era utilizada no espaço da escola, como ela se fazia presente nas salas de aula auxiliando no fazer pedagógico, no aprendizado ou no processo formativo destes, possivelmente contribuído para a o favorecimento de suas noções de identidade e de cidadania perante o lugar onde habitam.



Gráfico 05: Extraído do questionário realizado com os alunos da U. E. B. Chico Xavier

O que foi percebido é o fato de que sempre que possível ou a ocasião necessita a escola busca na cultura popular, um referencial de significativa importância, vale destacar que ainda existe a concepção da associação da cultura popular a ocasiões festivas típicas do Estado e da cidade como é o caso do São João.

Em outro questionamento, foi discutido junto aos alunos a proposição da importância existente na associação da cultura popular da comunidade com a dinâmica das disciplinas presentes no currículo praticado na escola, currículo este proposto pela Secretaria Municipal de Educação SEMED/SL, como forma de dinamizar o cotidiano da escola e o próprio processo de ensino aprendizagem dos alunos

Da mesma forma que anteriormente encontramos respostas positivas na imensa maioria dos alunos que participaram da pesquisa, o gráfico 06 abaixo é referente a esta temática, fato que fortalece a proposição inicial da pesquisa ao mesmo tempo em que confirma a possibilidade positiva do aproveitamento da cultura popular no conjunto macro da educação desenvolvida na rede municipal de São Luis.

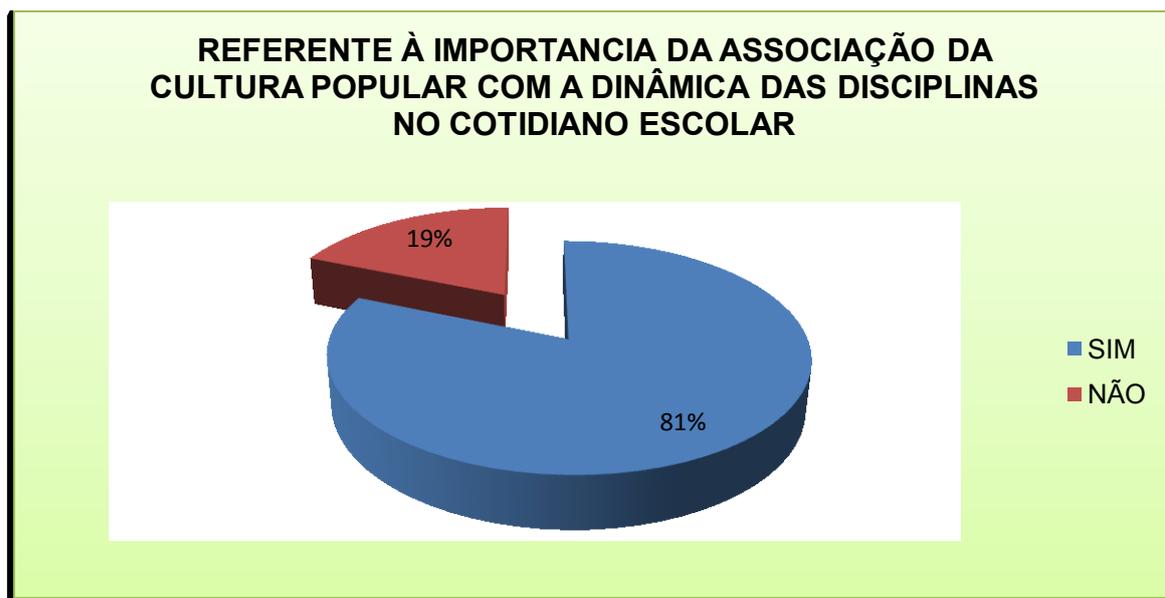


Gráfico 06: Extraído do questionário realizado com os alunos da U. E. B. Chico Xavier

Concluindo esta parte da investigação onde os alunos da U. E. B. Chico Xavier foram os sujeitos da pesquisa procurei perceber junto destes o fato da existência de experiências educacionais onde a cultura popular era empregada pela escola, também buscava saber se era uma prática cotidiana ou associada em momentos “festivos” da cidade, já que havia detectado anteriormente, tal possibilidade de associação.

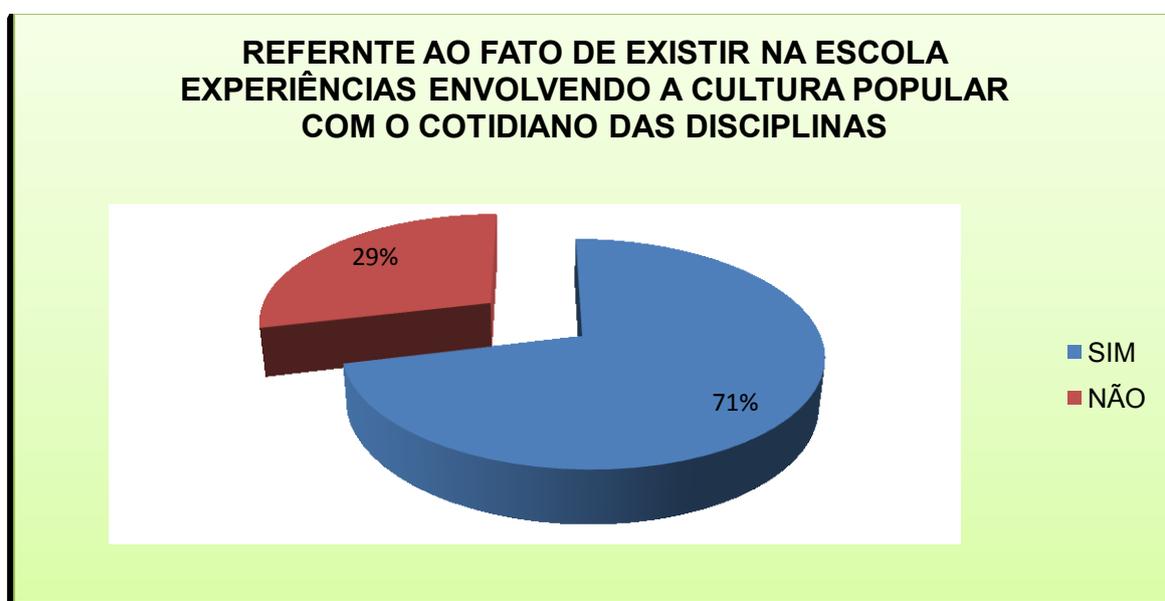


Gráfico 07: Extraído do questionário realizado com os alunos da U. E. B. Chico Xavier

Como era esperado, os entrevistados responderam positivamente como é percebido no gráfico 07 apresentado acima, porém ficou aqui uma lacuna no processo de pesquisa, fato que necessitaria o retorno à escola e aos alunos para que fosse esclarecida, mas tal processo ficou impossibilitada pelo fato de muitos dos

alunos não mais fazerem parte da comunidade da U. E. B. Chico Xavier, pelo fato de terem concluído o ensino fundamental.

Refiro-me ao fato da utilização da cultura popular fundamentalmente em datas festivas comuns na comunidade da Ascensão como o carnaval e o São João, os mais destacados, assumo aqui a falha detectada no processo de pesquisa elemento que até poderia colocar em xeque os resultados, mas sobre sua validade, Bauer & Gaskell (2002), comentam, que não deve ser julgada como uma “leitura verdadeira” do texto, porém, deve ser avaliada conforme sua fundamentação nos materiais pesquisados e em sua congruência com a teoria do pesquisador à luz do objetivo de pesquisa.

Concluindo este pensamento destaco a análise de Bauer & Gaskell (2002) referindo-se sobre o “corpus” dos elementos de análises, mostram que estes contém traços do conflito e do argumento e a análise de conteúdo permite construir indicadores, cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preceitos e estereótipos.

Especificamente, por estes motivos, escolhi este tipo análise como suporte para a interpretação dos dados aqui apresentados. Por conseguinte, a análise dos elementos foi realizada por meio da análise do conteúdo, a qual, consoante Bauer & Gaskell (2002, p.189-217) indicam ser um método que pode ser utilizado, tendo como objeto de estudo posturas, crenças, almejando compreender as entrevistas e comunicações, por meio da análise de sua substância, de suas significações implícitas e explícitas.

4.4 O projeto *sabença*: uma proposta de integração da cultura popular ao cotidiano da educação básica sob a ótica de um museu

Iniciado em 1999⁸⁴ e retomado nos anos seguintes, o Projeto *Sabença* tem suas atividades voltadas para o reconhecimento e reafirmação da identidade cultural maranhense, estimulando a reflexão acerca do papel dos museus na sociedade, bem como a sua função enquanto instrumento coadjuvante no restauro da autoestima da população, devido a isto sua execução em conjunto com o MCP, a

⁸⁴O projeto *sabença* foi retomado nos anos seguintes tendo seu ponto Máximo no ano de 2007, atualmente esta em fase de retomada dos trabalhos com previsão de execução para o primeiro semestre de 2011.

casa da festa⁸⁵, que teve suas instalações readequadas para se configurar em um museu que atendesse a comunidade ao seu entorno e principalmente os turistas que naquela época passavam a descobrir a cidade de São Luís como potencial roteiro para essa atividade econômica ligada ao setor de serviços.

O Projeto *Sabença* também tem como objetivo promover uma ação conjunta que, além do importante elo entre escola e comunidade, promover uma valorização da imagem do museu enquanto difusor de modos e práticas ligada a cultura popular do Estado, o projeto *sabença* teve seu formato proposto para a ampla utilização do MCP, como um museu escola, que a partir de então deveria integrar suas atividades cotidianas envolvendo a cultura popular maranhense ao calendário escolar das instituições de ensino que mostrassem o interesse em tornarem-se parceiras do projeto na sua fase inicial.

O público-alvo preferencial dos idealizadores do projeto *sabença* foram os alunos, professores e demais agentes educadores das escolas das redes municipal e estadual que compunham as modalidades de ensino fundamental e médio sendo também aberto para as escolas da rede particular de ensino que vislumbressem em seus currículos a integração com atividades na área de educação e cultura, notadamente a popular.

Desde o seu início, o Projeto *Sabença* teve suas atividades voltadas para o reconhecimento e reafirmação da identidade cultural maranhense, estimulando a reflexão acerca do papel dos museus na sociedade, bem como a sua função enquanto instrumento fundamental no restauro da autoestima de uma população através da valoração da cultura típica do Estado.

Para que o Projeto *Sabença* ocorresse de forma efetiva durante todos os dias programados para as visitas previstas para aos museus que compunham o conjunto de edificações que formam o MCP, nesse caso a casa da festa localizada na rua do giz e a casa de *nhozinho*⁸⁶ localizada na Rua Portugal, foi estabelecido

⁸⁵A designação casa da festa faz referência ao fato de o Museu da Cultura Popular conter em suas dependências um grande acervo relativo à festa do divino espírito santo, uma das mais importantes da cultura popular maranhense.

⁸⁶A designação casa de *nhozinho* é dada a um dos anexos do Museu da Cultura Popular, ocupa um sobradão de estilo colonial situado na Rua Portugal, na capital maranhense, guarda em suas dependências um grande acervo representativo da cultura popular maranhense.

pela Superintendência de Cultura Popular do Estado uma série de etapas que foram rigorosamente cumpridas pela equipe do Museu-Escola⁸⁷.

Uma das etapas fundamentais para a execução do Projeto *Sabença* é a Identificação e Contato, momento em que ocorre a identificação das instituições de ensino que serão as parceiras do MCP. Feito isto, segue-se com o estabelecimento de um primeiro contato diretamente com a direção da escola e corpo docente para fins de apresentação do projeto como um todo e convite de participação dos mesmos nas atividades inicialmente propostas pela instituição mantenedora do Projeto *Sabença*, neste caso a Secretaria de Estado da Cultura/SECMA através da Superintendência de Cultura Popular.

Após a apresentação, é feito todo um planejamento mais aprofundado com os professores e coordenadores responsáveis pelos alunos acerca do Projeto, momento este onde são apresentadas as dependências da Superintendência de Cultura Popular e as suas unidades, o MCP e a casa de *nhozinho*, um dos anexos do MCP situada na Rua Portugal, além dos objetivos e temas a serem propostos quando da execução dos trabalhos.

A proposta é que os professores e coordenadores, enquanto formadores de opinião também ajam como um instrumento de ligação entre a Superintendência de Cultura Popular e o alunado, passem por uma preparação e sensibilização prévias, que serão de fundamental importância para o sucesso do mesmo, nesse momento os professores, em conversa com a equipe técnica do Projeto *Sabença*, recebem as instruções e funções no decorrer de todo o processo de execução do Projeto *Sabença* nas dependências do Museu-Escola.

Na oportunidade é apresentado aos professores e coordenadores todo o material didático produzido pela Superintendência de Cultura Popular contendo uma cartilha indicativa e a proposta de avaliação que deverá ser realizada ao final da visita. Assim, os mesmos, no momento da execução dos trabalhos em conjunto com os alunos, terão liberdade e independência de estabelecer a interdisciplinaridade e transversalidade necessária com os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Eu enquanto professor da rede pública, trabalhando no C. E. Antonio Lobo, participei das atividades do Projeto *Sabença* no ano de 2007, foi nessa

⁸⁷Com a execução do projeto *sabença* pela Superintendência de Cultura Popular do estado do Maranhão o Museu da Cultura Popular acabou assimilando a denominação museu-escola já que as atividades do projeto integravam suas dependências organizadas em forma de museu com o cotidiano das escolas parceiras.

oportunidade que comecei a perceber na cultura popular um possível objeto de estudo e pesquisa e que poderia, a partir daquela experiência se constituir em uma proposta para o mestrado em educação. Na ocasião foi bastante esclarecedor as vicissitudes do objeto, e o interesse despertado junto à comunidade estudantil da escola, fato que me fez retornar à casa da festa com as demais turmas. O Projeto *sabença* é dessa forma um importante elemento de integração da cultura popular à educação básica, servindo como elemento fortalecedor da identidade da juventude do nosso Estado.

Ainda em relação ao projeto *sabença*, ele reflete possivelmente uma das poucas ações derivadas da ação do governo do Estado para as casas e salas de cultura existentes na capital, estas convertidas em museus encontram-se abertas diariamente à visitação pública, mostrando seu rico acervo geralmente voltado para elementos da cultura popular maranhense, mas assim como os demais órgãos da administração pública do Estado sofre com a falta de recursos ou com a continuidade de políticas ou projetos que porventura venham a beneficiá-las.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o processo de revisão bibliografia referente ao objeto proposto pela pesquisa, é chegado o momento de expor as análises e os entendimentos abstraídos dos diversos conceitos utilizados no decorrer desse tempo. A escolha da metodologia utilizada, a pesquisa qualitativa associada à técnica dos grupos focais, se mostrou bastante eficaz na pesquisa com a cultura popular, que teve como campo de pesquisa a tradicional comunidade da Ascensão, localizada na periferia da capital maranhense, aliás, um importante lugar onde a cultura popular é cultivada e preservada por seus moradores.

Nesse sentido trabalhei com o conceito de cultura onde minhas análises tiveram como fundamentação as obras de Canclini (1983), Geertz (1989) e Cuche (2002) que foram de fundamental importância para a edificação deste conceito vital para a pesquisa. Ficou evidenciado que o conceito de cultura, partindo de sua origem, sempre se aproximou de acordo com a antropologia cultural, do conceito de homem e dos eventos por este cultivados.

Detalhe importante foi percebido na obra de Cuche (2002) quando aponta que o conceito de cultura ganha fundamental importância em meio às ciências sociais quando o mesmo passa a ser debatido nas instituições da América do norte. Elemento comum percebido foi a ligação derivada da antropologia onde o conceito de cultura aparece associado ao conceito de homem e de praticamente todo e qualquer coisa por este cultivado.

Quanto ao conceito de cultura popular foi necessário um retorno às suas origens primeiras nesse caso, à idade média européia sendo que a espetacular obra de Bakhtin (2002) possibilitou os fundamentos iniciais para a compreensão do conceito que por sua vez foi estruturado bibliograficamente a partir de Canclini (2008), Chauí (1994), Cuche (2002) e Hall (2006), já que estes por sua vez o debateram a partir das alterações decorrentes do processo de globalização onde o neoliberalismo e o próprio mercado, ditam as regras a serem seguidas.

No caso específico do Estado do Maranhão a pesquisa buscou mostrar como a cultura popular produziu ao longo dos tempos as bases necessárias para a identidade do Estado, Barros (2007), nesse sentido a pesquisa observou na evolução histórica da cultura popular que deixou uma posição de submissão alcançando uma posição destacada um elemento importantíssimo para a

compreensão atual da cultura popular maranhense, principalmente quando esta passou a receber apoio das instituições governamentais ligadas ao grupo político que domina o Estado há décadas.

No aspecto político foi possível observar a ingerência do poder público estadual promovendo uma ressignificação valorativa da cultura popular maranhense que para Silva (2008, p. 45) reflete a forma como “o grupo dominante utilizou no maranhão de estratégias que nutriam uma convergência de interesses com seguimentos representativos da cultura popular” onde “a premissa é que o governo” intencionalmente “se apropriou da cultura popular como parte da estratégia de manutenção no poder”.

Em relação à questão da identidade foi percebido que o debate em torno dela é feito principalmente por Bauman (2005), Castells (2008), Cuche (2002) e Hall (2006) sendo que há pontos em comum em suas análises fato que me levou a abstrair que a identidade é instituída socialmente e conduz os homens a escolhas, políticas, sociais e culturais dos grupos humanos.

Outra particularidade importante percebida pela pesquisa bibliográfica associa as identidades culturais, enquanto parte integrante das identidades sociais, fato que de acordo com Cuche (2002, p. 176) possibilitaria que “uma mesma cultura possa ser instrumentalizada de modo diferente e até oposto nas diversas estratégias de identificação” Por outro lado, “estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura”, onde

a identidade social exprime a resultante das diversas interações entre o indivíduo e seu ambiente social, próximo ou distante. A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (CUCHE, 1999, p. 177).

Outro detalhe de merece destaque refere-se ao fato da questão da identidade está ligada as transformações que se processam no mundo capitalista e globalizado, onde a noção de identidade parece se perder em meio ao mundo líquido advindo dessa mesma globalização, nesse sentido a revisão bibliográfica apontou que os principais trabalhos que tinham a identidade com o objeto central e que produzidos nas últimas décadas, o fizeram tendo como base de análise os trabalhos desenvolvidos por Bauman (2005), Castells (2008), Cuche (2002) e Hall (2006), fato que me fez seguir na mesma direção.

No tocante à cidadania foi feito uma análise na qual se observou de forma sucinta a sua evolução histórica na sociedade ocidental, das suas origens na Grécia antiga, passando pelo iluminismo do século XVIII alcançando a atualidade onde Bauman (2008) associa a condição de cidadão ao status de consumidor.

Seguindo a mesma direção, a análise do caso brasileiro, a questão da cidadania foi debatida a partir de sua negação histórica para a maioria do povo, no sentido de “violação” expressa desse direito (Carvalho, 1996) mesmo durante a república que supostamente deveria a expandir para toda a população, este direito foi recusado em diversas ocasiões. Marco decisivo para a questão da cidadania brasileira, passa pela promulgação da constituição federal de 1988, que apesar de ter recebido o codinome de constituição cidadã, não conseguiu superar as barreiras históricas presentes na sociedade brasileira, por fim Santos (2002) enfatiza que no contexto da atualidade a cidadania vai além da concessão de direitos aos habitantes do planeta, esta deve se basear em temas mais amplos como é o caso da ecologia.

O tratamento dado ao objeto teve como função fundamental associá-lo ao contexto da educação básica buscando abstrair suas possibilidades de utilização enquanto importante instrumento de apoio pedagógico no cotidiano das escolas, tudo isto foi feito, sempre que possível, mantendo a vigilância epistemológica (BOURDIEU, 2004) indispensável e o distanciamento necessário do objeto para não se chegar a conclusões ilusórias ou apaixonadas, encantadas de acordo com (BACHELARD, 1996) e, portanto pouco úteis ao proposto inicialmente pela pesquisa.

A condução da pesquisa e o própria noção de campo derivada de Bourdieu (2004) gerou, a necessidade do conhecimento do processo de formação da comunidade da Ascensão, escolhida dentre varias existentes em São Luís, pois possuía características peculiares e ligadas à cultura popular maranhense, o breve histórico mostrou uma peculiar população com feições marcantes, representativas e associadas ao objeto. A sua origem, o seu povo, a sua cultura popular preservada e vivenciada, a sua vida em comunidade determinaram a preferência como espaço privilegiado de pesquisa.

Na Ascensão ficou evidenciado como o processo de formação da comunidade determina as bases para a identificação de seu povo a partir de elementos como a cultura popular local que expressa os “sinais duradouros” como o “sotaque” (BOURDIEU, 2004) e nitidamente observado entre seus moradores, como

marca da cultura praticada em seus locais de origem, nesse caso a baixada maranhense e a região de Alcântara.

Como o elemento condutor da pesquisa seria a observância a respeito das vicissitudes da utilização da cultura popular no contexto da educação básica e como utilizei uma Unidade de Educação Básica do município de São Luís, também localizada na Ascensão, foi perceptível que esta questão ia além de uma simples prática pedagógica, pois se constituía em uma ruptura com a política educacional oficial, expressada através do currículo, que determina as diretrizes a serem seguidas pelas escolas de ensino fundamental, não sendo diferente a prática utilizada pela secretaria municipal de educação de São Luís, fato que não invalida em momento algum o objeto, pois é perfeitamente possível a edificação de um modelo educativo direcionado às camadas populares (BRANDÃO, 2002) e que não reproduza somente a “lógica da dominação”, mas também a “mediação” e a “resistência” típica da “luta social” (GIROUX, 1986).

O debate realizado a respeito da questão da identidade na comunidade da Ascensão acabou levando a discussões inerentes às características próprias do lugar em questão, sendo que foi necessária a análise do entendimento de lugar e não-lugar, fato que favoreceu a compreensão das características que marcam o cotidiano dos moradores do bairro e como estes se identificam, tanto ao seu lugar de moradia como aos seus lugares de origem no interior do Estado, através da cultura popular que ao permanecer viva na comunidade favoreceu o fortalecimento da identidade do lugar resultante e de seus habitantes.

Os questionários aplicados junto aos alunos da U. E. B. Chico Xavier confirmaram as proposições iniciais da pesquisa e foram de fundamental importância para o entendimento da identidade dos moradores da Ascensão, ficou evidenciado que os alunos que responderam ao questionário são elementos representativos da comunidade e da cultura popular local, mesmo que esta sofra no sentido de resistir, frente à cultura de massa típica da atualidade. Neste sentido os alunos entrevistados mostraram de acordo com Santos (2002) possuir “a consciência do lugar” onde residem ao mesmo tempo em que também contém “a consciência de mundo” que os rodeiam, mas sabem valorizar suas raízes quando vivenciam a cultura popular do “lugar em que residem”. O caso específico da reflete claramente o exposto por Barros (2007, p. 286) onde

A identidade regional é modelada, adaptada e transformada ao longo do tempo. Ela é construída na interação de indivíduos e grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão, constantes ou temporários, que estabelecem os elementos que podem ser identificados como símbolos dessa identidade.

As análises realizadas pela pesquisa mostraram que a cidadania está presente na comunidade a partir do instante em que seus moradores tomam consciência que fazem parte de um movimento maior designado por Santos (2002) como movimento de “desalienação” em oposição à proposição de Bauman (2008) que liga a cidadania ao ato do consumo. Ficou evidenciado pela pesquisa que resistir a essa tendência é uma forma de garantir à comunidade uma alternativa de sobrevivência no mundo atual, com isto a cultura popular presente no cotidiano de comunidades como a Ascensão possibilita a conquista da cidadania através da inserção social, que na comunidade vem sendo trabalhadas por instituições da sociedade civil organizada que realizam projetos quase sempre baseados em educação e cultura.

Foi a partir dessa ótica que a educação básica apresenta-se como o elo condutor dessa inserção social na comunidade da Ascensão, o meio pela qual se processaria esta noção de cidadania, seria através da aproximação da comunidade a escola e a utilização da cultura popular da comunidade no cotidiano da escola, as entrevistas realizadas com gestores, educadores e alunos confirmam essa tendência, aliás, a prática social e cultural presente na comunidade e refletida através dos alunos na escola e compõe conforme Santos (2007) “seu espaço e sua cidadania”.

Infere-se também dos depoimentos questões como aproximação da comunidade, sua população e sua cultura popular com a escola e sua dinâmica diária, sendo esta aproximação crucial para a resolução de questões que afligem a escola e que em última instância refletem os problemas comuns à comunidade que devem ser enfrentados conjuntamente.

A associação da cultura popular à prática pedagógica da escola foi analisada a partir de depoimentos dos seguimentos ligados diretamente à educação na capital maranhense, os nossos entrevistados – gestores, coordenadores, professores e pesquisadores – em sua maioria se mostraram favoráveis ao aproveitamento da cultura popular na educação básica, mesmo aqueles que desenvolvem seus trabalhos da secretaria municipal de educação, foram singulares

depoimentos onde a vivência cultural da Ascensão teria muito a contribuir para com a educação formal praticada na U. E. B. Chico Xavier.

Por outro lado o discurso dos nossos entrevistados destoa das diretrizes propostas pela secretaria municipal de educação de São Luís, as análises feitas nas propostas curriculares em vigor na rede municipal de educação minimamente fazem referência à cultura popular, aliás, pouca coisa se alterou quando confrontamos os resultados da pesquisa com a pesquisa realizada por Coutinho (1998) na década de 1990, apesar dos discursos contrários.

Como prática concreta em relação a associação da cultura popular maranhense ao contexto da educação básica, é desenvolvido pela secretaria de Estado da cultura SECMA o projeto sabença, executado pela superintendência de cultura popular no Museu da Cultura Popular em associação com as escolas da capital, esta experiência positiva, representa uma das poucas colocadas em prática pelo governo do Estado, e como de praxe também sofre com a falta de recursos para a sua manutenção.

De concreto a pesquisa apontou para as proficuidades da cultura popular, neste caso a maranhense, em associação com a educação básica, sendo esta um importante elemento fomentador dos sentimentos de identidade e cidadania dos alunos matriculados nas redes de educação básica, especificamente os alunos da U. E. B. Chico Xavier, situado no tradicional bairro da Ascensão onde foi desenvolvida a pesquisa aqui apresentada.

REFERÊNCIAS DISSERTAÇÃO

ABRANCHES, Dunshee de. **A Setembrada ou a Revolução Liberal de 1831**. Rio de Janeiro: Editora TYP; Jornal do Comércio, 1933.

ADORNO, Theodor W. **A indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Educação e emancipação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelho ideológico do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANDRADE, Maristela de Paula. São intransigentes os quilombolas?. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2009. Caderno Opinião, p. 2.

ARIÉS, Philippe; DUBY, George. **História da Vida Privada**. [S. l.]: Edições Afrontamento, 1990. v. I - II.

ARISTÓTELES. São Paulo: Cultural, 1999. (Coleção os Pensadores).

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **A Filosofia do Não**: Filosofia do Novo Espírito Científico. Lisboa: Presença, 1984.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto e François Rabelais. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **O Pantheon encantado**: culturas e heranças étnicas na formação de identidade Maranhense (1937-65). 2007. 322 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Bahia, 2007.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Presença, 1996.

_____. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BOURDIEU, P.; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria dos sistemas de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas, SP: Papyrus, 1889.

_____. **O Que é Folclore**. Brasília, DF: Brasiliense, 1993.

_____. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BURKE, Peter. **A cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. **Culturas híbridas.** Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A Cidade Estado Antiga.** São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).

CARVALHO, José Murilo. “Cidadania na encruzilhada”. In: BIGNOTO, N. (Org.). **Pensar a República.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. (Org.). “Justiça e cidadania”. **Estudos Históricos**, n. 18, 1996.

_____. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura – o poder da identidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, F. de; PAILI, M. C. (Org.). **Os sentidos da democracia:** políticas de dissenso e hegemonia global. 2. ed. São Paulo: Vozes; FAPESP, 2000.

_____. **Convite à Filosofia.** 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte:** o poder oligárquico de Vitorino a Sarney. São Luís: EDUFMA, 2006.

COUTINHO, Adelaide ferreira. **Da arte de reproduzir a arte de criar:** um estudo dos conteúdos culturais no currículo do ensino fundamental em São Luís. 1998. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Luiz Antonio. **Notas para uma leitura da teoria da violência simbólica.** [S.l.: s.n.], [19--].

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: _____. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contemporânea, 1997.

DELORS, Jacques. (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. In: RELATÓRIO para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2001.

DOMINGUES, Jose L. **Interesses humanos e paradigmas curriculares**. Brasília: INEP, v. 67, n. 56, 1996.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)urbios e (sub)urbanos: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? . In: **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, 1994, p. 5-18. (Série Geografia I, v. X/XI) Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads>>. Acesso em 13 jan. 2011.

DRAIBE, Sonia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, Crise e Gestão da crise. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 53-78, ANPOCS 1988.

_____. O Welfare State no Brasil, características e perspectivas. **Revista da ANPOCS**, n. 12, 1988.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ELIAS, Nibert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAORO, Raymundo Faoro. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, F. O folclore de uma cidade em mudança. In: OLIVEIRA, P. de S. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. In: FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educ. Soc. Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 maio 2010.

GAMBOA, Silvio Sanches. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologia**. Chapecó: Argos Universitária, 2007.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: BAUER; Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias da reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. "Praticando estudos culturais nas faculdades da educação". In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GRIGNON, Claude; PASSERON, Jean-Claude. O culto ao popular: miserabilismo e populismo na sociologia e na literatura. In: CHARTIER, Roger. "**Cultura Popular**": revisitando um conceito historiográfico. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/172.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2009.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A invenção de uma rainha de espada: ritualização e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico**. Tese Doutorado em Políticas Públicas, 285 fls. Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2006.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: DP&A, 2006.

_____. Cultura popular e identidade: Notas sobre a desconstrução do popular. In: HALL, Stuart. Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 - 1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **A invenção da Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

_____. **Sobre História**, ensaios. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

IANNI, Otávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARANHÃO. **Mensagem do Exm^o. Governador do Estado João Castelo Ribeiro Gonçalves à Assembléia Legislativa**. Maranhão: Sioge, 1982.

MARQUES, Francisca Ester de Sá. **Mídia e experiência estética na cultura popular**: o caso do bumba-meu-boi. São Luís: Imprensa Universitária, 1999.

MCLAREN, Peter. **Utopias provisórias**: as pedagogias críticas num cenário pós-colonial. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Silvia E. Currículo, transversalidade e pós-modernidade. In: SANTOS FILHOS, Jose Camilo dos; MOARES, Silvia E. (Org.). **Escola e universidade na pós-modernidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

NAVARRO, Sônia. **História no Plural**. Brasília: Ed. Universitária, 1994.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Mundialização, Cultura e Política. In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Org.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Cultura popular**: românticos e folcloristas. São Paulo: Olho d'água, 1992

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. Cenário da educação básica maranhense 2008-2017. São Luís: IMESC, 2008. 24 p. Disponível em: <<http://www.imesc.ma.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PIOTTE, J. M. **O Pensamento Político de Gramsci**. São Paulo: Afrontamento, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Proposta Curricular**: arte, ensino fundamental, 3º e 4º Ciclos. São Luís: Secretaria Municipal de Educação, 2008.

REIS, Flavio Antonio Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. 1992. 227 fls. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. A organização relevante dos conteúdos nos currículos. In: _____. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma concepção multicultural de direitos humanos**. São Paulo: Lua Nova, 1997.

_____. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. São Paulo: Record, 2000.

_____. **A Natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 2002.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O Espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Ana Lúcia Duarte. **De matadouro a liberdade: a formação histórica - cultural de um bairro de São Luís**. 1997. 84 fls. Monografia (Graduação em História) - UFMA, São Luís, 1997.

SILVA, Gisélia Castro. **Cultura popular e poder político no Maranhão: contradições e tensões do bumba-meu-boi no governo Roseana Sarney**. 2008. 132 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - UFMA, São Luis, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos e identidades: uma introdução à teoria do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUSA, Mônica Teresa Costa. **Cidadania: novos temas, velhos desafios**. SOUSA, Mônica Teresa Costa, LOUREIRO, Patrícia (Org.). Ijuí: Unijuí, 2009.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WEBER, Max. Conceitos Sociológicos Fundamentais. In: Max Weber. **Economia e sociedade**. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: UnB, 1991.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**PESQUISADOR:** Robson Ruiteir Mendonça Santos**E- Mail:** hobsonhis@ibest.com.br**ORIENTADORA:** Prof^a Dr^a Maria de Fátima da Costa Gonçalves**INSTITUIÇÃO PESQUISADA:** U. E. B. Mario Andreazza**CURSO PESQUISADO:** Ensino Fundamental

Eu, _____, abaixo assinado, após os devidos esclarecimentos prestados pelo pesquisador, declaro que concordo em participar da pesquisa que irá analisar o Ensino Fundamental da U. E. B. Mario Andreazza, ligada à rede municipal de educação de São Luís, SEMED/SL prestando as informações necessárias por meio de questionário.

Declaro estar ciente de que tenho liberdade de me recusar a participar ou retirar esse consentimento sem penalidade ou prejuízo de qualquer natureza, que tenho garantia de sigilo sobre minha identidade e que não haverá nenhum custo decorrente da minha participação na pesquisa.

São Luís, MA, ____ / ____ / ____

Assinatura do Participante

Robson Ruiteir Mendonça Santos

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO RELATIVO À PESQUISA SOBRE CULTURA POPULAR ASSOCIADA À EDUCAÇÃO BÁSICA / PESQUISA COM ALUNOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ESCOLA: U. E. B. MARIO ANDREAZA
BAIRRO: LIBERDADE
PESQUISADOR: ROBSON RUITER MENDONÇA SANTOS

Esta pesquisa é desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão tendo a frente o aluno e pesquisador Robson Ruite Mendonça Santos.

A pesquisa tem como finalidade fundamental, analisar as possibilidades referentes à utilização da cultura popular maranhense no contexto da educação básica, a partir de uma perspectiva formativa que possibilite aos alunos matriculados nas escolas da rede municipal de educação da capital, o fortalecimento da sua identidade e cidadania a partir de sua própria cultura popular.

ALUNO: **SÉRIE:**..... **CÓDIGO: ECPA**.....

01. Você nasceu em que região?

() Capital () Interior Qual município? _____

02. Seus pais nasceram em que região? Qual município? _____

() Capital () Interior

03. Seus avós nasceram em que região? Qual município? _____

() Capital () Interior

04. Você tem noção do seja cultura popular?

() Nenhum () Pouco () Regular () Muito

05. A sua comunidade/bairro possui grupos culturais representantes da cultura popular?

() Sim () Não

06. Você participa ou participou de algum grupo da cultura popular maranhense?

() Sim () Não

07. Alguém de sua família participa o participou de algum grupo da cultura popular maranhense?

Sim Não

08. Qual deste grupos você ou alguém de sua família participa ou participou?

Nenhum Bumba-meu-boi Tambor de Crioula Cacuriá
 Coco Divino

09. Você percebe na cultura popular uma forma de identificação de sua comunidade dentro da capital maranhense?

Sim Não

10. A cultura popular presente em sua comunidade/bairro é utilizada de alguma forma em sua escola?

Sim Não

11. Você acredita ser importante a associação da cultura popular do seu Estado com a dinâmica do cotidiano escolar e suas disciplinas?

Sim Não

12. Na sua escola já haviam existido experiências envolvendo a cultura popular com o cotidiano das disciplinas?

Sim Não

13. A temática referente à cultura popular, apresentada nesta pesquisa lhe despertou algum interesse?

Nenhum Pouco Regular Muito

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO RELATIVO À PESQUISA SOBRE CULTURA POPULAR ASSOCIADA À EDUCAÇÃO BÁSICA / PESQUISA COM GESTORES E DOCENTES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISADOR: ROBSON RUITER MENDONÇA SANTOS

Nome:.....
Órgão ou Instituição:
Profissão/Cargo:.....
Codificação: ECPG _____

Esta pesquisa é desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão tendo a frente o aluno e pesquisador Robson Ruter Mendonça Santos.

A pesquisa tem como finalidade fundamental, analisar as possibilidades referente à utilização da cultura popular maranhense no contexto da educação básica, a partir de uma perspectiva formativa que possibilite aos alunos matriculados nas escolas da rede municipal de educação da capital, o fortalecimento da sua identidade e cidadania a partir de sua própria cultura popular.

01 Qual a sua função na estrutura institucional estadual ou municipal?

.....
.....

02 O Sr(a) enquanto (Cargo ou Função) acredita ser possível haver um aproveitamento ou correlação entre a cultura popular local e a educação básica?

.....
.....
.....

03 Qual a sua ligação com a cultura popular, objeto de nossa pesquisa? Casa não exista passe para a próxima questão.

.....
.....
.....

04 Como o Sr(a) observa a cultura popular maranhense na atualidade, em um passado próximo ou distante?

.....
.....
.....

.....
05 Como o Sr(a) definiria o potencial da cultura popular se associada ao contexto da educação básica ?

.....
.....
.....

06 O Sr(a) acredita no potencial da cultura popular como um elemento indispensável para a educação básica no Estado do Maranhão ou na cidade de São Luis?

.....
.....
.....

07 O Sr(a) consegue observar na cultura popular uma questão identitária para a nossa cidade ou para o nosso Estado?

.....
.....
.....
.....

08 Como o Sr(a) concebe a utilização da cultura popular como elemento que gere uma noção de identidade para o povo maranhense?

.....
.....
.....
.....

10 De que forma o Sr(a) vislumbraria a associação da cultura popular no contexto da educação básica?

.....
.....
.....
.....

11 Para o Sr(a) a cultura popular poderia esta integrada ao currículo da educação básica em nosso Estado ou nossa cidade, como e de que forma isto seria possível?

.....
.....
.....
.....

12 Como O Sr(a) vislumbraria a possibilidade de uma formação cidadã, tendo como elemento de apoio a cultura popular associada ao contexto da educação básica?

.....

.....
.....
.....
.....

13 O Sr(a) enquanto gestor público acredita ser necessário políticas públicas que valorizassem a cultura popular gerando a integração desta ao contexto da educação básica?

.....
.....
.....
.....
.....